

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	9
DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	18
DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	31

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	116
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	117
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	118
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	119
Motivos de Reapresentação	120

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2015</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	640.714
Preferenciais	392.783
<b>Total</b>	<b>1.033.497</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária	22/04/2015	Dividendo	30/04/2015	Ordinária		0,24650
Assembléia Geral Ordinária	22/04/2015	Dividendo	30/04/2015	Preferencial		0,24650

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	9.040.354	8.564.146
1.01	Ativo Circulante	2.173.804	1.646.757
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.851	64.190
1.01.01.01	Caixas e Bancos	461	587
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	15.390	63.603
1.01.03	Contas a Receber	179.010	193.243
1.01.03.01	Clientes	179.010	193.243
1.01.06	Tributos a Recuperar	79.646	72.901
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	79.646	72.901
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais	79.646	72.901
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.899.297	1.316.423
1.01.08.03	Outros	1.899.297	1.316.423
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	516.164	85.026
1.01.08.03.02	Ativo financeiro	1.139.143	1.092.342
1.01.08.03.03	Dividendos a receber	65.511	21.357
1.01.08.03.04	Outras contas a receber	49.219	47.504
1.01.08.03.05	Instrumentos financeiros derivativos	124.292	65.343
1.01.08.03.06	Outros ativos	4.968	4.851
1.02	Ativo Não Circulante	6.866.550	6.917.389
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.444.129	4.533.651
1.02.01.03	Contas a Receber	10.899	10.236
1.02.01.03.01	Clientes	10.899	10.236
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.433.230	4.523.415
1.02.01.09.03	Títulos e valores mobiliários	10.998	4.335
1.02.01.09.04	Ativo financeiro	4.403.525	4.499.904
1.02.01.09.05	Outras contas a receber	6.921	7.845
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	11.786	11.331
1.02.02	Investimentos	2.385.531	2.346.263
1.02.02.01	Participações Societárias	2.385.531	2.346.263
1.02.03	Imobilizado	22.743	24.175
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	22.743	24.175
1.02.04	Intangível	14.147	13.300
1.02.04.01	Intangíveis	14.147	13.300

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	9.040.354	8.564.146
2.01	Passivo Circulante	1.213.742	738.697
2.01.02	Fornecedores	23.207	33.182
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.207	33.182
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.013	10.232
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.013	10.232
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	14.013	10.232
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.085.361	603.216
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	491.848	117.889
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.595	4.231
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	485.253	113.658
2.01.04.02	Debêntures	593.513	485.327
2.01.05	Outras Obrigações	91.161	92.067
2.01.05.02	Outros	91.161	92.067
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3	3
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	67.222	63.017
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	23.936	29.047
2.02	Passivo Não Circulante	3.414.283	3.600.817
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.914.927	3.222.463
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	44.621	457.647
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	44.621	43.078
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	414.569
2.02.01.02	Debêntures	2.870.306	2.764.816
2.02.02	Outras Obrigações	173.649	87.114
2.02.02.02	Outros	173.649	87.114
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	173.649	87.114
2.02.03	Tributos Diferidos	324.584	290.117
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	324.584	290.117
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	61.175	25.766
2.02.03.01.02	Tributos diferidos	263.409	264.351
2.02.04	Provisões	1.123	1.123
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.123	1.123
2.03	Patrimônio Líquido	4.412.329	4.224.632
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	333.333	588.090
2.03.04.01	Reserva Legal	208.411	208.411
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	124.922	124.922
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	254.757
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	442.454	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	359.364	671.291	242.492	484.608
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-22.377	-44.522	-30.153	-57.752
3.02.01	Pessoal	-7.011	-14.474	-11.356	-21.771
3.02.02	Material	-7.145	-15.751	-11.830	-21.923
3.02.03	Serviços de Terceiros	-5.411	-10.162	-5.073	-8.068
3.02.04	Depreciação e Amortização	-171	-342	-171	-343
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-2.639	-3.793	-1.723	-5.647
3.03	Resultado Bruto	336.987	626.769	212.339	426.856
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	58.138	118.482	10.570	34.885
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.559	-46.810	-17.279	-35.063
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-16.415	-32.652	-10.178	-22.435
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-4.512	-8.284	-4.612	-8.303
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-218	-452	-177	-392
3.04.02.04	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-3.414	-5.422	-2.312	-3.933
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	82.697	165.292	27.849	69.948
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	395.125	745.251	222.909	461.741
3.06	Resultado Financeiro	-117.523	-256.315	-108.411	-217.379
3.06.01	Receitas Financeiras	13.487	22.280	16.895	29.911
3.06.02	Despesas Financeiras	-131.010	-278.595	-125.306	-247.290
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	277.602	488.936	114.498	244.362
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-37.081	-46.482	-34.417	-52.775
3.08.01	Corrente	-41.437	-11.073	-36.379	-72.455
3.08.02	Diferido	4.356	-35.409	1.962	19.680
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	240.521	442.454	80.081	191.587
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	240.521	442.454	80.081	191.587
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,23273	0,42811	0,07749	0,18538

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
3.99.01.02	PN	0,23273	0,42811	0,07749	0,18538
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,23273	0,42811	0,07749	0,18538
3.99.02.02	PN	0,23273	0,42811	0,07749	0,18538

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	240.521	442.454	80.081	191.587
4.03	Resultado Abrangente do Período	240.521	442.454	80.081	191.587

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	806.749	660.651
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	85.895	96.036
6.01.01.01	Resultado do Período	442.454	191.587
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-165.292	-69.948
6.01.01.03	Depreciação e amortização	794	735
6.01.01.04	Juros, variações monetárias e cambiais líquidas e ajuste a valor justo sobre empréstimos e financ.	97.048	9.734
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias sobre Debêntures	253.510	221.272
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social	46.482	52.775
6.01.01.07	Provisão (reversão) fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	0	-1.628
6.01.01.08	Tributos Diferidos	-943	-8.225
6.01.01.09	Remuneração do Ativo Financeiro	-521.004	-317.217
6.01.01.10	Provisão para Parcela Variável	5.424	741
6.01.01.11	Instrumentos financeiros derivativos	-72.578	16.210
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	720.854	564.615
6.01.02.01	Redução (aumento) em Clientes	8.146	-7.719
6.01.02.02	Redução do Ativo Financeiro	570.582	517.320
6.01.02.03	Redução (aumento) no Saldo de Impostos e Contr. Sociais Ativos Líquidos do Passivo	14.765	-900
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-28.802	-20.024
6.01.02.07	(Aumento) no Saldo de Outros Ativos	-1.362	-21.212
6.01.02.08	Redução no Saldo de Fornecedores	-9.975	-7.047
6.01.02.09	Aumento no Saldo de Taxas Regulamentares	4.205	2.988
6.01.02.10	Aumento no Saldo de Outras Contas a Pagar	81.425	6.043
6.01.02.11	Dividendos recebidos das controladas em conjunto e coligadas	81.870	95.166
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-438.011	-252.613
6.02.01	Aumento no saldo de títulos e valores mobiliários	-437.801	-17.873
6.02.04	Adições no Imobilizado e Intangível	-210	-2.540
6.02.06	Aumento de capital nas controladas	0	-232.200
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-417.077	-411.916
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-137.162	-46
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-4.390	-443
6.03.05	Pagamento de debêntures - juros	-39.834	-46.759
6.03.06	Dividendos pagos	-254.757	-413.666
6.03.08	Captação de novos empréstimos	5.437	484.826
6.03.09	Pagamento de notas promissórias - principal	0	-400.000
6.03.10	Pagamento de notas promissórias - juros	0	-35.828
6.03.12	Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	-22.228	0
6.03.13	Recebimento (Pagamento) na liquidação de instrumentos financeiros derivativos - Principal	35.857	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-48.339	-3.878
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	64.190	70.743
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.851	66.865

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	588.090	0	0	4.224.632
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	588.090	0	0	4.224.632
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-254.757	0	0	-254.757
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-254.757	0	0	-254.757
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	442.454	0	442.454
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	442.454	0	442.454
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	333.333	442.454	0	4.412.329

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	668.522	0	0	4.305.064
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	668.522	0	0	4.305.064
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-388.277	0	0	-388.277
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-388.277	0	0	-388.277
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	191.587	0	191.587
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	280.245	191.587	0	4.108.374

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
7.01	Receitas	739.570	531.999
7.01.02	Outras Receitas	739.570	531.999
7.01.02.01	Operação e Manutenção	220.110	202.257
7.01.02.02	Construção e Indenização	11.226	17.424
7.01.02.03	Remuneração do Ativo Financeiro	521.004	317.217
7.01.02.04	Parcela Variável e Outras Receitas Operacionais	-12.770	-4.899
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-42.542	-46.205
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-34.197	-38.294
7.02.04	Outros	-8.345	-7.911
7.02.04.01	Despesas Gerais, administrativas e outras	-8.345	-7.911
7.03	Valor Adicionado Bruto	697.028	485.794
7.04	Retenções	-794	-735
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-794	-735
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	696.234	485.059
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	187.572	99.859
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	165.292	69.948
7.06.02	Receitas Financeiras	22.280	29.911
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	883.806	584.918
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	883.806	584.918
7.08.01	Pessoal	40.058	37.034
7.08.01.01	Remuneração Direta	25.466	23.727
7.08.01.02	Benefícios	12.444	11.319
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.148	1.988
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	122.699	109.007
7.08.02.01	Federais	122.403	108.704
7.08.02.02	Estaduais	102	163
7.08.02.03	Municipais	194	140
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	278.595	247.290
7.08.03.01	Juros	350.558	231.006
7.08.03.03	Outras	-71.963	16.284
7.08.03.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	-72.578	16.210
7.08.03.03.02	Outras	615	74
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	442.454	191.587
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	442.454	191.587

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	9.140.622	8.658.788
1.01	Ativo Circulante	2.320.501	1.786.946
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	18.645	101.853
1.01.01.01	Caixa e Bancos	495	667
1.01.01.02	Aplicações financeiras	18.150	101.186
1.01.03	Contas a Receber	191.665	206.687
1.01.03.01	Clientes	191.665	206.687
1.01.06	Tributos a Recuperar	102.284	97.360
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	102.284	97.360
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições Sociais	102.284	97.360
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.007.907	1.381.046
1.01.08.03	Outros	2.007.907	1.381.046
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	600.694	85.026
1.01.08.03.02	Ativo financeiro	1.216.149	1.164.266
1.01.08.03.03	Dividendos e JCP a receber	10.992	13.291
1.01.08.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	124.292	65.343
1.01.08.03.05	Outras contas a receber	50.726	48.199
1.01.08.03.06	Outros ativos	5.054	4.921
1.02	Ativo Não Circulante	6.820.121	6.871.842
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.042.392	5.132.209
1.02.01.03	Contas a Receber	11.555	10.846
1.02.01.03.01	Clientes	11.555	10.846
1.02.01.06	Tributos Diferidos	9.467	23.327
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.467	23.327
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.021.370	5.098.036
1.02.01.09.03	Títulos e valores mobiliários	12.287	4.335
1.02.01.09.04	Ativo financeiro	4.988.382	5.070.847
1.02.01.09.05	Impostos e contribuições sociais	479	2.290
1.02.01.09.06	Outras contas a receber	7.048	7.845
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	13.174	12.719
1.02.02	Investimentos	1.740.839	1.702.158
1.02.02.01	Participações Societárias	1.740.839	1.702.158
1.02.03	Imobilizado	22.743	24.175
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	22.743	24.175
1.02.04	Intangível	14.147	13.300
1.02.04.01	Intangíveis	14.147	13.300

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	9.140.622	8.658.788
2.01	Passivo Circulante	1.225.300	751.767
2.01.02	Fornecedores	23.939	37.133
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.939	37.133
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.141	11.996
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.141	11.996
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	17.141	11.996
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.087.827	605.806
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	494.314	120.479
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	9.061	6.821
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	485.253	113.658
2.01.04.02	Debêntures	593.513	485.327
2.01.05	Outras Obrigações	96.393	96.832
2.01.05.02	Outros	96.393	96.832
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3	3
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	70.546	66.062
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	25.844	30.767
2.02	Passivo Não Circulante	3.502.993	3.682.389
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.930.829	3.239.588
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	60.523	474.772
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	60.523	60.203
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	414.569
2.02.01.02	Debêntures	2.870.306	2.764.816
2.02.02	Outras Obrigações	186.316	93.089
2.02.02.02	Outros	186.316	93.089
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	186.316	93.089
2.02.03	Tributos Diferidos	384.725	348.589
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	384.725	348.589
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	65.452	30.025
2.02.03.01.02	Pis e Cofins Diferidos	319.273	318.564
2.02.04	Provisões	1.123	1.123
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.123	1.123
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.412.329	4.224.632
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	333.333	588.090
2.03.04.01	Reserva Legal	208.411	208.411
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	124.922	124.922
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	254.757
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	442.454	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	392.192	734.718	259.725	527.262
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-25.606	-47.485	-32.106	-69.819
3.02.01	Pessoal	-7.606	-15.330	-11.357	-21.771
3.02.02	Material	-9.834	-16.677	-13.074	-32.711
3.02.03	Serviços de terceiros	-5.244	-11.087	-5.495	-8.829
3.02.04	Depreciação e amortização	-171	-342	-172	-343
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-2.751	-4.049	-2.008	-6.165
3.03	Resultado Bruto	366.586	687.233	227.619	457.443
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	34.943	71.110	4.298	11.838
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.515	-47.142	-18.023	-36.434
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-16.415	-32.652	-10.178	-22.435
3.04.02.02	Serviços de terceiros	-4.331	-8.398	-5.330	-9.222
3.04.02.03	Depreciação e amortização	-218	-452	-177	-392
3.04.02.04	Outras Receitas (despesas) Operacionais, Liquidas	-3.551	-5.640	-2.338	-4.385
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	59.458	118.252	22.321	48.272
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	401.529	758.343	231.917	469.281
3.06	Resultado Financeiro	-115.547	-252.938	-119.696	-221.958
3.06.01	Receitas Financeiras	15.815	26.028	16.196	27.465
3.06.02	Despesas Financeiras	-131.362	-278.966	-135.892	-249.423
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	285.982	505.405	112.221	247.323
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-45.461	-62.951	-32.140	-55.736
3.08.01	Corrente	-42.693	-13.664	-37.346	-74.322
3.08.02	Diferido	-2.768	-49.287	5.206	18.586
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	240.521	442.454	80.081	191.587
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	240.521	442.454	80.081	191.587
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	240.521	442.454	80.081	191.587
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
3.99.01.01	ON	0,23273	0,42811	0,07749	0,18538
3.99.01.02	PN	0,23273	0,42811	0,07749	0,18538
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,23273	0,42811	0,07749	0,18538
3.99.02.02	PN	0,23273	0,42811	0,07749	0,18538

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	240.521	442.454	80.081	191.587
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	240.521	442.454	80.081	191.587
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	240.521	442.454	80.081	191.587

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	859.282	693.386
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	96.107	104.989
6.01.01.01	Resultado do Período	442.454	191.587
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-118.252	-48.272
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	794	735
6.01.01.04	Provisão (reversão) fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	0	-1.628
6.01.01.05	Juros, variações monetárias e cambiais líquidas e ajuste a valor justo sobre empréstimos e financ.	97.284	-5.137
6.01.01.06	Juros e variações monetárias sobre debêntures	253.510	221.272
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social	62.951	55.736
6.01.01.08	Tributos diferidos	709	-9.166
6.01.01.09	Remuneração do Ativo Financeiro	-576.284	-338.226
6.01.01.10	Provisão para Parcela Variável	5.519	891
6.01.01.11	Variações cambiais líquidas - depósitos vinculados	0	4.953
6.01.01.12	Instrumentos financeiros derivativos	-72.578	32.244
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	763.175	588.397
6.01.02.01	Redução (aumento) em clientes	8.794	-8.889
6.01.02.02	Redução do Ativo Financeiro	606.866	540.014
6.01.02.03	Redução no Saldo de Impostos e Contrib. Sociais Ativos Líquido do Passivo	18.621	2.232
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-30.253	-21.425
6.01.02.07	Aumento no Saldo de Outros Ativos	-2.318	-24.364
6.01.02.08	Redução do Saldo de Fornecedores	-13.194	-3.727
6.01.02.09	Aumento no Saldo de Taxas Regulamentares	4.484	3.256
6.01.02.10	Aumento no Saldo de Outras Contas a Pagar	88.305	6.134
6.01.02.11	Dividendos Recebidos das controladas em conjunto e coligadas	81.870	95.166
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-523.830	16.071
6.02.01	(Aumento) redução no saldo de títulos e valores mobiliários	-523.620	18.611
6.02.03	Adições no Imobilizado e Intangível	-210	-2.540
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-418.660	-755.245
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-138.384	-323.403
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-4.751	-6.563
6.03.05	Pagamento de debêntures - Juros	-39.834	-46.759
6.03.06	Dividendos pagos	-254.757	-413.666
6.03.08	Captação de novos empréstimos	5.437	487.007
6.03.09	Pagamento de notas promissórias - principal	0	-400.000
6.03.10	Pagamento de notas promissórias - Juros	0	-35.828
6.03.11	Recebimento (Pagamento) na liquidação de instrumentos financeiros derivativos - Principal	35.857	-16.033
6.03.12	Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - Juros	-22.228	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-83.208	-45.788
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	101.853	121.140
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	18.645	75.352

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	588.090	0	0	4.224.632	0	4.224.632
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	588.090	0	0	4.224.632	0	4.224.632
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-254.757	0	0	-254.757	0	-254.757
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-254.757	0	0	-254.757	0	-254.757
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	442.454	0	442.454	0	442.454
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	442.454	0	442.454	0	442.454
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	333.333	442.454	0	4.412.329	0	4.412.329

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	668.522	0	0	4.305.064	0	4.305.064
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	668.522	0	0	4.305.064	0	4.305.064
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-388.277	0	0	-388.277	0	-388.277
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-388.277	0	0	-388.277	0	-388.277
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	191.587	0	191.587	0	191.587
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	191.587	0	191.587	0	191.587
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	280.245	191.587	0	4.108.374	0	4.108.374

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014</b>
7.01	Receitas	812.040	579.713
7.01.02	Outras Receitas	812.040	579.713
7.01.02.01	Operação e Manutenção	237.689	218.545
7.01.02.02	Construção e Indenização	11.835	28.701
7.01.02.03	Remuneração do Ativo Financeiro	576.284	338.226
7.01.02.04	Parcela Variável e Outras Receitas Operacionais	-13.768	-5.759
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-44.838	-59.557
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-36.162	-50.761
7.02.04	Outros	-8.676	-8.796
7.02.04.01	Despesas Gerais, Administrativas e outras	-8.676	-8.796
7.03	Valor Adicionado Bruto	767.202	520.156
7.04	Retenções	-794	-735
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-794	-735
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	766.408	519.421
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	144.280	75.737
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	118.252	48.272
7.06.02	Receitas Financeiras	26.028	27.465
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	910.688	595.158
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	910.688	595.158
7.08.01	Pessoal	40.764	37.035
7.08.01.01	Remuneração Direta	25.917	23.727
7.08.01.02	Benefícios	12.663	11.320
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.184	1.988
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	148.504	117.113
7.08.02.01	Federais	148.098	116.750
7.08.02.02	Estaduais	212	224
7.08.02.03	Municipais	194	139
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	278.966	249.423
7.08.03.01	Juros	350.794	216.135
7.08.03.03	Outras	-71.828	33.288
7.08.03.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	-72.578	32.244
7.08.03.03.02	Outros	750	1.044
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	442.454	191.587
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	442.454	191.587

## Comentário do Desempenho

### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### Principais acontecimentos até o 2º trimestre de 2015 e eventos subsequentes (nota explicativa nº 28)

- ✓ Liquidação da 1ª Emissão de Debêntures: Em 15 de julho de 2015, conforme previsto no Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, a Taesa efetuou o pagamento da última parcela de sua 1ª emissão de debêntures, no montante de R\$257.533, liquidando os Ativos TAES11 e TAES21.
- ✓ Possível alteração no bloco de controle da Companhia: Em 17 de abril de 2015 a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. recebeu correspondência do FIP Coliseu, fundo que integra o bloco de controle da Companhia, informando que chegou a um acordo preliminar com Empresas Públicas de Medellín acerca das condições para alienar 35,71% das ações ordinárias, representativas de 22,14% do total de ações, de emissão da TAESA. Conforme correspondência do FIP Coliseu, em 03 de julho de 2015, considerando que certas condições precedentes para a assinatura do Contrato de Compra e Venda não ocorreram, foram encerradas as negociações entre o FIP Coliseu e a Empresas Públicas de Medellín.
- ✓ Pagamento de dividendos: Em 30 de abril de 2015, a Companhia pagou dividendos adicionais, referentes ao exercício de 2014, o montante de R\$254.757 (R\$0,24650 por ação ON e PN).
- ✓ Ratificação da destinação do resultado da Taesa de 2014: Em 22 de abril de 2015, Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ratificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2014.
- ✓ Liquidação de empréstimo com o Citibank – Contrato A: Em 10 de abril de 2015, data do vencimento da dívida, a Taesa liquidou o Contrato A da dívida com o Citibank, no montante de R\$136.199 (US\$44.705), conforme taxa de câmbio do dia 09 de abril de 2015.
- ✓ Renovação dos incentivos fiscais: Em 27 de março de 2015, a Companhia obteve homologação pela Receita Federal dos Laudos Constitutivos emitidos durante o quarto trimestre de 2014, referentes as renovações dos benefícios fiscais das concessões TSN, Munirah, Novatrans e Gtesa, que venceram em 31 de dezembro de 2013, com direito de reconhecimento dos efeitos fiscais retroativos. A Companhia apurou os valores para o ano de 2014 e reconheceu no resultado do 1º trimestre de 2015. As concessões Patesa e NTE não usufruem do benefício fiscal, uma vez que ainda não tiveram as renovações reconhecidas pela Receita Federal.

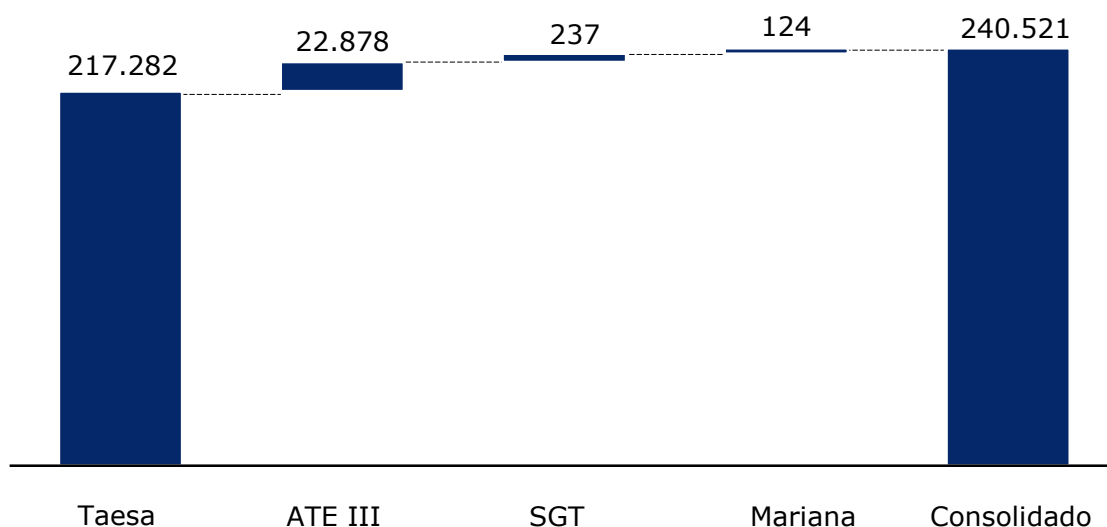
## Comentário do Desempenho

### 1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO NO 2º TRIMESTRE DE 2015

#### 1.1 Lucro líquido

A Taesa apresentou, no segundo trimestre de 2015, um resultado consolidado de R\$240.521, apresentando um aumento de 200,3% em relação ao resultado de R\$80.081 alcançado no mesmo período em 2014.

#### Composição do Lucro Líquido do 2T15



Nos itens a seguir apresentaremos as principais variações e suas respectivas influências no lucro líquido do 2T15.

#### 1.2 Detalhamento das Receitas

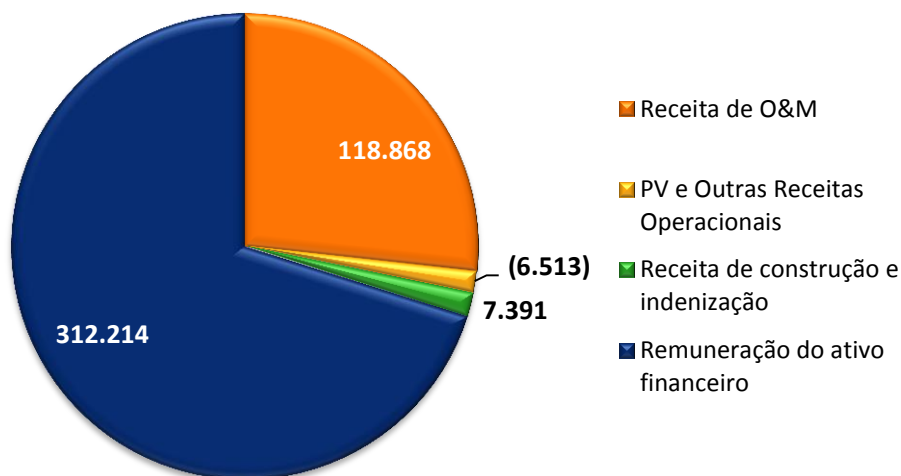
No segundo trimestre de 2015, a Taesa alcançou uma Receita operacional bruta de R\$431.960, apresentando um aumento de 51% em relação ao mesmo período em 2014.

ROB	2T15	2T14	Var.	Var. %
Consolidado	431.960	286.000	145.960	51,0%

As receitas da Taesa estão concentradas nas Receitas de O&M, Remuneração do ativo financeiro, Receita de construção e indenização, e Outras receitas. Abaixo a abertura de cada uma das receitas:

## Comentário do Desempenho

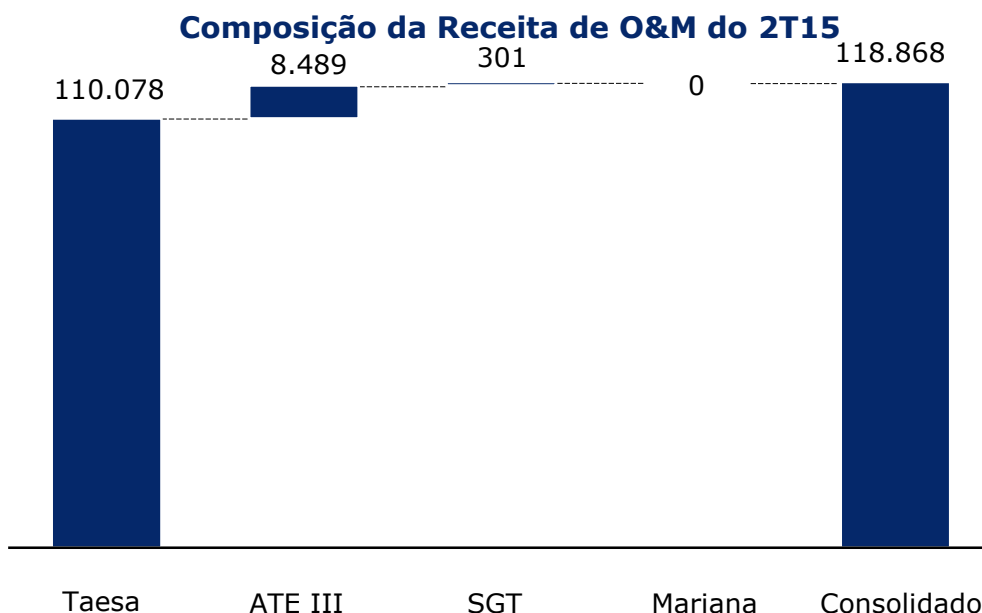
### Composição das receitas do 2T14



#### 1.2.1 Receita de O&M

A receita de O&M é anualmente ajustada pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP.

Receita de O&M	2T15	2T14	Var.	Var.%
Consolidado	118.868	109.560	9.308	8,5%



- Reajuste anual pela inflação (IGP-M: 7,84% e IPCA: 6,37% - conforme Resolução Homologatória nº 1.756 de 24 de junho de 2014, que estabeleceu as receitas anuais permitidas – RAPs, reajustadas para o Ciclo 2014/2015, praticadas a partir de 1º de julho de 2014; e

## Comentário do Desempenho

- Conclusão de reforços nas concessões ATE, ATE III e TSN nos meses de maio e agosto de 2014.

### 1.2.2 Remuneração do Ativo Financeiro, Receita de Construção e Indenização

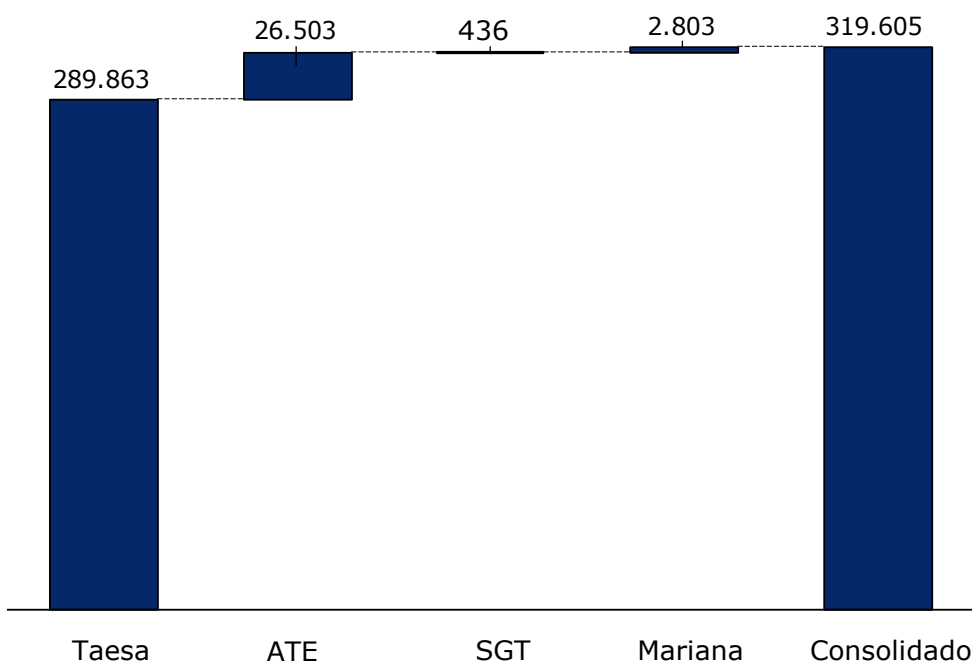
A Remuneração do ativo financeiro é a taxa de retorno do ativo financeiro multiplicada pelo saldo do ativo financeiro. A Receita de construção equivale ao valor investido na construção de um ativo acrescido de margem, conforme aplicável.

<b>Receita</b>	<b>2T15</b>	<b>2T14</b>	<b>Var.</b>	<b>Var.%</b>
Receita de construção e indenização	7.391	9.745	(2.354)	-24,2%
Remuneração do ativo financeiro	312.214	167.419	144.795	86,5%
<b>Consolidado</b>	<b>319.605</b>	<b>177.164</b>	<b>142.441</b>	<b>80,4%</b>

No segundo trimestre de 2015, a receita de construção e indenização da Taesa consolidada somou R\$7.391, apresentando uma diminuição de 24,2% em relação ao mesmo período em 2014.

No segundo trimestre de 2015, a Taesa alcançou uma Remuneração do ativo financeiro consolidado de R\$312.214, apresentando um aumento de 86,5% em relação ao mesmo período em 2014.

#### Composição das receitas de remuneração do ativo financeiro, construção e indenização no 2T15



## Comentário do Desempenho

- Conclusão da construção da subestação da São Gotardo em 19 de março de 2014.
- Processo de construção da linha de transmissão da concessão Mariana.
- Conclusão de reforços nas concessões ATE, ATE III e TSN nos meses de maio e agosto de 2014.
- Reajuste anual pela inflação (IGP-M: 7,84% e IPCA: 6,37% - conforme Resolução Homologatória N° 1.756 de 24 de junho de 2014, que estabeleceu as receitas anuais permitidas – RAPs, reajustadas para o Ciclo 2014/2015, praticadas a partir de 1º de junho de 2014. A partir de 1º de julho de 2014, a Companhia passou a reconhecer mensalmente os efeitos inflacionários do seu ativo financeiro, conforme detalhado na nota explicativa nº 2.4 subitem a.

### 1.2.3 PV e outras receitas operacionais

Refere-se às provisões de parcela variável e às outras receitas que são oriundas de prestação de serviços de Back-office com suas controladas em conjunto ETAU e BRASNORTE.

<b>Pv e outras Receitas operacionais</b>	<b>2T15</b>	<b>2T14</b>	<b>Var.</b>	<b>Var.%</b>
<b>Consolidado</b>	<b>(6.513)</b>	<b>(724)</b>	<b>(5.789)</b>	<b>799,6%</b>

### 1.3 Deduções sobre a Receita Operacional Bruta

No segundo trimestre de 2015, as deduções à Receita operacional foram de R\$39.768, apresentando um aumento de 51,4% sobre o mesmo período em 2014. As principais variações nas deduções à Receita operacional bruta estão descritas abaixo:

#### 1.3.1 PIS e COFINS

O PIS e COFINS são calculados com a aplicação de percentuais sobre o Faturamento. No segundo trimestre de 2015, a Taesa contabilizou uma despesa de R\$23.655, apresentando um aumento de 80,6% sobre o mesmo período em 2014.

<b>PIS e COFINS</b>	<b>2T15</b>	<b>2T14</b>	<b>Var.</b>	<b>Var.%</b>
<b>Consolidado</b>	<b>(23.655)</b>	<b>(13.101)</b>	<b>(10.554)</b>	<b>80,6%</b>

## Comentário do Desempenho

### 1.3.2 Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA

Trata-se de encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão dos serviços públicos (RGR), Taxa de Fiscalização (TFSEE), Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). No segundo trimestre de 2015, a Taesa contabilizou uma despesa de R\$16.087, apresentando um aumento de 22,2% sobre o mesmo período em 2014.

#### Variações

Com exceção da RGR, TFSEE, CDE e PROINFA, cujos valores são definidos pela ANEEL, os demais impostos e encargos são calculados através da aplicação de alíquotas sobre o Faturamento ou Receita operacional líquida. Sendo assim, suas variações decorrem basicamente da evolução da Receita.

#### Receita Operacional Líquida

Considerando todas as deduções da Receita operacional bruta, no segundo trimestre de 2015, a Taesa registrou uma Receita operacional líquida no valor de R\$392.192, apresentando um aumento de 51% em relação ao mesmo período em 2014.

<b>ROL</b>	<b>2T15</b>	<b>2T14</b>	<b>Var.</b>	<b>Var.%</b>
<b>Consolidado</b>	<b>392.192</b>	<b>259.725</b>	<b>132.467</b>	<b>51,0%</b>

A variação é justificada pelas explicações anteriormente citadas para as receitas e para as deduções da receita.

### 1.4 Custos e Despesas (excluindo Resultado Financeiro)

No segundo trimestre de 2015, a Taesa registrou R\$50.121 de Custos e Despesas operacionais, apresentando uma diminuição de 0,02% em relação ao mesmo período de 2014.

<b>Custos, Desp. Operacionais</b>	<b>2T15</b>	<b>2T14</b>	<b>Var.</b>	<b>Var.%</b>
Pessoal e Administradores	(24.021)	(21.535)	(2.486)	11,5%
Material	(9.834)	(13.074)	3.240	-24,8%
Serviços de Terceiros	(9.575)	(10.825)	1.250	-11,5%
Outros	(6.302)	(4.346)	(1.956)	45,0%
<b>Total</b>	<b>(49.732)</b>	<b>(49.780)</b>	<b>48</b>	<b>-0,1%</b>
Dep/Amort	(389)	(349)	(40)	11,5%
<b>Total</b>	<b>(50.121)</b>	<b>(50.129)</b>	<b>8</b>	<b>-0,02%</b>

## Comentário do Desempenho

Abaixo principais eventos que impactaram os custos e despesas no 2T15:

### 1.4.1 Pessoal e Administradores

Os impactos decorrem basicamente da atualização dos custos e despesas com pessoal pela inflação (reajuste anual).

### 1.4.2 Material

A variação decorreu basicamente pela conclusão da construção da subestação da São Gotardo em 19 de março de 2014 e pela conclusão de reforços nas concessões TSN, Novatrans, ATE, STE e ATE III.

### 1.4.3 Serviço de Terceiros

A variação decorreu basicamente por redução nos gastos com consultoria no 2T15.

### 1.4.4 Outros

A variação decorreu basicamente por reversão de provisão referentes a processos tributários no 2T14, aumento nas despesas com doações e patrocínios no 2T15.

No 2T15 houve um sinistro de um reator na concessão ATE, cujo valor contábil era de R\$1.987. A seguradora apurou um prejuízo indenizável líquido de R\$819, sendo assim, ao efetuar a baixa do reator, a Companhia apurou uma perda no valor de R\$1.168.

## 1.5 Resultado de Equivalência Patrimonial

No segundo trimestre de 2015, o resultado de equivalência patrimonial é composto pelas controladas em conjunto ETAU e Brasnorte, e pelas coligadas do Grupo TBE (vide nota explicativa nº 11).

<b>Resultado de Equiv. Patrimonial</b>	<b>2T15</b>	<b>2T14</b>	<b>Var.</b>	<b>Var.%</b>
ETAU	2.663	1.453	1.210	83,3%
BRASNORTE	2.114	654	1.460	223,2%
Grupo TBE	54.681	20.214	34.467	170,5%
<b>Total</b>	<b>59.458</b>	<b>22.321</b>	<b>37.137</b>	<b>166,4%</b>

- O resultado de todas Controladas em conjunto e Coligadas foram impactados basicamente pelo reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários (IGP-M e IPCA) do seu ativo financeiro.

## Comentário do Desempenho

- Outra contribuição para o aumento da Equivalência das empresas do Grupo TBE foi a entrada em operação da coligada indireta ETSE em 2015.

### 1.6 Resultado Financeiro

No segundo trimestre de 2015, a Taesa registrou, como resultado financeiro, R\$115.547 de despesa financeira líquida, apresentando uma diminuição na despesa financeira líquida de 3,5% em relação ao mesmo período em 2014.

<b>Resultado Financeiro</b>	<b>2T15</b>	<b>2T14</b>	<b>Var.</b>	<b>Var. %</b>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de aplicação financeira	15.815	18.198	(2.383)	-13,1%
Variações cambiais – depósitos vinculados	-	(2.002)	2.002	-100,0%
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>15.815</b>	<b>16.196</b>	<b>(381)</b>	<b>-2,4%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas:				
- Empréstimos e financiamentos	15.499	7.329	8.170	111,5%
- Debêntures	(119.760)	(109.704)	(10.056)	9,2%
- Ganho/(perda) instrumentos financeiros derivativos	(27.009)	(32.244)	5.235	-16,2%
Outras Despesas Financeiras	(92)	(1.273)	1.181	-92,8%
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(131.362)</b>	<b>(135.892)</b>	<b>4.530</b>	<b>-3,3%</b>
<b>Total</b>	<b>(115.547)</b>	<b>(119.696)</b>	<b>4.149</b>	<b>-3,5%</b>

Abaixo os principais eventos que impactaram o resultado financeiro do 2T15:

#### 1.6.1 Renda de aplicação financeira

O fator que resultou a variação foi a diminuição do valor investido em 2015 em relação à 2014.

#### 1.6.2 Variações cambiais – depósitos vinculados

Em maio de 2014, foi liquidado o empréstimo da ATE III junto ao BID. As contas reserva e aplicações financeiras vinculadas ao contrato de financiamento foram liberadas e resgatadas pelo Grupo.

#### 1.6.3 Empréstimos e financiamentos

Tanto no segundo trimestre de 2015 como no de 2014, a companhia apresentou um ganho de variação cambial. Porém, como o ganho de variação cambial no segundo trimestre de 2015 foi maior em relação ao mesmo período do ano anterior, a companhia apresentou um aumento no ganho de variação cambial no valor R\$ 11.376. Esse ganho está sendo compensado pela redução do ajuste a valor justo da dívida no valor de R\$ 6.796 e pela redução nos juros no montante de R\$ 3.591 como consequência das liquidações dos empréstimos realizados em 2014.

## Comentário do Desempenho

### 1.6.4 Debêntures

No segundo trimestre de 2015, as despesas financeiras oriundas das debêntures foram influenciadas principalmente pelo aumento do IPCA.

### 1.6.5 Ganho/(perda) instrumentos financeiros derivativos

Além do ganho no ajuste a valor justo nos instrumentos financeiros derivativos que a companhia apresentou no 2T15, a liquidação da NDF e do SWAP referente ao empréstimo com BID no 2T14, gerou um efeito positivo na variação do período no valor de R\$ 12.820 e R\$ 16.034, respectivamente. Essa variação está sendo compensada pelo resultado negativo do SWAP vinculado aos empréstimos de moeda estrangeira com o Citibank no valor de R\$ 23.619.

## 1.7 Impostos

No segundo trimestre de 2015 a Taesa apurou uma despesa de R\$45.461 referente ao Imposto de renda e contribuição social, apresentando um aumento na despesa de 41,4% em relação ao mesmo período em 2014, devido, principalmente, ao aumento do lucro tributável em 2015. Os impostos correntes foram impactados basicamente pelo rateio de antecipação e pela variação cambial ativa sobre a dívida, reduzidos do efeito do benefício fiscal SUDAM/SUDENE. Os impostos diferidos foram impactados basicamente pelos ajuste da Lei 12.973/14, rateio de antecipação e ganho de instrumentos financeiros derivativos.

Segue abaixo a conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os principais itens que impactaram a alíquota efetiva da Companhia neste trimestre.

<b>CONSOLIDADO</b>	<b>2T15</b>	<b>2T14</b>
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	285.982	112.221
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(97.233)	(38.155)
Equivalência patrimonial	20.215	7.589
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	28.206	5.250
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	775	397
Outros	2.576	(7.221)
Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado (operações continuadas)	<b>(45.461)</b>	<b>(32.140)</b>
Alíquota efetiva	16%	29%

## Comentário do Desempenho

### 1.8 Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“Deloitte”) presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto desde 2012. A Companhia contratou a Deloitte para prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras por 03 (três) anos consecutivos, reajustados pelo IGP-M. Em 2014 a remuneração da Deloitte referente aos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras foi de R\$1.404 mil. Em 2014, a Companhia também contratou a Deloitte para a prestação de outros serviços relacionados à auditoria independente no montante total de R\$716 mil, que se referiram basicamente a: (i) revisão trimestral dos cálculos decorrentes da aplicação do ICPC 01; (ii) revisão dos cálculos decorrentes da aplicação da lei 12.973/14; e (iii) Revisão do questionário do componente Brasnorte referente aos procedimentos do ISA 600.

Em 17 de abril de 2015, a Taesa assinou um aditivo, prorrogando por mais 02 (dois) anos consecutivos, reajustados pelo IGP-M, o contrato para prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras com a Deloitte,.

As políticas da TAESA na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2015, nossos auditores independentes não prestaram serviços não relacionados à auditoria.

CVM - BM&FBOVESPA

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

**Notas Explicativas**

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das informações financeiras intermediárias da Companhia, distribuídas da seguinte forma:

1. INFORMAÇÕES GERAIS
2. BASE DE PREPARAÇÃO
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
6. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO
7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS
9. TRIBUTOS DIFERIDOS
10. DEPÓSITOS JUDICIAIS
11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS
12. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR
13. PARTES RELACIONADAS
14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
15. DEBÊNTURES
16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
19. DIVIDENDOS A RECEBER E A PAGAR
20. COBERTURA DE SEGUROS
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
22. RESULTADO POR AÇÃO
23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS
25. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA
26. COMPROMISSOS ASSUMIDOS
27. OUTRAS INFORMAÇÕES
28. EVENTOS SUBSEQUENTES

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Praça XV de Novembro, 20, salas 601 e 602, Centro, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia tem como objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento; (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções e comissionamento; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico.
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados.
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades.
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista.
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalação de outras concessionárias.

Controladores diretos - em 30 de junho de 2015, a Companhia tinha como controladores a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e o Fundo de Investimento em Participações Coliseu ("FIP Coliseu").

Controladas, controladas em conjunto e coligadas

Controladas: ATE III, SGT e MAR.

Controladas em conjunto: ETAU e Brasnorte.

Coligadas: (a) com participação direta - EATE, ECTE, ENTE e ETEP; (b) com participação indireta - STC, Lumitrans, ESDE, ETSE, Transleste, Transirapé, Transudeste; e (c) com participação direta e indireta - EBTE e ERTE. Todas as empresas são denominadas em conjunto "Grupo TBE".

As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, não possuem ações negociadas em bolsas de valores, domiciliadas no Brasil e com sede nos seguintes Estados: Rio de Janeiro (ATE III, SGT, MAR, ETAU e Brasnorte), Santa Catarina (Lumitrans, STC e ECTE), São Paulo (ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, EATE, ENTE e ESDE) e Minas Gerais (Transleste, Transudeste e Transirapé).

Todas as empresas nas quais a Companhia possui participação têm por objeto social principal operar e usar as concessões de serviços públicos de transmissão de energia para implementar, operar e manter as instalações da rede básica do SIN por um período de 30 anos. Para outras informações, vide nota explicativa nº 11.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessões - a seguir encontra-se a relação de todas as concessões em que o Grupo Taesa possui participação direta ou indireta:

	Concessão	Aquisição ou constituição	Início	Participação (a)	Localidade	Km (b)	SE (c)
		Contrato de Concessão	Término				
<b>Taesa</b>	Transmissora Sudeste Nordeste S.A. ("TSN")	06/06/2006 097/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Bahia e Goiás	1.069	7
	Novatrans Energia S.A. ("NVT")	06/06/2006 095/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Distrito Federal, Goiás, Maranhão e Tocantins	1.278	6
	Transmissora de Energia S.A. ("Munirah")	31/03/2006 006/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Bahia	106	2
	Goiânia Transmissora de Energia ("Gtesa")	30/11/2007 001/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba e Pernambuco	52	3
	Paraíso-Açu Transmissora de Energia S.A. ("Patesa")	30/11/2007 087/2002	11/12/2002 11/12/2032	100%	Rio Grande do Norte	135	2
	Empresa de Transmissão de Energia do Oeste Ltda. ("ETEO")	31/05/2008 040/2000	12/05/2000 12/05/2030	100%	São Paulo	505	3
	Sul Transmissora de Energia S.A. ("STE")	30/11/2011 081/2002	19/12/2002 19/12/2032	100%	Rio Grande do Sul	389	4
	ATE Transmissora de Energia S.A. ("ATE")	30/11/2011 003/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Paraná e São Paulo	370	3
	ATE II Transmissora de Energia S.A. ("ATE II")	30/11/2011 011/2005	15/03/2005 15/03/2035	100%	Bahia, Piauí e Tocantins	942	4
	Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE")	30/11/2011 002/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba, Pernambuco e Alagoas	383	4
<b>Controladas</b>	ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III")	30/11/2011 001/2006	27/04/2006 27/04/2036	100%	Pará e Tocantins	454	4
	São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT")	06/06/2012 024/2012	27/08/2012 27/08/2042	100%	Minas Gerais	n/a	1
	Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR") (e)	18/12/2013 11/2014	02/05/2014 02/05/2044	100%	Minas Gerais	n/a	2
<b>Controladas em Conjunto</b>	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	28/12/2007 082/2002	18/12/2002 18/12/2032	52,5838%	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	188	4
	Brasnorste Transmissora de Energia S.A. ("Brasnorste")	17/09/2007 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	38,6645%	Mato Grosso	402	4

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	Concessão	Aquisição ou constituição	Início	Participação (a)	Localidade	Km (b)	SE (c)
		Contrato de Concessão	Término				
<b>Coligadas</b>	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE")	31/05/2013 042/2001	12/06/2001 20/06/2031	49,98%	Pará e Maranhão	928	5
	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP")	31/05/2013 043/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	Pará	324	2
	Empresa Catarinense Transmissão de Energia S.A. ("ECTE")	31/05/2013 088/2000	01/11/2000 01/11/2030	19,09%	Santa Catarina	253	2
	Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE")	31/05/2013 085/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará e Maranhão	458	3
	Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE")	31/05/2013 083/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,98%	Pará	155	3
	Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC")	31/05/2013 006/2006	27/04/2006 27/04/2036	39,99%	Santa Catarina	195	3
	Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans")	31/05/2013 007/2004	18/02/2004 18/02/2034	39,99%	Santa Catarina	51	2
	EBTE Empresa Brasileira de Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("EBTE")	31/05/2013 011/2008	16/10/2008 16/10/2038	74,49%	Mato Grosso	772	7
	ESDE Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE")	31/05/2013 025/2009	19/11/2009 19/11/2039	49,98%	Minas Gerais	n/a	1
	ETSE Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE") (d)	31/05/2013 006/2012	10/05/2012 10/05/2042	19,09%	Santa Catarina	n/a	2
	Companhia Transleste de Transmissão S.A. ("Transleste")	17/10/2013 009/2004	18/02/2004 18/02/2034	5,00%	Minas Gerais	138	2
	Companhia Transudeste de Transmissão S.A. ("Transudeste")	17/10/2013 005/2005	04/03/2005 04/03/2035	4,95%	Minas Gerais	140	2
	Companhia Transirapé de Transmissão S.A. ("Transirapé")	17/10/2013 012/2005	15/03/2005 15/03/2035	4,95%	Minas Gerais	61	2
					<b>Total</b>	<b>9.748</b>	<b>64</b>

- (a) Participação total detida pela Taesa direta e indiretamente.
- (b) Quilômetros ("km") oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.
- (c) As subestações ("SE") relacionadas a mais de uma concessão foram somadas apenas uma vez.
- (d) A SE entrou 100% em operação em março de 2015.
- (e) A linha de transmissão está em processo de construção e a data prevista para energização é 2 de maio de 2017.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

#### **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

##### **2.1 Declaração de conformidade**

O Formulário de Informações Trimestrais ("ITR") da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as informações financeiras intermediárias consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board – IASB". A apresentação destas informações está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das ITR.

A Companhia optou por apresentar essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Taesa e das empresas nas quais a Companhia mantém o controle acionário, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 11, cujos exercícios sociais e práticas contábeis são coincidentes. As empresas nas quais a Companhia mantém o controle conjunto ou possui influência significativa são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

A Companhia é cotista do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado ("Fundo Pampulha" ou "Fundo"), que se constitui em um fundo exclusivo do Grupo CEMIG, o qual o Grupo Taesa é integrante. O Fundo Pampulha, por ser um fundo exclusivo, é consolidado proporcionalmente de acordo com as cotas detidas pelo Grupo Taesa nas informações financeiras intermediárias da Companhia.

O Fundo Pampulha é administrado e gerido pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e os ativos que compõem sua carteira são custodiados pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo está sujeito a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração e pelo Conselho Fiscal em 06 de agosto de 2015.

##### **2.2 Base de mensuração**

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Vide nota explicativa nº 21.

##### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e das suas controladas, controladas em conjunto e coligadas. Todas as informações financeiras intermediárias apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

a) Ativo financeiro - A Companhia mensura o ativo financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro - TRAF é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado. A TRAF é estimada por concessão e utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

A partir de 1º de julho de 2014, a Companhia revisou a estimativa do fluxo de caixa futuro do ativo financeiro no que diz respeito ao reconhecimento dos efeitos inflacionários. Tais efeitos passaram a ser reconhecidos mensalmente e não mais anualmente, com base nos índices de IGP-M e IPCA do mês anterior ao mês de competência. A mudança na estimativa contábil é resultante de uma maior experiência com relação ao reajuste anual tendo como base as resoluções homologatórias da ANEEL.

b) Receita de operação e manutenção - As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos seus valores justos e reconhecidas de forma linear durante o prazo da concessão.

c) Avaliação de instrumentos financeiros - A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

d) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio das entidades que compõem a Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

e) Recuperação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e a recuperar - A Companhia registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual. Vide nota explicativa nº 8.

f) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente mensuradas e apresentadas nas informações financeiras intermediárias.

## **2.5 Informações por segmento**

O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição esta de inteira responsabilidade do ONS.

## **2.6 Sazonalidade**

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações. A partir de 1º de julho de 2014 a Companhia passou a reconhecer mensalmente os efeitos inflacionários do seu ativo financeiro, conforme detalhado na nota explicativa 2.4 subitem a.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

#### **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas as práticas contábeis adotadas estão uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, publicadas no Diário Oficial em 12 de março de 2015, exceto pelas normas e interpretações novas e revisadas mencionadas a seguir.

##### **3.1. Normas e interpretações novas e revisadas**

3.1.1. Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as informações intermediárias

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2015. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores.

- Modificações à IAS19 (CPC 33) - Benefícios a Empregados.
- Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2010-2012.
- Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2011-2013.

3.1.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (c).
- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (c).
- Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas ("Joint Operation") (a).
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola (a).
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização (a).
- Modificações à IAS 27 - Opção para Utilização do Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas (a).
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre Investidor e seu Associado ou "Joint Venture" (a).
- Modificações às IFRS - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014 (b).
- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras (a).
- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento (a).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2016.
- (b) 1º de janeiro de 2017.
- (c) 1º de janeiro de 2018.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas informações intermediárias de 30 de junho de 2015. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as informações intermediárias, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	495	667	461	587
Aplicações financeiras	18.150	101.186	15.390	63.603
	<b>18.645</b>	<b>101.853</b>	<b>15.851</b>	<b>64.190</b>

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs contratados em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, com o compromisso de recompra do título pela instituição financeira, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério da Companhia. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

Em 30 de junho de 2015, o Grupo concentrava no Fundo Pampulha, fundo de investimento exclusivo do Grupo CEMIG, o qual o Grupo Taesa é integrante, 99,45% de suas aplicações financeiras (equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) no consolidado e 99,43% na controladora (47% em 31 de dezembro de 2014, tanto no consolidado como na controladora). Em 30 de junho de 2015, a rentabilidade média das aplicações financeiras do Fundo Pampulha foi de aproximadamente 103,10% do CDI (104,2% em 31 de dezembro de 2014).

As demais aplicações referem-se basicamente aos CDBs, com liquidez diária, remunerados, em 30 de junho de 2015, à taxa média de 98,69% do CDI no consolidado e 95,5% do CDI na controladora (100,61% do CDI 31 de dezembro de 2014 tanto no consolidado como na controladora).

A exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros variável e a respectiva análise de sensibilidade estão divulgados na nota explicativa nº 21.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
CDBs, operações compromissadas e debêntures	137.223	25.633	117.913	25.633
Letras financeiras - bancos privados	237.338	48.178	203.940	48.178
Títulos públicos	228.389	11.527	196.250	11.527
Outros	10.031	4.023	9.059	4.023
	<b>612.981</b>	<b>89.361</b>	<b>527.162</b>	<b>89.361</b>
Ativo circulante	600.694	85.026	516.164	85.026
Ativo não circulante	12.287	4.335	10.998	4.335
	<b>612.981</b>	<b>89.361</b>	<b>527.162</b>	<b>89.361</b>

**6. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO**

## a) Clientes

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Clientes	208.774	218.263	195.368	204.170
Parcela variável (*)	(5.554)	(730)	(5.459)	(691)
	<b>203.220</b>	<b>217.533</b>	<b>189.909</b>	<b>203.479</b>
Circulante	191.665	206.687	179.010	193.243
Não circulante	11.555	10.846	10.899	10.236
	<b>203.220</b>	<b>217.533</b>	<b>189.909</b>	<b>203.479</b>

(\*) Refere-se à parcela variável, em aberto ou em discussão (provisão) com a ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados ocorridos na Companhia em 2014 e 2015, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.

Saldo de clientes por vencimento	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30/06/2015	31/12/2014
Consolidado	192.944	3.084	12.746	<b>208.774</b>	<b>218.263</b>
Controladora	180.500	2.888	11.980	<b>195.368</b>	<b>204.170</b>

O saldo registrado no ativo não circulante no valor de R\$11.555 no Consolidado (R\$10.899 na Controladora), refere-se aos clientes que não concordaram com os valores cobrados pelo Grupo Taesa na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Informações sobre o risco de crédito da Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 21.

## b) Ativo financeiro

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Circulante	1.216.149	1.164.266	1.139.143	1.092.342
Não circulante	4.988.382	5.070.847	4.403.525	4.499.904
	<b>6.204.531</b>	<b>6.235.113</b>	<b>5.542.668</b>	<b>5.592.246</b>

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do "Capital Asset Pricing Model - CAPM", em cuja composição foram observados os valores à época da realização do investimento.

A taxa considerada variou de 6% a 15%, de concessão para concessão, considerando as características específicas de cada uma delas e suas datas de investimento.

Em 30 de junho de 2015, o Grupo Taesa registrou uma receita de remuneração do ativo financeiro de R\$576.284 (R\$338.226 em 30 de junho de 2014). Na controladora, o efeito em 30 de junho de 2015 foi de R\$521.004 (R\$317.217 em 30 de junho de 2014). Esse montante inclui o valor de R\$246.825 no consolidado e R\$213.007 na controladora, decorrente da mudança de estimativa detalhada na nota explicativa nº 2.4.a.

A seguir, a movimentação do ativo financeiro nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e de 2014:

Ativo financeiro	TRAF Média (a)	31/12/2014	Adições (baixas) líquidas(b)	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	30/06/2015
TSN	13%	987.851	6.088	90.316	(126.808)	957.447
Munirah	12%	94.235	-	9.201	(9.576)	93.860
Gtesa	11%	31.437	-	2.646	(3.119)	30.964
Patesa	11%	100.650	1.773	8.516	(7.553)	103.386
ETEO	11%	434.560	-	37.904	(56.841)	415.623
NVT	14%	1.475.062	3.020	155.584	(173.912)	1.459.754
NTE	15%	438.547	-	47.601	(50.493)	435.655
STE	10%	327.048	-	28.991	(28.680)	327.359
ATE	10%	682.946	-	58.320	(52.173)	689.093
ATE II	9%	1.019.910	345	81.925	(72.653)	1.029.527
<b>Total controladora</b>		<b>5.592.246</b>	<b>11.226</b>	<b>521.004</b>	<b>(581.808)</b>	<b>5.542.668</b>
Mariana	6%	2.770	3.769	114	-	6.653
ATE III	7%	605.035	(74)	54.253	(35.297)	623.917
SGT	6%	35.062	(3.086)	913	(1.596)	31.293
<b>Total consolidado</b>		<b>6.235.113</b>	<b>11.835</b>	<b>576.284</b>	<b>(618.701)</b>	<b>6.204.531</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Ativo financeiro	TRAF Média (a)	31/12/2013	Adições (baixas) líquidas (c)	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	30/06/2014
TSN	14%	1.009.481	13.050	62.798	(113.261)	972.068
Munirah	13%	94.584	-	5.538	(8.880)	91.242
Gtesa	12%	31.595	-	1.655	(2.892)	30.358
Patesa	11%	79.583	4.373	4.268	(6.890)	81.334
ETEO	11%	463.986	-	23.701	(52.709)	434.978
NVT	15%	1.498.052	-	100.315	(161.215)	1.437.152
NTE	15%	441.608	-	30.570	(46.824)	425.354
STE	10%	325.487	-	16.342	(26.314)	315.515
ATE	10%	671.750	-	30.887	(48.383)	654.254
ATE II	9%	1.003.339	-	41.143	(67.375)	977.107
<b>Total controladora</b>		<b>5.619.465</b>	<b>17.423</b>	<b>317.217</b>	<b>(534.743)</b>	<b>5.419.362</b>
ATE III	7%	584.216	-	20.164	(33.076)	571.304
SGT	8%	24.071	10.361	839	(895)	34.376
Mariana	6%	-	916	6	-	922
<b>Total consolidado</b>		<b>6.227.752</b>	<b>28.700</b>	<b>338.226</b>	<b>(568.714)</b>	<b>6.025.964</b>

- (a) Refere-se a média das taxas de remuneração do ativo financeiro, definida na nota explicativa nº 2.4.a, vinculada a cada concessão.
- (b) As principais adições e baixas no período de janeiro a junho de 2015 estão relacionadas aos reforços ou concessão em fase de construção conforme descrito a seguir:

Concessão LT/SE	Descrição	Resolução ANEEL	Receita estimada	Previsão de conclusão e status	REIDI
TSN SE Rio das Éguas	Disjuntor + seccionadora para a SE de 500 kV de Rio das Éguas para adequação do arranjo de barramento (vão para Serra da Mesa 2)	Resolução Autorizativa ANEEL 4.347/2013	R\$ 4,5 milhões	Por restrições sistêmicas o ONS indeferiu a terceira reprogramação TAESA referente intervenções necessárias a para a conclusão do Reforço da SE Rio das Éguas. A nova data prevista para a energização é Agosto/2015.	Portaria MME 125/2014
TSN SE Rio das Éguas	Disjuntor + seccionadora para a SE de 500 kV de Rio das Éguas para adequação do arranjo de barramento (vão do reator)	Resolução Autorizativa ANEEL 4.347/2013	R\$ 4,5 milhões	Por restrições sistêmicas o ONS indeferiu a Terceira reprogramação TAESA referente intervenções necessárias a para a conclusão do Reforço da SE Rio das Éguas. A nova data prevista para a energização é em Agosto/2015.	Portaria MME 125/2014
PATESA LT Paraíso - Açú II	Seccionamento da LT Paraíso - Açú II na SE Lagoa Nova	Resolução Autorizativa ANEEL 3.757/2012	R\$1,5 milhões	As atividades sob responsabilidade da TAESA foram concluídas em abr/15. Entretanto, não foi possível disponibilizar o reforço para operação comercial devido ao atraso nas obras da CHESF. Devido ao fato desta reprogramação ser decorrente de condição de terceiro, e devido a isto o ONS autorizou a TAESA a receber a RAP a partir de mai/15. A conclusão do empreendimento está prevista para o 2º semestre de 2015	Portaria MME 196/2012 Ato Declaratório Executivo nº 9/2014
PATESA LT Paraíso - Açú II	Recapitação de 2 km da LT Açú II-Açú III	Resolução Autorizativa ANEEL 4.521/2014	R\$0,063 milhões	Previsão de conclusão Jan/16. Planejamento de intervenção previsto para 2o semestre de 2015.	Portaria MME 110/2014
MAR LT Itabirito II Vespasiano II	Implantação de nova linha de transmissão 500 kV	Contrato Concessão ANEEL 011/2014	R\$11,5 milhões	O projeto encontra-se em atraso. O processo de licenciamento ambiental do empreendimento junto a SEMAD (MG) encontra-se em atraso devido a limitações internas do órgão. Estão sendo desenvolvidas ações da Diretoria junto a SEMAD, CEMIG e ao governo do Estado a fim de buscar formas de priorizar o desenvolvimento deste processo. Foi concluída a contratação do EPC das Subestações Itabirito2 e Vespasiano2 e encontra-se em desenvolvimento as tratativas para contratação do EPC da Linha de Transmissão.	Portaria MME 182/2014

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(c) As principais adições no período de janeiro a junho de 2014 estão relacionadas aos reforços ou concessão em fase de construção conforme descrito a seguir:

Concessão LT/SE	Reforço/ concessão em fase de construção	Resolução ANEEL	Receita estimada	Previsão de conclusão e status	REIDI
TSN SE Sapeaçu	Reforço referente a um compensador estático - CE para a SE Sapeaçu 230 kV.	Resolução Autorizativa nº 2.946, de 07/06/2011.	R\$7,5 milhões	24 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL. Energização e início de operação: 02 de maio de 2014.	Portaria MME nº 437, de 14/07/11, e Ato Declaratório Executivo nº 203, de 23/11/2011.
TSN SE Sapeaçu	Reforço referentes a instalação do terceiro banco de autotransformadores monofásicos 500/230 kV - 3x200 MVA, conexões e complementações de infraestrutura geral e instalação de um disjuntor e uma chave seccionadora para complementar a CT 500 kV para o AT 05T1 e complementações de infraestrutura geral.	Resolução Autorizativa nº 3.323, de 31/01/2012.	R\$5,2 milhões	21 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL. Previsão de energização e início de operação: 31 de maio de 2014.	Portaria MME nº 160, de 21/03/2012, e Ato Declaratório Executivo nº 188, de 23/08/2012.
SGT SE São Gotardo 2	Construção da subestação SE São Gotardo 2 345/138 kV conforme Contrato de Concessão nº 024/12 - ANEEL	Aviso de Adjudicação e Homologação Leilão nº 5/12 - ANEEL.	R\$3,7 milhões	18 meses após assinatura do contrato de concessão de transmissão. Conclusão da obra e início de operação em 19 de março de 2014.	Portaria MME nº 128, de 08/10/2012 e Ato Declaratório Executivo nº 239, de 19/11/2012.
TSN PATESA - SE Lagoa Nova II	Seccionamento da LT Paraíso-Açu II na SE Lagoa Nova.	Resolução Autorizativa nº 3.757, de 20/11/2012	R\$1,5 milhões	24 meses após a publicação da resolução autorizativa da Aneel. Previsão de Energização: Vide informações sobre conclusão da obra no quadro referente a 30 de junho de 2015.	Portaria MME nº 196 de 28/12/2012 e Ato Declaratório Executivo Nº 9, de 5 de fevereiro de 2014.

• Principais características dos contratos de concessão:

RAP - a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M (TSN, Gtesa, Patesa, Munirah, Novatrans, ETEO, ETAU, NTE, ATE, ATE II, STE, EATE, ETEP, ENTE, ECTE, ERTE, Lumitrans, Transudeste, Transleste e Transirapé) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (Brasnorte, ATE III, SGT, Mariana, STC, EBTE, ETSE, e ESDE).

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. A partir do 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% do 15º ano de operação comercial, estendendo-se até o término do prazo final da concessão.

No caso das concessões detidas pela Brasnorte, SGT, Mariana, ATE III, STC, ETSE, EBTE e ESDE, bem como dos reforços nas linhas de transmissão realizados após o ano 2008, não há decréscimo do faturamento no 16º ano, sendo o recebimento da RAP linear durante o período da concessão.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no CPST.

A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% (no caso da ECTE, 25%) da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Ativo financeiro indenizável (extinção da concessão e reversão de bens vinculados ao serviço público de energia elétrica) - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias de recursos, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento.

A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia, por meio de investimentos adicionais, quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação ou rescisão - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "*reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas*", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de transmissão.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso de caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP

As concessões das linhas de transmissão de energia do Grupo são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Essa remuneração não varia com a sua disponibilidade.

Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

A seguir, a composição da RAP de cada concessão do Grupo Taesa de acordo com as resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL. As receitas do Grupo Taesa são reconhecidas de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12), conforme detalhado na nota explicativa nº 3.

	Ciclo 2015-2016			Ciclo 2014-2015			Ciclo 2013-2014		
	Total da RAP	PA apuração	Total	Total da RAP	PA apuração	Total	Total da RAP	PA apuração	Total
TSN	449.086	(42.547)	406.539	425.228	4.345	429.573	385.689	(11.803)	373.886
Gtesa	8.238	(766)	7.472	7.892	128	8.020	7.021	(212)	6.809
Munirah	32.335	(3.108)	29.227	31.059	327	31.386	28.802	(869)	27.933
Patesa	18.931	(1.820)	17.111	18.184	192	18.376	16.862	(509)	16.353
ETEO	155.851	(14.980)	140.871	149.699	1.584	151.283	138.821	(4.188)	134.633
Novatrans	460.994	(43.786)	417.208	442.435	4.669	447.104	410.285	(12.378)	397.907
STE	72.452	(7.241)	65.211	69.537	(1.189)	68.348	64.484	-	64.484
NTE	135.672	(13.382)	122.290	130.317	(2.229)	128.088	120.847	-	120.847
ATE	132.046	(12.692)	119.354	126.834	1.337	128.171	117.617	(3.879)	113.738
ATE II	204.000	(19.619)	184.381	195.948	2.026	197.974	179.035	(5.402)	173.633
ATE III	102.660	(9.782)	92.878	94.575	2.515	97.090	88.908	(2.503)	86.405
SGT (b)	4.595	217	4.812	4.236	46	4.282	3.982	-	3.982
ETAU (*)	20.210	(1.815)	18.395	19.412	72	19.484	18.002	(523)	17.479
Brasnorte (*)	8.841	(893)	7.948	8.150	196	8.346	7.662	(243)	7.419
ENTE (*)	99.737	(9.587)	90.150	95.799	1.009	96.808	88.838	(2.680)	86.158
EATE (*)	190.568	(18.318)	172.250	183.055	1.936	184.991	169.753	(5.121)	164.632
EBTE (*)	30.254	(3.790)	26.464	29.060	712	29.772	27.336	(1.436)	25.900
ECTE (*)	16.074	(1.545)	14.529	15.442	163	15.605	14.320	(432)	13.888
ETEP (*)	43.436	(4.173)	39.263	41.706	441	42.147	38.676	(1.168)	37.508
ERTE (*)	22.384	(2.152)	20.232	21.503	214	21.717	19.941	(426)	19.515
STC (*)	14.770	(991)	13.779	13.615	298	13.913	12.798	(176)	12.622
Lumitrans (*)	9.433	(907)	8.526	9.061	96	9.157	8.402	(253)	8.149
ESDE (*)	5.770	(398)	5.372	5.719	(27)	5.692	2.697	(3.489)	(792)
ETSE (*) (a)	3.769	(67)	3.702	1.120	110	1.230	-	-	-
Transirapé (*)	1.301	(107)	1.194	951	9	960	882	(13)	869
Transleste (*)	1.808	(174)	1.634	1.737	18	1.755	1.611	(49)	1.562
Transudeste (*)	1.110	(107)	1.003	1.066	11	1.077	988	(30)	958
<b>TOTAL</b>	<b>2.246.325</b>	<b>(214.530)</b>	<b>2.031.795</b>	<b>2.143.340</b>	<b>19.009</b>	<b>2.162.349</b>	<b>1.974.259</b>	<b>(57.782)</b>	<b>1.916.477</b>

(\*) Referem-se a valores proporcionais à participação da Companhia nas concessões em cada período. Essas concessões são controladas em conjunto ou coligadas da Companhia, cujos resultados são incorporados às informações financeiras intermediárias da Companhia com base no método de equivalência patrimonial.

(a) Entrada em operação parcial em dezembro de 2014. Entrou em operação total em março de 2015.

(b) Entrada em operação total em 18 de março de 2014.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Ciclo 2015-2016 - RAP no período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016 - Resolução Homologatória ANEEL nº 1.918/15, de 23 de junho de 2015.

Ciclo 2014-2015 - RAP no período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015 - Resolução Homologatória ANEEL nº 1.756/14, de 24 de junho de 2014.

Ciclo 2013-2014 - RAP no período de 1º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014 - Resolução Homologatória ANEEL nº 1.559/13, de 27 de junho de 2013.

Em que:

Total da Receita RAP = RBL - Rede Básica Licitada; RAP - RBNI - Rede Básica Novas Instalações; RAP - RBNI FR - Rede Básica Novas Instalações - Fronteira; RCDM - DIT - Receita das Demais Instalações de Transmissão; RAP - RMEL - Receita das melhorias - Rede básica; RAP - RMEL - Receita das melhorias - Rede básica fronteira.

PA - Apuração = parcela de ajuste do período para compensar o déficit ou superávit de arrecadação do período anterior (2015-2016/2014-2015/2013-2014).

## 7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
<b>Ativo</b>				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL antecipados (a)	379	40.535	379	38.313
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	25.288	29.775	18.272	18.262
IRPJ e CSLL a compensar/Imposto de Renda Retido na Fonte (c)	67.366	21.355	55.406	11.868
Impostos e contribuições retidos (b)	8.402	6.991	4.549	3.751
Outros	1.328	994	1.040	707
	<b>102.763</b>	<b>99.650</b>	<b>79.646</b>	<b>72.901</b>
<b>Circulante</b>				
Circulante	102.284	97.360	79.646	72.901
Não circulante	479	2.290	-	-
	<b>102.763</b>	<b>99.650</b>	<b>79.646</b>	<b>72.901</b>
<b>Passivo</b>				
IRPJ e CSLL correntes (a)	5.586	206	4.998	-
PIS e COFINS a recolher	7.577	4.843	6.735	4.830
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.431	1.374	1.376	1.331
Imposto Sobre Serviços - ISS	523	521	447	371
Impostos e contribuições retidos	27	-	149	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.256	2.215	69	1.023
Outros	741	2.837	239	2.677
	<b>17.141</b>	<b>11.996</b>	<b>14.013</b>	<b>10.232</b>

(a) Referem-se substancialmente às antecipações mensais do IRPJ e da CSLL no montante de R\$38.971 (R\$89.932 em 31 de dezembro de 2014), apurados sobre a receita bruta, através da sistemática do lucro real anual, depois de descontadas as provisões calculadas pela Taesa no exercício corrente no montante de R\$43.590 (R\$51.619 em 31 de dezembro de 2014).

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- (b) Referem-se aos impostos e às contribuições sociais retidos na fonte - Lei nº 10.833/03 (IRRF, CSLL, PIS e COFINS) sobre os serviços prestados principalmente aos órgãos e às entidades de administração pública pela Taesa e ATE III.
- (c) Referem-se principalmente a benefícios fiscais, renovados e reconhecidos no primeiro trimestre de 2015, mas relativos ao ano calendário de 2014.

Os valores registrados como não circulante referem-se aos impostos que, de acordo com a capacidade de realização da Companhia, não serão compensados nos próximos 12 meses. Não há nenhuma evidência de "impairment" para esses ativos.

### 8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Os créditos fiscais detalhados a seguir, incidentes sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, os quais serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 e, conforme determinações da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões do Grupo Taesa.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos por empresa, apresentados no balanço patrimonial consolidado, são demonstrados a seguir:

	30/06/2015			31/12/2014		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)
ATE III	15.180	(5.713)	9.467	23.327	-	23.327
<b>Ativo</b>	<b>15.180</b>	<b>(5.713)</b>	<b>9.467</b>	<b>23.327</b>	<b>-</b>	<b>23.327</b>
Taesa	518.726	(579.901)	(61.175)	505.569	(531.335)	(25.766)
SGT	-	(3.553)	(3.553)	-	(3.958)	(3.958)
Mariana	-	(724)	(724)	-	(301)	(301)
<b>Passivo</b>	<b>518.726</b>	<b>(584.178)</b>	<b>(65.452)</b>	<b>505.569</b>	<b>(535.594)</b>	<b>(30.025)</b>
	<b>533.906</b>	<b>(589.891)</b>	<b>(55.985)</b>	<b>528.896</b>	<b>(535.594)</b>	<b>(6.698)</b>

Os principais saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
<b>Ativo</b>				
Crédito fiscal incorporado - ágio (a)	457.493	474.188	457.493	474.188
Diferenças temporárias (b)	65.704	40.852	61.233	31.381
Prejuízos fiscais	10.709	13.856	-	-
	<b>533.906</b>	<b>528.896</b>	<b>518.726</b>	<b>505.569</b>
<b>Passivo</b>				
Diferenças temporárias (b)	<b>(589.891)</b>	<b>(535.594)</b>	<b>(579.901)</b>	<b>(531.335)</b>

- (a) O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010.
- (b) As diferenças temporárias são compostas da seguinte forma:

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	30/06/2015		31/12/2014
	Base	IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL
<b>Consolidado</b>			
Rateio, antecipação e parcela de ajuste	176.808	60.115	28.271
Provisão para participação nos lucros	6.622	2.251	3.876
Provisão para fornecedores	4.118	1.400	1.243
Provisão para parcela variável	5.554	1.889	248
Provisão para riscos trabalhistas	146	49	49
- aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12)		-	7.165
<b>Total do ativo</b>		<b>65.704</b>	<b>40.852</b>
- Ajuste a valor de mercado - dívida	(6.175)	(2.099)	(2.066)
- Aplicação do pronunciamento técnico CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos	(2.650)	(901)	(1.038)
- Aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12)	(1.601.859)	(544.632)	(510.273)
- Instrumentos financeiros derivativos	(124.292)	(42.259)	(22.217)
<b>Total do passivo</b>		<b>(589.891)</b>	<b>(535.594)</b>

	30/06/2015		31/12/2014
	Base	IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL
<b>Controladora</b>			
Rateio, antecipação e parcela de ajuste	164.141	55.808	26.213
Provisão para participação nos lucros	6.622	2.251	3.877
Provisão para fornecedores	3.730	1.269	1.007
Provisão para parcela variável	5.459	1.856	235
Provisão para riscos trabalhistas	146	49	49
<b>Total do ativo</b>		<b>61.233</b>	<b>31.381</b>
- Ajuste a valor de mercado - dívida	(6.175)	(2.099)	(2.066)
- Aplicação do pronunciamento técnico CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos	(2.650)	(901)	(1.038)
- Aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12)	(1.572.476)	(534.642)	(506.014)
- Instrumentos financeiros derivativos	(124.292)	(42.259)	(22.217)
<b>Total do passivo</b>		<b>(579.901)</b>	<b>(531.335)</b>

Expectativa de realização de impostos e contribuições diferidos ativos

Com base nos estudos técnicos das projeções de resultados tributáveis, estima-se a recuperação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Crédito fiscal incorporado - ágio	15.236	30.473	30.473	30.473	30.473	320.365	457.493
Diferenças temporárias	31.002	34.702	-	-	-	-	65.704
Prejuízos fiscais	2.067	4.134	4.508	-	-	-	10.709
	<b>48.305</b>	<b>69.309</b>	<b>34.981</b>	<b>30.473</b>	<b>30.473</b>	<b>320.365</b>	<b>533.906</b>

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados e conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002. O referido estudo é examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração no fim de cada exercício.

Com base nesse estudo, a Administração tem expectativa de realização dos saldos apresentados. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas informações financeiras intermediárias. De acordo com o artigo 510 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos ao prazo prescricional.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**9. TRIBUTOS DIFERIDOS**

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
PIS e COFINS diferidos- passivo (*)	<b>319.273</b>	<b>318.564</b>	<b>263.409</b>	<b>264.351</b>

(\*) Montante relacionado à diferença temporária (regime de caixa) sobre as receitas do Grupo, na aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12).

**10. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Cíveis (a)	4.771	4.341	4.721	4.291
Fiscais (b)	8.316	8.316	6.978	6.978
Trabalhistas	87	62	87	62
	<b>13.174</b>	<b>12.719</b>	<b>11.786</b>	<b>11.331</b>

As descrições dos principais saldos encontram-se a seguir:

(a) Cíveis

Faixa de servidão - depósitos efetuados pela Taesa e ATE III relativos aos processos de faixa de servidão. O saldo registrado em 30 de junho de 2015 era de aproximadamente R\$1.079 (R\$1.075 em 31 de dezembro de 2014).

Taxa de compensação IBAMA - ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da ATE e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, objetivando impedir a operação da linha de transmissão Londrina - Araraquara, bem como a concessão da licença de operação sem a devida regularização fundiária, demarcação das terras e elaboração, revisão ou implantação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação atingidas pelo empreendimento. O depósito judicial decorre de ordem judicial para que fosse oferecida compensação ambiental. A ATE poderá levantar esse depósito assim que finalizada a ação judicial, com o reconhecimento de que cumpriu com as obrigações de regularização fundiária e ambiental. O saldo registrado em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 1.088.

Consórcio Colinas - no decorrer do exercício de 2008, as empresas que participavam do Consórcio Colinas, contratado para a construção das linhas de transmissão, entraram em litígio e, conseqüentemente, os assessores jurídicos externos da ATE II decidiram efetuar a liquidação das contas a pagar decorrentes de prestação de serviços mediante depósito judicial, no montante de R\$1.663 em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014. Esse valor está registrado no balanço da Companhia, na rubrica "Outras contas a pagar", no passivo não circulante, no mesmo montante.

(b) Fiscais

PIS e COFINS - TSN - embargos à execução fiscal interpostos pela TSN em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos ao PIS e à COFINS, apurados com base no confronto de obrigações acessórias relativas ao ano-calendário 2001. O saldo registrado em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$514.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

PIS e COFINS - NTE - embargos à execução fiscal interpostos pela NTE em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos fiscais relativos ao PIS e à COFINS. O saldo registrado em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$3.474.

IPI - TSN - ação anulatória de débito fiscal de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com pedido de antecipação de tutela proposta pela TSN em face da União Federal, a fim de questionar suposto crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. O saldo registrado em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$771.

ICMS - ATE III - trata-se de depósito para garantir a Execução Fiscal nº 20081093669-9, na qual se cobra a diferença do ICMS recolhido pela ATE III quando da remessa interestadual de máquinas, equipamentos, peças e demais insumos para a linha de transmissão no Estado do Pará. Foi concedido um benefício fiscal à empresa pelo Estado do Pará, no qual estava reduzida em 50% a base de cálculo do ICMS relativa ao diferencial de alíquota nas aquisições dos bens indicados anteriormente. Foram opostos embargos à Execução Fiscal (ação própria para defesa contra uma cobrança executiva fiscal), sobre os quais ainda não foi obtida sentença. O saldo registrado em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$1.337.

CSLL, PIS e COFINS - NTE - embargos à execução fiscal interpostos pela NTE em 2013, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos à CSLL, ao PIS e à COFINS. O saldo registrado em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$736.

CSRF, IRRF, PIS, COFINS e CSLL - NTE - ação cautelar interposta pela NTE em 2013, com pedido de liminar, com o fito de realizar depósito judicial para a suspensão da exigibilidade do débito nos termos do artigo 151, II, do CTN - Código Tributário Nacional, para que se determine que a União Federal não considere como óbice à emissão de certidão positiva com efeitos negativos em favor da empresa os débitos consubstanciados em diversas Certidões de Dívida Ativa, abstendo-se igualmente de inscrever o seu nome no CADIN - Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal. O saldo registrado em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$1.484.

Para todos os processos descritos anteriormente nenhuma provisão para riscos fiscais foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos externos, as expectativas de perda são consideradas possíveis.

## 11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

<b>Investimentos</b>	<b>30/06/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Controladas em conjunto	161.541	160.327
Coligadas	1.579.298	1.541.831
<b>Consolidado</b>	<b>1.740.839</b>	<b>1.702.158</b>
Controladas	644.692	644.105
<b>Controladora</b>	<b>2.385.531</b>	<b>2.346.263</b>

<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>01/04/2015 a 30/06/2015</b>	<b>01/04/2014 a 30/06/2014</b>	<b>01/01/2015 a 30/06/2015</b>	<b>01/01/2014 a 30/06/2014</b>
Controladas em conjunto	4.777	2.107	8.922	4.297
Coligadas	54.681	20.214	109.330	43.975
<b>Consolidado</b>	<b>59.458</b>	<b>22.321</b>	<b>118.252</b>	<b>48.272</b>
Controladas	23.239	5.528	47.040	21.676
<b>Controladora</b>	<b>82.697</b>	<b>27.849</b>	<b>165.292</b>	<b>69.948</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

## a) Investimentos em controladas

Investimentos em controladas	Quantidade total de ações		Participação - %	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
ATE III	588.500.000	588.500.000	100%	100%
SGT	9.457.000	9.457.000	100%	100%
MAR	20.001	20.001	100%	100%

Movimentação dos investimentos em controladas - A movimentação dos investimentos em controladas, incluindo o valor justo alocado oriundo do processo de alocação do preço pago - pronunciamento técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, apresentado nas informações financeiras intermediárias individuais (controladora), é como segue:

	Controladora			
	ATE III	SGT	MAR	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2014</b>	<b>355.380</b>	<b>7.281</b>	<b>1</b>	<b>362.662</b>
Aumento/integralização de capital	209.000	3.200	20.000	232.200
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	(18.398)	-	-	(18.398)
Equivalência patrimonial	21.109	187	380	21.676
<b>Saldos em 30 de junho de 2014</b>	<b>567.091</b>	<b>10.668</b>	<b>20.381</b>	<b>598.140</b>
Pagamento de dividendos intercalares	(7.627)	-	-	(7.627)
Equivalência patrimonial	62.763	(1.601)	496	61.658
Dividendos Propostos 2014	(7.858)	-	(208)	(8.066)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>614.369</b>	<b>9.067</b>	<b>20.669</b>	<b>644.105</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2015</b>	<b>614.369</b>	<b>9.067</b>	<b>20.669</b>	<b>644.105</b>
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	(46.453)	-	-	(46.453)
Equivalência patrimonial	45.999	638	403	47.040
<b>Saldos em 30 de junho de 2015</b>	<b>613.915</b>	<b>9.705</b>	<b>21.072</b>	<b>644.692</b>

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação/ integralização	Órgão	Montante
<b>Eventos no exercício de 2014</b>				
ATE III	Dividendos adicionais propostos de 2013	28/02/2014	AGO	18.398
ATE III (i)	Aumento de capital	14/05/2014	AGE	192.700
ATE III (i)	Integralização de capital	15/05/2014	AGE	16.300
ATE III	Pagamento de dividendos intercalares	04/12/2014	AGE	7.627
				235.025
MAR (ii)	Aumento de capital	25/02/2014	AGE	20.000
SGT (ii)	Aumento de capital	18/03/2014	AGE	3.200
				<b>258.225</b>
<b>Eventos no exercício de 2015</b>				
ATE III	Dividendos adicionais propostos de 2014	27/03/2015	AGO	<b>46.453</b>

- (i) Teve como objetivo transferir os recursos necessários para essa investida realizar a liquidação antecipada de dívidas. Para outras informações, vide nota explicativa nº 14.
- (ii) Teve como objetivo transferir os recursos necessários para essa investida iniciar a construção do empreendimento que constitui o seu objeto social mencionado na nota explicativa nº 1.

## b) Investimentos em controladas em conjunto

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta ou indireta)	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
ETAU	34.895.364	34.895.364	52,5838%	52,5838%
Brasnorte	191.052.000	191.052.000	38,6645%	38,6645%

A data-base das demonstrações financeiras das controladas em conjunto é 31 de dezembro de cada ano.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**Demais acionistas**

ETAU	Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica ("CEEE-GT")
Brasnorte	Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") e Bimetal Energia S.A. ("Bimetal")

As principais cláusulas dos acordos dos acionistas das controladas em conjunto estão listadas a seguir:

Brasnorte

- O Conselho de Administração será composto de cinco Conselheiros, sendo dois membros indicados pela Eletronorte, dois membros indicados pela Taesa e um membro indicado pela Bimetal. O Presidente do Conselho de Administração será indicado pela Bimetal e eleito pela maioria dos votos do Conselho de Administração, sendo responsável pela organização e coordenação dos trabalhos desse órgão, não tendo direito a voto de qualidade. A aprovação das matérias previstas nas competências no Conselho de Administração dependerá de voto afirmativo de pelo menos 4/5 (quatro quintos) de seus membros.
- A Diretoria será composta por 3 (três) Diretores, eleitos pelos Conselheiros nos seguintes termos: caberá à Eletronorte a indicação do Diretor Técnico; caberá à TAESA a indicação do Diretor-Presidente; e caberá à Bimetal a indicação do Diretor Administrativo-Financeiro. O quórum de instalação da reunião é a maioria dos membros em exercício. As resoluções da Diretoria resultarão do voto da maioria dos presentes.
- Se uma das controladoras decidir vender parcial ou integralmente as suas ações ou receber uma oferta de compra total ou parcial de seu "stake" na sociedade, os demais acionistas terão direito de preferência na aquisição das ações em negociação. O direito de preferência para a compra de ações será exercido sempre sobre a totalidade, e não menos do que a totalidade, das ações ofertadas.
- As questões, litígios ou controvérsias entre os acionistas serão resolvidos de forma amigável, mediante negociações diretas mantidas em boa-fé, por um período não superior a 30 dias. Na hipótese de, decorrido o prazo de 30 dias, as partes não chegarem a uma solução amigável, as questões, litígios ou controvérsias serão dirimidas, em caráter definitivo, por meio de arbitragem institucional, a ser processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem.
- O acordo terá seu prazo de validade semelhante ao do Contrato de Concessão do Empreendimento, podendo ser inclusive renovado.

ETAU

- A ETAU terá um Conselho de Administração composto por cinco membros e respectivos suplentes, os quais deverão ser eleitos pelos acionistas. Cada acionista indicará um membro do Conselho de Administração, um efetivo e um suplente, independentemente do percentual de participação dos acionistas no capital da ETAU. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo a cada um dos Conselheiros um voto nas deliberações.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- A ETAU terá uma diretoria composta de dois diretores, acionistas da ETAU ou não, sendo profissionais de reconhecida capacidade técnica nas respectivas áreas de atuação, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. As decisões de diretoria devem ser tomadas pelos dois diretores em conjunto.
- As acionistas terão entre si direito de preferência na aquisição das ações dos que desejarem aliená-las, por qualquer forma ou motivo, direito esse proporcional à participação que possuam no capital subscrito e integralizado da ETAU, e que, se não for exercido, no todo ou em parte, reverterá aos demais acionistas, sempre proporcionalmente.
- Como condição para a venda a terceiro, o referido deverá, necessariamente, apresentar para a ETAU e para os demais acionistas comprovação de ter obtido, em data não anterior a 180 dias da mencionada apresentação, no mínimo, o "rating" BrBBB+ (escala nacional), emitido pela "Standard and Poors" (S&P), ou "rating" substancialmente equivalente ao antes mencionado, por outra agência de "rating" internacionalmente reconhecida.
- No caso de controvérsias ou disputas decorrentes desse acordo, os acionistas envidarão seus melhores esforços para alcançar composição amigável. Caso os acionistas não alcancem composição amigável no prazo de 15 dias contados do recebimento da notificação por escrito de outro(s) acionista(s), informando a existência de controvérsia ou disputa, os acionistas elegem o foro central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo como competente para dirimir qualquer controvérsia existente entre os acionistas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto - A movimentação dos investimentos em controladas em conjunto, incluindo o valor justo alocado oriundo do processo de alocação do preço pago - pronunciamento técnico CPC 15 (R1), apresentado nas informações financeiras intermediárias individuais (controladora) e consolidadas, é como segue:

	<b>ETAU</b>	<b>Brasorte</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2014</b>	<b>77.239</b>	<b>82.372</b>	<b>159.611</b>
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	(14.650)	-	(14.650)
Equivalência patrimonial	2.999	1.298	4.297
<b>Saldos em 30 de junho de 2014</b>	<b>65.588</b>	<b>83.670</b>	<b>149.258</b>
Equivalência patrimonial	8.570	5.737	14.307
Dividendos Propostos 2014	(74)	(3.164)	(3.238)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>74.084</b>	<b>86.243</b>	<b>160.327</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2015</b>	<b>74.084</b>	<b>86.243</b>	<b>160.327</b>
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	(7.708)	-	(7.708)
Equivalência patrimonial	4.392	4.530	8.922
<b>Saldos em 30 de junho de 2015</b>	<b>70.768</b>	<b>90.773</b>	<b>161.541</b>

<b>Investida</b>	<b>Principais eventos societários</b>	<b>Data da aprovação</b>	<b>Órgão</b>	<b>Montante</b>
<b>Eventos no exercício de 2014</b>				
ETAU	Dividendos adicionais propostos de 2013	17/02/2014	AGO	<b>14.650</b>
<b>Eventos no exercício de 2015</b>				
ETAU	Dividendos adicionais propostos de 2014	08/04/2015	AGO	<b>7.708</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

## c) Investimentos em coligadas

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta ou indireta)	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
<u>Coligadas diretas</u>				
EATE	180.000.010	180.000.010	49,98%	49,98%
EBTE (i)	263.058.339	263.058.339	49,00%	49,00%
ECTE	42.095.000	42.095.000	19,09%	19,09%
ENTE	100.840.000	100.840.000	49,99%	49,99%
ETEP	45.000.010	45.000.010	49,98%	49,98%
ERTE (ii)	84.133.970	84.133.970	21,94%	21,94%
<u>Coligadas indiretas</u>				
STC (iii)	211.003.246	211.003.246	39,98%	39,98%
ESDE (iv)	45.882.215	43.191.000	49,98%	49,98%
Lumitrans (v)	72.012.095	72.012.095	39,98%	39,98%
ETSE (vi)	60.893.000	60.893.000	19,09%	19,09%
EBTE (i)	263.058.339	263.058.339	25,49%	25,49%
ERTE (ii)	84.133.970	84.133.970	28,04%	28,04%
Transudeste (vii)	30.000.000	30.000.000	4,95%	4,95%
Transleste (viii)	49.569.000	49.569.000	5,00%	5,00%
Transirapé (ix)	22.340.490	22.340.490	4,95%	4,95%

- (i) A EATE controla a EBTE com 51% de participação, sendo a participação remanescente de 49% detida diretamente pela Taesa. Consequentemente, a Companhia também possui uma participação indireta na EBTE de 25,49% por meio da EATE (observando-se que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE). Dessa forma, a participação direta e indireta da Taesa na EBTE é de 74,49%. A Taesa possui influência significativa na EBTE, conforme acordo de acionistas assinado entre as partes.
- (ii) A ERTE é uma investida da Taesa, EATE e ENTE. A Taesa possui uma participação de 21,94% no capital total dessa investida. Considerando que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE e 49,99% na ENTE, que possuem respectivamente 18,08% e 38,02% de participação na ERTE, a participação total direta e indireta da Taesa na ERTE é de 49,98%.
- (iii) A EATE possui 61,55% de participação na STC e a ENTE possui uma participação de 18,45% nessa investida. Considerando que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE e 49,99% na ENTE, a participação direta e indireta da Taesa na STC é de 39,98%.
- (iv) A ETEP possui 100% de participação na ESDE; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 49,98%.
- (v) A EATE possui 80% de participação na Lumitrans; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 39,98%.
- (vi) A ECTE possui 100% de participação na ETSE; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 19,09%.
- (vii) A EATE possui 9,90% de participação da Transudeste; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 4,95%.
- (viii) A EATE possui 9,99% de participação da Transleste; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 5,00%.
- (ix) A EATE possui 9,90% de participação da Transirapé; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 4,95%.

A data-base das demonstrações financeiras das coligadas é 31 de dezembro de cada ano.

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão assinado em 17 de maio de 2012, a Companhia não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias para a Companhia, ocorrida em 31 de maio de 2013, salvo se previamente autorizado pela CEMIG.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Durante o período supramencionado, a Companhia poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE, desde que transfira para a CEMIG a diferença positiva obtida nas referidas operações, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência com o valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Companhia, devidamente atualizado pela taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN no dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

**Aumento de capital social de coligada (EATE):**

Em 23 de junho de 2015, os acionistas da EATE, aprovaram o aumento do capital social de R\$457.288 para R\$495.627 decorrente da fruição da redução de 75% do Imposto de Renda no valor total de R\$38.339, que se encontrava na conta de Reserva de Incentivo Fiscal, sem alteração da quantidade de ações subscritas.

**Aumento de capital social de coligada indireta (ESDE):**

Em 23 de junho de 2015, os acionistas da ESDE, aprovaram o aumento do capital social no montante de R\$4.154, equivalentes a 2.691.215 novas ações ordinárias, sem valor nominal.

**Alterações na participação de coligada (ERTE):**

Em 18 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização, pela ENTE, de aporte de capital na ERTE, no valor de R\$17.443, equivalentes a 5.230.359 ações preferenciais e 5.230.359 ações ordinárias (38,02% de participação no capital total), a fim de conferir à ERTE os recursos necessários ao pagamento de dividendos societários. Nessa reunião, também foi autorizada pelo Conselho de Administração a celebração entre a Companhia, a Alupar e a EATE do Termo de Cessão de Direito de Preferência na subscrição de novas ações e outros valores mobiliários na ERTE, nos termos do qual foi transferida a título gratuito, proporcionalmente às respectivas ações no capital social da ERTE. Após esse aporte, o capital social totalmente integralizado da ERTE passou a ser de R\$126.941, representado por 42.066.985 ações ordinárias e 42.066.985 ações preferenciais, sem valor nominal. Dessa forma, a Taesa passou a ter uma participação direta na ERTE de 21,94% e indireta de 28,04% (considerando que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE e 49,99% na ENTE), continuando com uma participação direta e indireta na ERTE de 49,98%. Essa alteração de participação não gerou ágio ou deságio nem impacto no resultado da Companhia.

Além da alteração de participação supracitada, no exercício de 2014 aconteceram mais duas alterações de participação na ERTE nos meses de junho e outubro. Para mais informações, vide demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, publicadas no Diário Oficial em 12 de março de 2015.

**Alteração na participação de coligada indireta (STC)** - Em 18 de agosto de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização, pela Alupar e ENTE, de aporte de capital na STC, no valor de R\$52.076, equivalentes a 48.663.246 ações ordinárias pela Alupar e pela nova acionista, a ENTE, que agora possui 18,45% de participação na STC, a fim de conferir à STC os recursos necessários para o pagamento de dividendos retidos em reservas societárias. Nessa reunião também foi aprovada a renúncia da EATE, em favor da ENTE, ao direito de subscrição de novas ações ordinárias a serem emitidas pela STC. A EATE teve sua participação reduzida para 61,55% e a Alupar manteve sua participação de 20%. Considerando que a Taesa possui diretamente 49,98% e 49,99% da EATE e da ENTE, respectivamente, a Taesa continua com uma participação indireta na STC de 39,98%. Essa alteração de participação não gerou ágio ou deságio nem impacto no resultado da Companhia. Esse aumento de capital foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de agosto de 2014 da STC.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Aumento de capital de coligada indireta (Lumitrans) - Em 18 de agosto de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização, pela Alupar e EATE, de aporte de capital na Lumitrans, no valor de R\$20.174, equivalentes a 14.436.036 ações ordinárias pela Alupar e EATE, a fim de conferir à Lumitrans os recursos necessários para o pagamento de dividendos retidos em reservas societárias. A EATE, coligada direta da Taesa, possui 80% de participação na Lumitrans; conseqüentemente, a Taesa que tem participação de 49,98% na EATE possui uma participação indireta de 39,98% na Lumitrans. Essa alteração de participação não gerou ágio ou deságio nem impacto no resultado da Companhia. Esse aumento de capital foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de agosto de 2014 da Lumitrans.

Aumento de capital de coligada indireta (ESDE) - Em 18 de agosto de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização, pela ETEP, de aporte de capital na ESDE, no valor de R\$11.289, equivalentes a 11.288.999 novas ações ordinárias, sem valor nominal, a fim de conferir à ESDE os recursos necessários para o pagamento de dividendos retidos em reservas societárias. A ETEP, coligada direta da Taesa, possui 99,99% de participação na ESDE; conseqüentemente, a Taesa que tem participação de 49,98% na ETEP possui uma participação indireta de 49,98% na ESDE. Esse aumento de capital foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 20 de agosto de 2014 da ESDE.

**Demais acionistas - Coligadas diretas**

EATE, ENTE, ETEP e ERTE	Alupar Investimento S.A.
EBTE	EATE
ECTE	Alupar Investimento S.A., Centrais Elétricas de Santa Catarina ("CELESC") e MDU Resources Luxembourg II LLC ("MDU")

As principais cláusulas do acordo de acionistas das coligadas do Grupo TBE estão listadas a seguir:

- (i) A Alupar Investimento S.A. ("Alupar") terá o direito de comprar as ações de emissão da "sociedade" (todas as companhias do Grupo TBE) pertencentes à Taesa, no caso de a CEMIG deixar de ter o controle ou de participar do bloco de controle da Taesa.
- (ii) As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos presentes, exceto nos casos em que a lei exigir quórum mais qualificado, ressalvadas as seguintes matérias, que somente poderão ser aprovadas com o voto afirmativo de acionistas que detenham 55% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 69%) das ações com direito a voto de emissão da referida sociedade:
  - Aumento ou redução do capital social, conforme disposto no referido acordo, desdobramento ou grupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, mudança do objeto social, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários pela referida sociedade, incluindo a criação e emissão de ações preferenciais, debêntures de qualquer natureza ou quaisquer outros títulos de dívida conversíveis em ações, partes beneficiárias, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações.
  - Cisão, fusão, incorporação ou transformação envolvendo a referida sociedade e criação de sociedades subsidiárias.
  - Liquidação ou dissolução da referida sociedade.
  - Alteração do percentual mínimo do lucro líquido a ser distribuído anualmente aos acionistas.
  - Participação da referida sociedade no capital de outras sociedades, em "joint ventures" ou consórcios, bem como associações com terceiros de qualquer natureza.
  - Abertura ou fechamento do capital da referida sociedade.
  - Alteração dos limites de competência do Conselho de Administração para as deliberações a que se referem determinadas matérias.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- (iii) Será vedada ao acionista a participação de deliberação sobre aprovação, celebração ou rescisão sobre quaisquer acordos, transações ou contratos entre a referida sociedade e quaisquer de seus acionistas e/ou controladoras, controladas, coligadas ou empresas sob controle comum.
- (iv) O Conselho de Administração da referida sociedade será composto por seis membros e seus suplentes (com exceção dos Conselhos de Administração da ECTE e da EBTE, que terão cinco membros e seus suplentes), e cada lote de ações ordinárias de emissão da referida sociedade, representativas de 15% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 16%, e da EBTE, na qual o percentual é 16,5%) do capital votante, assegura à parte detentora o direito de indicar um membro do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os membros indicados pela Alupar ou pela EATE, conforme o caso, para compor o referido órgão e será responsável pela organização e coordenação dos trabalhos do Conselho de Administração. Ressalvadas as matérias listadas a seguir, as decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos membros presentes, devendo o Presidente do Conselho de Administração ter o voto de desempate. As decisões do Conselho de Administração, relativamente às matérias a seguir listadas, somente serão tomadas pelo voto afirmativo de quatro Conselheiros:
- Eleger e distribuir a remuneração dos diretores da referida sociedade, na forma do disposto no item 4.8 do acordo e subitens, bem como fixar as atribuições dos diretores adicionais às previstas no Estatuto Social.
  - Aprovar os empréstimos, os financiamentos, a emissão ou a venda de títulos de dívida não conversíveis em ações, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros e contratações em geral a serem celebrados pela referida sociedade, em valores superiores a R\$1.350.
  - Submeter à Assembleia Geral proposta de destinação de lucro líquido apurado no exercício, nos termos do Estatuto Social.
- (v) As decisões do Conselho de Administração, relativamente à seguinte matéria, estarão sujeitas a veto de, pelo menos, dois Conselheiros (ou um Conselheiro indicado pela Alupar ou pela Companhia, no caso da ECTE), em manifestação em reunião do Conselho de Administração: aprovar/alterar o orçamento anual da referida sociedade que seja relevante em relação ao do exercício anterior.
- (vi) Ocorrendo impasse em qualquer decisão da Diretoria, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.
- (vii) A Diretoria será composta por dois diretores, sendo um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico Comercial (com exceção da Diretoria da ECTE, que terá também um Diretor de Planejamento e Regulação), eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, permitida a reeleição.

Enquanto a Alupar, ou a EATE, conforme o caso, detiver pelo menos 49% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 15%) das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Administrativo-Financeiro, e enquanto a Companhia detiver pelo menos 49% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 15%) das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Técnico Comercial.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Movimentação dos investimentos em coligadas - A movimentação dos investimentos em coligadas, incluindo o valor justo alocado oriundo do processo de alocação do preço pago - pronunciamento técnico CPC 15 (R1), apresentado nas informações financeiras intermediárias individuais (controladora) e consolidadas, é como segue:

	<b>EATE</b>	<b>EBTE</b>	<b>ECTE</b>	<b>ENTE</b>	<b>ERTE</b>	<b>ETEP</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2014</b>	<b>797.810</b>	<b>146.818</b>	<b>51.415</b>	<b>434.785</b>	<b>122.753</b>	<b>171.885</b>	<b>1.725.466</b>
Equivalência patrimonial	17.436	2.175	971	14.706	2.527	6.160	43.975
Dividendos propostos	(67.433)	-	(3.270)	(17.762)	(10.410)	(9.820)	(108.695)
<b>Saldos em 30 de junho de 2014</b>	<b>747.813</b>	<b>148.993</b>	<b>49.116</b>	<b>431.729</b>	<b>114.870</b>	<b>168.225</b>	<b>1.660.746</b>
Equivalência patrimonial	104.673	18.343	6.126	43.047	8.898	19.351	200.438
Dividendos propostos	67.433	-	3.270	17.762	10.410	9.820	108.695
Dividendos recebidos em 2013	(228.536)	-	(7.571)	(109.201)	(26.699)	(53.726)	(425.733)
Dividendos a receber 2014	-	(2.315)	-	-	-	-	(2.315)
Ajuste PPA alteração societária da ERTE	12.413	-	-	29.364	(41.777)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>703.796</b>	<b>165.021</b>	<b>50.941</b>	<b>412.701</b>	<b>65.702</b>	<b>143.670</b>	<b>1.541.831</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2015</b>	<b>703.796</b>	<b>165.021</b>	<b>50.941</b>	<b>412.701</b>	<b>65.702</b>	<b>143.670</b>	<b>1.541.831</b>
Equivalência patrimonial	56.946	3.103	2.603	32.923	4.235	9.520	109.330
Aprovação dos dividendos adicionais propostos 2014	(48.177)	(46)	(2.325)	(14.910)	(1.469)	(4.936)	(71.863)
<b>Saldos em 30 de junho de 2015</b>	<b>712.565</b>	<b>168.078</b>	<b>51.219</b>	<b>430.714</b>	<b>68.468</b>	<b>148.254</b>	<b>1.579.298</b>

Os principais eventos societários que impactaram o investimento da Companhia em suas coligadas estão detalhados a seguir:

<b>Investida</b>	<b>Natureza dos dividendos pagos e propostos</b>	<b>Data da aprovação</b>	<b>Órgão</b>	<b>Montante (*)</b>
EATE	Destinação dos dividendos adicionais de 2014	27/03/2015	AGOE	48.177
ECTE	Destinação dos dividendos adicionais de 2014	30/03/2015	AGOE	2.325
ETEP	Destinação dos dividendos adicionais de 2014	27/03/2015	AGOE	4.936
ENTE	Destinação dos dividendos adicionais de 2014	27/03/2015	AGOE	14.910
ERTE	Destinação dos dividendos adicionais de 2014	27/03/2015	AGOE	1.469
EBTE	Destinação dos dividendos adicionais de 2014	27/03/2015	AGOE	46
				<b>71.863</b>

(\*) Montante proporcional à participação da Taesa na investidas. O pagamento dos referidos valores poderá ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, inclusive ultrapassando o exercício de 2015.

d) Informações financeiras intermediárias resumidas

A seguir encontram-se as informações financeiras intermediárias resumidas apresentadas nas informações financeiras intermediárias individuais das controladas em conjunto e coligadas em conformidade com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicos emitidos pelo CPC.

Agregação das informações financeiras intermediárias - considerando que as empresas coligadas diretas em que a Taesa possui participação são entidades similares do setor de transmissão de energia elétrica e são administradas como um grupo de concessões (Grupo TBE), a Administração da Companhia optou por agregar as informações financeiras intermediárias das empresas coligadas (Grupo TBE) para a apresentação do balanço patrimonial e demonstração do resultado.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Balço patrimonial	30 de junho de 2015				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	14.832	10.476	25.308	85.619	110.927
Ativo financeiro (i)	22.361	19.786	42.147	995.831	1.037.978
Outros ativos circulantes	5.156	4.611	9.767	37.579	47.346
<b>Ativos circulantes</b>	<b>42.349</b>	<b>34.873</b>	<b>77.222</b>	<b>1.119.029</b>	<b>1.196.251</b>
Ativo financeiro (i)	105.195	271.218	376.413	1.707.959	2.084.372
Investimentos em participações societárias	-	-	-	750.117	750.117
Outros ativos não circulantes	4.197	698	4.895	101.476	106.371
<b>Ativos não circulantes</b>	<b>109.392</b>	<b>271.916</b>	<b>381.308</b>	<b>2.559.552</b>	<b>2.940.860</b>
Empréstimos e financiamentos (ii)	7.517	-	7.517	14.247	21.764
Debêntures (ii)	94	11.279	11.373	225.454	236.827
Outros passivos circulantes	20.352	12.291	32.643	112.931	145.574
<b>Passivos circulantes</b>	<b>27.963</b>	<b>23.570</b>	<b>51.533</b>	<b>352.632</b>	<b>404.165</b>
Empréstimos e financiamentos (ii)	11.785	-	11.785	107.617	119.402
Debêntures (ii)	9.944	-	9.944	915.718	925.662
Impostos e contribuições diferidos	14.972	20.037	35.009	270.897	305.906
Tributos diferidos	4.396	25.358	29.754	-	29.754
Outros passivos não circulantes	3.420	3.051	6.471	96.748	103.219
<b>Passivos não circulantes</b>	<b>44.517</b>	<b>48.446</b>	<b>92.963</b>	<b>1.390.980</b>	<b>1.483.943</b>
<b>Patrimônio líquido individual</b>	<b>79.261</b>	<b>234.773</b>	<b>314.034</b>	<b>1.934.969</b>	<b>2.249.003</b>
<b>Patrimônio líquido individual - participação da Taesa</b>	<b>41.678</b>	<b>90.773</b>	<b>132.451</b>	<b>822.453</b>	<b>954.904</b>
Valor justo alocado no ativo financeiro, líquido de impostos	29.090	-	29.090	756.845	785.935
<b>Investimento total da Taesa</b>	<b>70.768</b>	<b>90.773</b>	<b>161.541</b>	<b>1.579.298</b>	<b>1.740.839</b>

Balço patrimonial	31 de dezembro de 2014				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Caixa e equivalentes de caixa	4.859	8.121	12.980	78.564	91.544
Ativo financeiro (i)	21.461	18.437	39.898	917.035	956.933
Outros ativos circulantes	5.379	5.112	10.491	46.153	56.644
<b>Ativos circulantes</b>	<b>31.699</b>	<b>31.670</b>	<b>63.369</b>	<b>1.041.752</b>	<b>1.105.121</b>
Ativo financeiro (i)	106.118	259.047	365.165	1.795.282	2.160.447
Investimentos em participações societárias	-	-	-	704.390	704.390
Outros ativos não circulantes	3.844	501	4.345	89.301	93.646
<b>Ativos não circulantes</b>	<b>109.962</b>	<b>259.548</b>	<b>369.510</b>	<b>2.588.973</b>	<b>2.958.483</b>
Empréstimos e financiamentos (ii)	7.286	10.868	18.154	239.876	258.030
Debêntures (ii)	83	-	83	-	83
Outros passivos circulantes	3.973	11.716	15.689	155.552	171.241
<b>Passivos circulantes</b>	<b>11.342</b>	<b>22.584</b>	<b>33.926</b>	<b>395.428</b>	<b>429.354</b>
Empréstimos e financiamentos (ii)	15.004	5.409	20.413	1.090.536	1.110.949
Debêntures (ii)	9.938	-	9.938	-	9.938
Impostos e contribuições diferidos	14.925	14.334	29.259	270.971	300.230
Tributos diferidos	4.405	24.144	28.549	-	28.459
Outros passivos não circulantes	1.598	1.690	3.288	54.347	57.635
<b>Passivos não circulantes</b>	<b>45.870</b>	<b>45.577</b>	<b>91.447</b>	<b>1.415.854</b>	<b>1.507.301</b>
<b>Patrimônio líquido individual</b>	<b>84.449</b>	<b>223.057</b>	<b>307.506</b>	<b>1.819.443</b>	<b>2.126.949</b>
<b>Patrimônio líquido individual - participação da Taesa</b>	<b>44.406</b>	<b>86.243</b>	<b>130.649</b>	<b>818.006</b>	<b>948.655</b>
Valor justo alocado no ativo financeiro, líquido de impostos	29.678	-	29.678	723.825	753.503
<b>Investimento total da Taesa</b>	<b>74.084</b>	<b>86.243</b>	<b>160.327</b>	<b>1.541.831</b>	<b>1.702.158</b>

Demonstração do resultado	01/04/2015 a 30/06/2015				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	8.919	11.014	19.933	185.839	205.772
Custos e despesas	(1.726)	(2.819)	(4.545)	(16.101)	(20.646)
Receitas financeiras	420	418	838	2.903	3.741
Despesas financeiras	(687)	(583)	(1.270)	(41.655)	(42.925)
Resultado financeiro	(267)	(165)	(432)	(38.752)	(39.184)
Equivalência patrimonial	-	-	-	27.599	27.599
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(1.464)	(2.563)	(4.027)	(26.045)	(30.072)
<b>Lucro do período</b>	<b>5.462</b>	<b>5.467</b>	<b>10.929</b>	<b>132.540</b>	<b>143.469</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>Lucro do período - participação da Taesa</b>	<b>2.872</b>	<b>2.114</b>	<b>4.986</b>	<b>60.549</b>	<b>143.469</b>
Apropriação do valor justo alocado no ativo financeiro, líquido de impostos	(209)	-	(209)	(5.868)	(6.077)
<b>Resultado de equivalência patrimonial - Taesa</b>	<b>2.663</b>	<b>2.114</b>	<b>4.777</b>	<b>54.681</b>	<b>59.458</b>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>5.462</b>	<b>5.467</b>	<b>10.929</b>	<b>132.540</b>	<b>143.469</b>
<b>Resultado abrangente do período - participação da Taesa</b>	<b>2.872</b>	<b>2.114</b>	<b>4.986</b>	<b>60.549</b>	<b>65.535</b>
Apropriação do valor justo alocado no ativo financeiro, líquido de impostos	(209)	-	(209)	(5.868)	(6.077)
<b>Resultado de equivalência patrimonial - Taesa</b>	<b>2.663</b>	<b>2.114</b>	<b>4.777</b>	<b>54.681</b>	<b>59.458</b>

Demonstração do resultado	01/04/2014 a 30/06/2014				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	5.956	3.989	9.945	189.076	199.021
Custos e despesas	(1.265)	(1.218)	(2.483)	(21.421)	(23.904)
Receitas financeiras	284	180	464	3.190	3.654
Despesas financeiras	(540)	(714)	(1.254)	(26.442)	(27.696)
Equivalência patrimonial	-	-	-	22.486	22.486
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(371)	(540)	(911)	(31.290)	(32.201)
<b>Resultado do período</b>	<b>4.064</b>	<b>1.697</b>	<b>5.761</b>	<b>135.599</b>	<b>141.360</b>
<b>Resultado do período - participação da Taesa</b>	<b>2.137</b>	<b>654</b>	<b>2.791</b>	<b>61.266</b>	<b>64.057</b>
Apropriação do valor justo alocado no ativo financeiro, líquido de impostos	(684)	-	(684)	(41.052)	(41.736)
<b>Resultado de equivalência patrimonial - Taesa</b>	<b>1.453</b>	<b>654</b>	<b>2.107</b>	<b>20.214</b>	<b>22.321</b>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>4.064</b>	<b>1.697</b>	<b>5.761</b>	<b>135.599</b>	<b>141.360</b>
<b>Resultado abrangente do período - participação da Taesa</b>	<b>2.137</b>	<b>654</b>	<b>2.791</b>	<b>61.266</b>	<b>64.057</b>
Apropriação do valor justo alocado no ativo financeiro, líquido de impostos	(684)	-	(684)	(41.052)	(41.736)
<b>Resultado de equivalência patrimonial - Taesa</b>	<b>1.453</b>	<b>654</b>	<b>2.107</b>	<b>20.214</b>	<b>22.321</b>

Demonstração do resultado	01/01/2015 a 30/06/2015				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	16.753	22.603	39.356	365.433	404.789
Custos e despesas	(2.943)	(4.278)	(7.221)	(33.286)	(40.507)
Receitas financeiras	643	723	1.366	6.432	7.798
Despesas financeiras	(2.401)	(1.463)	(3.864)	(81.201)	(85.065)
Resultado financeiro	(1.758)	(740)	(2.498)	(74.769)	(77.267)
Equivalência patrimonial	-	-	-	56.760	56.760
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(2.581)	(5.869)	(8.450)	(43.806)	(52.256)
<b>Lucro do período</b>	<b>9.471</b>	<b>11.716</b>	<b>21.187</b>	<b>270.332</b>	<b>291.519</b>
<b>Lucro do período - participação da Taesa</b>	<b>4.980</b>	<b>4.530</b>	<b>9.510</b>	<b>123.519</b>	<b>133.029</b>
Apropriação do valor justo alocado no ativo financeiro, líquido de impostos	(588)	-	(588)	(14.189)	(14.777)
<b>Resultado de equivalência patrimonial - Taesa</b>	<b>4.392</b>	<b>4.530</b>	<b>8.922</b>	<b>109.330</b>	<b>118.252</b>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>9.471</b>	<b>11.716</b>	<b>21.187</b>	<b>270.332</b>	<b>291.519</b>
<b>Resultado abrangente do período - participação da Taesa</b>	<b>4.980</b>	<b>4.530</b>	<b>9.510</b>	<b>123.519</b>	<b>133.029</b>
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(588)	-	(588)	(14.189)	(14.777)
<b>Resultado de equivalência patrimonial - Taesa</b>	<b>4.392</b>	<b>4.530</b>	<b>8.922</b>	<b>109.330</b>	<b>118.252</b>

Demonstração do resultado	01/01/2014 a 30/06/2014				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	11.984	7.936	19.920	364.765	384.685
Custos e despesas	(2.309)	(2.469)	(4.778)	(39.182)	(43.960)
Receitas financeiras	465	352	817	5.218	6.035
Despesas financeiras	(1.031)	(1.506)	(2.537)	(50.326)	(52.863)
Equivalência patrimonial	-	-	-	41.618	41.618
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(784)	(952)	(1.736)	(58.220)	(59.956)
<b>Resultado do período</b>	<b>8.325</b>	<b>3.361</b>	<b>11.686</b>	<b>263.873</b>	<b>275.559</b>
<b>Resultado do período - participação da Taesa</b>	<b>4.377</b>	<b>1.298</b>	<b>5.675</b>	<b>121.478</b>	<b>127.153</b>
Apropriação do valor justo alocado no ativo financeiro, líquido de impostos	(1.378)	-	(1.378)	(77.503)	(78.881)
<b>Resultado de equivalência patrimonial - Taesa</b>	<b>2.999</b>	<b>1.298</b>	<b>4.297</b>	<b>43.975</b>	<b>48.272</b>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>8.325</b>	<b>3.361</b>	<b>11.686</b>	<b>263.873</b>	<b>275.559</b>
<b>Resultado abrangente do período - participação da Taesa</b>	<b>4.377</b>	<b>1.298</b>	<b>5.675</b>	<b>121.478</b>	<b>127.153</b>
Apropriação do valor justo alocado no ativo financeiro, líquido de impostos	(1.378)	-	(1.378)	(77.503)	(78.881)
<b>Resultado de equivalência patrimonial - Taesa</b>	<b>2.999</b>	<b>1.298</b>	<b>4.297</b>	<b>43.975</b>	<b>48.272</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(i) Ativo financeiro

	30/06/2015	31/12/2014
<b>Controladas em conjunto</b>		
ETAU	127.556	127.579
Brasnorte	291.004	277.484
	<b>418.560</b>	<b>405.063</b>
<b>Coligadas diretas</b>		
EATE	988.537	998.605
EBTE	547.102	538.727
ECTE	207.209	213.274
ENTE	612.372	607.681
ERTE	148.456	149.366
ETEP	200.114	204.664
	<b>2.703.790</b>	<b>2.712.317</b>

As principais características dos contratos de concessão assinados entre as concessionárias e a ANEEL são similares às da Taesa descritas na nota explicativa nº 6.

(ii) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Concessão	Financiadores	Vencimento principal	Garantias	Encargos financeiros	30/06/2015	31/12/2014
<b>Controladas em conjunto</b>						
ETAU	BNDES	jan/18	100% das ações da Companhia detidas pelos controladores Taesa, Eletrosul, CEEE e DME; direitos da concessão ETAU; e recebíveis da concessão ETAU.	Cesta de moedas + 4.0% a.a.  TJLP + 4.0% a.a.	19.302	22.290
ETAU	Debêntures	dez/19	-	108% do CDI	10.038	10.021
Brasnorte	CEF	jun/16 (liquidado antecipadamente em jan/15)	100% das ações da Companhia detidas pelos controladores Taesa, Eletronorte e Bimetal; direitos creditórios (recebíveis) da concessão Brasnorte; e aval dos principais acionistas: Taesa e Eletronorte.	117,5% do CDI	-	16.277
Brasnorte	Debêntures	jun/16	-	108% do CDI	11.279	-
					<b>40.619</b>	<b>48.588</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessão	Financiadores	Vencimento principal	Garantias	Encargos financeiros	30/06/2015	31/12/2014
<b>Coligadas diretas</b>						
EATE	Debêntures	mar/16	Sem garantias.	CDI + 1,3%	59.223	98.582
		out/17		CDI + 0,9875%	130.598	137.959
		mar/19		CDI + 1,15%	270.763	270.488
		ago/20		109,75% CDI	161.974	166.326
EBTE	Empréstimos	mai/25	Penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela EATE, além da constituição de conta-reserva.	TJLP + 2,56%	109.080	114.559
		nov/19		4,5% a.a.	12.784	14.233
ECTE	Debêntures	out/17	Sem garantias.	CDI + 0,9875%	73.519	81.487
		fev/20		CDI + 2,15%	70.516	-
		mar/16		CDI + 1,30%	-	20.530
	Empréstimos	fev/15		CDI + 1,30%	-	15.014
ENTE	Debêntures	mar/16	Sem garantias.	CDI + 1,3%	31.259	52.026
		ago/20		109,75% CDI	252.644	259.431
ETEP	Debêntures	nov/16	Sem garantias.	112,5% CDI	20.480	27.703
		ago/20		109,75% CDI	70.196	72.074
					<b>1.263.036</b>	<b>1.330.412</b>

Os contratos de empréstimos e financiamentos detalhados na tabela possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos. Em 30 de junho de 2015, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

(iii) Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis e passivos contingentes

A Administração das empresas controladas em conjunto e coligadas, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, e consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, não constituiu nenhuma provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em 30 de junho de 2015, existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, fiscal e trabalhista, avaliados pelos assessores jurídicos externos como sendo de risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, como segue:

	30/06/2015	31/12/2014
<b>Controladas em conjunto</b>		
ETAU	14	14
Brasnorte	5.930	8.195
	<b>5.944</b>	<b>8.209</b>
<b>Coligadas diretas</b>		
EATE	2.733	2.797
EBTE	339	99
ECTE	176	50
ENTE	599	599
	<b>3.847</b>	<b>3.545</b>

## 12. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
<b>Ativos circulantes</b>				
Adiantamentos diversos	4.580	5.325	4.381	5.092
Partes relacionadas (f)	84	120	267	808
Antecipações de P&D (a)	34.339	31.719	33.301	30.863
Outras contas a receber	11.723	11.035	11.270	10.741
	<b>50.726</b>	<b>48.199</b>	<b>49.219</b>	<b>47.504</b>
<b>Ativos não circulantes</b>				
Outras contas a receber (e)	<b>7.048</b>	<b>7.845</b>	<b>6.921</b>	<b>7.845</b>
<b>Passivos circulantes</b>				
Folha de pagamento	17.814	21.323	17.562	21.323
Compensação ambiental (b)	3.480	3.875	1.928	2.212
Partes relacionadas (f)	144	1.599	144	1.584
Outras contas a pagar (g)	4.406	3.970	4.302	3.928
	<b>25.844</b>	<b>30.767</b>	<b>23.936</b>	<b>29.047</b>
<b>Passivos não circulantes</b>				
Rateio de antecipação (c) e parcela de ajuste (d)	176.808	83.581	164.141	77.606
Provisão para multa administrativa (h)	7.843	7.843	7.843	7.843
Outras contas a pagar	1.665	1.665	1.665	1.665
	<b>186.316</b>	<b>93.089</b>	<b>173.649</b>	<b>87.114</b>

- (a) Antecipações dos valores aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D que serão compensados com o passivo registrado na rubrica "Taxas regulamentares" nos montantes de R\$64.687 no consolidado e R\$61.961 na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$60.241 no consolidado e R\$57.757 na controladora em 31 de dezembro de 2014), quando do encerramento dos respectivos projetos.
- (b) Provisão das obrigações de compensação ambiental com o IBAMA. A ATE III desembolsou R\$129 no período de janeiro a junho de 2015. Em relação a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, para realização de projetos de compensação ambiental, não houve desembolsos nos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014. A Administração da Companhia entende que, independentemente dos desembolsos efetuados no exercício, essas compensações ambientais são obrigações presentes de curto prazo, pois a Companhia não tem o direito incondicional de diferir a liquidação desse passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- (c) Gerado pelo déficit ou superávit mensal de arrecadação dos encargos de uso do sistema de transmissão, são montantes rateados entre todos os agentes de transmissão, na proporção de suas receitas anuais (RAP), os quais são compensados através da parcela de ajuste divulgada pelo ONS a partir do ciclo seguinte. Em 30 de junho de 2015, foi aumentado na RAP do Grupo Taesa o montante de R\$87.602 no consolidado e de R\$82.217 na controladora (deduziu os montantes de R\$3.044 no consolidado e de R\$2.853 na controladora em 30 de junho de 2014).
- (d) Corresponde ao ajuste entre os valores recebidos e os permitidos no ciclo tarifário anterior, compensado em 12 parcelas mensais iguais no ciclo atual. Pode ser positivo ou negativo, conforme tenha sido o saldo de cada agente. Em 30 de junho de 2015, o ONS deduziu em R\$4.318 na controladora e em R\$5.626 no consolidado da receita mensal das concessionárias do Grupo Taesa (adicionou em R\$19.620 na controladora e de R\$20.769 no consolidado no período findo em 30 de junho de 2014).
- (e) Referem-se basicamente a: (i) gastos com a implantação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE no valor de R\$5.447, exigido pela Resolução Normativa ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009. Em 2013, a Companhia enviou o primeiro relatório à ANEEL oriundo desse manual e entende que esse montante não será reembolsado pela ANEEL em um prazo inferior a 12 meses; e (ii) débitos fiscais de exercícios anteriores à data de aquisição da NTE pela Taesa, os quais vêm sendo objeto de notificação de cobrança aos antigos acionistas, no valor de R\$5.447.
- (f) Vide nota explicativa nº 13.
- (g) Referem-se basicamente a adiantamentos de clientes para a disponibilização das linhas de transmissão da Companhia.
- (h) Em 14 de junho de 2013, a ANEEL emitiu o Termo de Notificação nº 075/13-SFE a respeito da ação fiscalizadora ocorrida no período de 26 de outubro de 2012 a 26 de maio de 2013, o qual teve como objetivo verificar as causas e consequências do blecaute do dia 26 de outubro de 2012, à 0 hora e 14 minutos. Em 6 de agosto de 2013, a Companhia manifestou-se tempestivamente ao Termo de Notificação, por meio da carta Taesa 267/2013. Em 21 de outubro de 2013, a ANEEL emitiu o Auto de Infração nº 1038/2013-SFE determinando a instauração do processo administrativo punitivo em desfavor da Taesa. Em virtude do auto de infração recebido, em 30 de setembro de 2013, a Companhia provisionou a multa no valor de R\$9.069. A Companhia registrou na ANEEL a interposição de recurso em relação ao referido Auto de Infração e estenderá as discussões até as últimas instâncias.

Em 27 de março de 2014, foi publicado o Despacho nº 751/2014, proferido pela SFE/ANEEL, segundo o qual a Superintendência reconsiderou parcialmente a decisão constante do Auto de Infração, com base no artigo 34 da Resolução Normativa ANEEL nº 063/2004. Em virtude da redução do valor da multa, foi revertida parte do valor da provisão inicial, estando provisionado atualmente o valor de R\$7.843. O processo ainda será analisado pela Diretoria da ANEEL, última instância na esfera administrativa.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**13. PARTES RELACIONADAS**

I - Transações com partes relacionadas - as operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, seus controladores e empresas ligadas a seus acionistas, suas controladas e controladas em conjunto e profissionais-chave da Administração. Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios apresentados nestas informações financeiras intermediárias, estão detalhados a seguir:

Balanco Patrimonial	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
<b>Ativos circulantes</b>				
Contas a receber Taesa x ETAU (c.1 / c.2)	59	64	59	64
Contas a receber Taesa x Brasnorte (c.3 / c.4)	25	56	25	56
Contas a receber Taesa x Mariana (b.11)	-	-	19	9
Contas receber Taesa x ATE III (b.2 / b.3 / b.4)	-	-	141	660
Contas receber Taesa x SGT (b.5/b.10)	-	-	23	19
	<b>84</b>	<b>120</b>	<b>267</b>	<b>808</b>
<b>Passivos circulantes</b>				
Contas a pagar SGT x CEMIG (b.7/b.9)	-	15	-	-
Contas a pagar Taesa x Ativas (a.2)	93	80	93	80
Contas a pagar Taesa x Axxiom (a.4)	-	702	-	702
Contas a pagar Taesa x Axxiom (a.5)	51	802	51	802
	<b>144</b>	<b>1.599</b>	<b>144</b>	<b>1.584</b>

Demonstração do resultado	Consolidado			
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2015 a 30/06/2015	01/01/2014 a 30/06/2014
<b>Receita financeira</b>				
Fundo Pampulha - Taesa x CEMIG GT (d.1 / d.5 / d.6)	547	287	1.814	458
Fundo Pampulha - Taesa x Guanhões (d.2 / d.3)	-	751	-	1.879
Fundo Pampulha - Taesa x Axxiom (d.4)	123	52	199	85
Fundo Pampulha - Taesa x ETAU (d.7)	121	-	271	-
Fundo Pampulha - Taesa x CEMIGTEL (d.8)	64	-	127	-
Fundo Pampulha - Taesa x ATIVAS (d.9 / d.10)	706	-	777	-
Fundo Pampulha - Taesa x Brasnorte (d.11)	102	-	187	-
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Prestação de serviços Taesa x ETAU (c.1)	178	171	349	329
Serviços prestados SGT x Cemig D (b.8)	190	179	381	179
Prestação de serviços Taesa x Brasnorte (c.3)	73	70	146	139
	<b>2.104</b>	<b>1.510</b>	<b>4.251</b>	<b>3.069</b>
<b>Despesas operacionais</b>				
Despesas com pessoal Taesa x Forluz (a.1)	387	250	725	462
Serviços prestados Taesa x Ativas (a.2)	363	193	524	386
Serviços prestados Taesa x Cemig D x UFMG (a.3)	-	272	-	272
	<b>750</b>	<b>715</b>	<b>1.249</b>	<b>1.120</b>
<b>Custo operacional</b>				
Custos com pessoal Taesa x Forluz (a.1)	90	146	172	296
Serviços prestados Cemig GT x SGT (b.6/b.7/b.9)	126	205	209	375
	<b>216</b>	<b>351</b>	<b>381</b>	<b>671</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Demonstração do resultado	Controladora			
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2015 a 30/06/2015	01/01/2014 a 30/06/2014
<b>Receita financeira</b>				
Fundo Pampulha - Taesa x CEMIG GT (d.1 / d.5/ d.6)	463	262	1.566	417
Fundo Pampulha - Taesa x Guanhães (d.2 / d.3)	-	683	-	1.711
Fundo Pampulha - Taesa x Axxiom (d.4)	106	47	172	78
Fundo Pampulha - Taesa x ETAU (d.7)	104	-	234	-
Fundo Pampulha - Taesa x CEMIGTEL (d.8)	55	-	109	-
Fundo Pampulha - Taesa x ATIVAS (d.9 / d.10)	607	-	668	-
Fundo Pampulha - Taesa x Brasnorte (d.11)	87	-	161	-
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Prestação de serviços Taesa x ETAU (c.1)	178	171	349	329
Prestação de serviços Taesa x Brasnorte (c.3)	73	70	146	139
Prestação de serviços Taesa x SGT (b.10)	58	-	116	-
Prestação de serviços Taesa x ATE III (b.3 / b.4)	157	-	321	-
Prestação de serviços Taesa x Mariana (b.11)	59	-	116	-
	<b>1.947</b>	<b>1.233</b>	<b>3.958</b>	<b>2.674</b>
<b>Despesas operacionais</b>				
Despesas com pessoal Taesa x Forluz (a.1)	387	250	725	462
Serviços prestados Taesa x Ativas (a.2)	363	193	524	386
Serviços prestados Taesa x Cemig D x UFGM (a.3)	-	272	-	272
	<b>750</b>	<b>715</b>	<b>1.249</b>	<b>1.120</b>
<b>Custo operacional</b>				
Custos com pessoal Taesa x Forluz (a.1)	90	146	172	296
	<b>90</b>	<b>146</b>	<b>172</b>	<b>296</b>

## a) Transações entre a Taesa e seus controladores e empresas ligadas

a.1. Taesa x Forluz - previdência privada (vide nota explicativa nº 25)

Objeto do contrato: criação do Plano Taesaprev na Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, entidade fechada de previdência complementar, de quem a Companhia passou a ser uma das patrocinadoras, tendo sua aprovação pela Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012.

Natureza e razão para a operação: plano de previdência privada para os funcionários.

Data da transação: 1º de abril de 2012.

Montante envolvido: investimento conforme opção do funcionário.

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014.

Resultado: R\$897 no consolidado e na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$758 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014), R\$477 no consolidado e na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$396 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014).

Taxa de juros cobrada: taxa de administração de 1,5% sobre o total das contribuições mensais (empresa e empregado).

Vigência/duração: não determinada.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não houve.

a.2. Contas a pagar Taesa x Ativas - contrato de prestação de serviços

Objeto do contrato: prestação de serviços de "Data Center", incluindo o armazenamento, o processamento e a disponibilização, através da Internet, de dados eletrônicos.

Natureza e razão para a operação: disponibilidade dos serviços e segurança dos dados armazenados.

Data da transação: 4 de setembro de 2009.

Montante envolvido: R\$49 (valor mensal contratual).

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$49 (valor mensal contratual).

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Saldo existente: R\$93 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$80 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: R\$524 no consolidado e na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$386 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014), R\$363 no consolidado e na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$193 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Correção monetária: atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: 36 meses de vigência inicial a partir da data da sua assinatura. Cumprida a vigência inicial, o contrato será renovado automaticamente por períodos sucessivos de 12 meses, desde que não haja manifestação em contrário por qualquer das partes.

Condições de rescisão ou extinção: caso qualquer das partes decida rescindir o contrato, de forma unilateral e imotivada, antes do fim do seu prazo inicial de vigência, deverá pagar à outra parte, a título de multa, o valor equivalente a 30% do valor resultante da multiplicação do número de meses que faltarem para o término do prazo inicial pelo valor da mensalidade vigente no momento do cancelamento.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: Em 11 de abril de 2014 foi assinado um novo contrato de prestação de serviços com a Ativas, o qual entrará em vigor após o cumprimento de determinadas atividades definidas em contrato e a assinatura do termo de aceitação; e substituirá o presente contrato. Até o momento não foi assinado o termo de aceite entre as partes.

**a.3. Taesa x Cemig D x UFMG - convênio de cooperação técnico-científica**

Objeto do contrato: convênio de cooperação técnico-científica para o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico.

Natureza e razão para a operação: desenvolvimento de metodologia de caracterização e de modelo preditivo para o comportamento e envelhecimento de materiais poliméricos utilizados no setor elétrico.

Data da transação: 3 de fevereiro de 2014.

Montante envolvido: R\$1.419 (valor referente aos três repasses de responsabilidade da Taesa).

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014.

Resultado: R\$0 no consolidado e na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$272 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014), R\$0 no consolidado e na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$272 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Correção monetária: não houve.

Vigência/duração: 36 meses de vigência inicial a partir da data da sua assinatura.

Condições de rescisão ou extinção: o convênio poderá ser rescindido ou denunciado, por qualquer dos partícipes, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 30 dias, ressalvado o cumprimento das obrigações assumidas, vencidas ou vincendas.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não houve.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)****a.4. Contas a pagar Taesa x Axxiom - contrato de prestação de serviços**

Objeto do contrato: prestação de serviços de técnicos e de consultoria de informática.

Natureza e razão para a operação: prestação de serviços de reimplantação SAP, melhorias de processos corporativos com integrações ao sharepoint/web e adequações de manual de contabilidade ANEEL.

Data da transação: 4 de novembro de 2014.

Montante envolvido: R\$2.890.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$2.890.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$702 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: Não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não houve.

Vigência/duração: entra em vigor a partir da data de sua assinatura, até 31 de agosto de 2015.

Condições de rescisão ou extinção: cada uma das partes terá o direito a resolver o presente contrato mediante o simples envio de notificação por escrito à outra parte, quando da ocorrência de quaisquer das eventualidades: a outra parte tiver sua falência decretada ou seja objeto de processo de recuperação judicial ou extrajudicial; a outra parte transferir a totalidade ou parte substancial de seu patrimônio ou bens ou parar de exercer atividade comercial; por motivo de força maior ou caso fortuito, conforme mencionado no Artigo 393 do Código Civil brasileiro, entendido como todo e qualquer ato do qual resulte impossibilidade de cumprimento das disposições previstas no contrato, para o qual não tenha contribuído, voluntária ou involuntariamente, qualquer uma das partes do contrato; e caso haja alteração do controle acionário ou da estrutura de qualquer das partes que interfira ou venha a interferir, direta ou indiretamente, no regular cumprimento do contrato. A Companhia terá a seu exclusivo critério e sem prejuízo da aplicação das penalidades e da apuração de eventuais prejuízos por perdas e danos decorrentes, o direito de resolver imediatamente o contrato, mediante o simples envio de notificação por escrito, quando da ocorrência: de atraso no cumprimento de quaisquer dos prazos estabelecidos, ou o descumprimento de qualquer das obrigações relativos ao contrato e seus anexos, pela contratada; da contratada violar dispositivo do contrato e deixar de retificar tal violação no prazo de trinta dias após o recebimento de notificação por escrito.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: Os gastos incorridos nesse contrato possuem sua contrapartida registrada em contas de ativo referente ao respectivo projeto no montante de R\$470 na controladora e no consolidado em 30 de junho de 2015 (R\$281 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2014).

**a.5. Contas a pagar Taesa x Axxiom - termo de cooperação**

Objeto do contrato: desenvolvimento de projeto de P&D.

Natureza e razão para a operação: desenvolvimento de projeto de P&D "Central de observação, gestão e monitoramento de ativos (COGMA) - do levantamento do estado da arte à conceituação da estrutura funcional".

Data da transação: 17 de julho de 2014.

Montante envolvido: R\$802.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$802.

Saldo existente: R\$51 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$802 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: Não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não houve.

Vigência/duração: 12 meses a partir da data de sua assinatura.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Condições de rescisão ou extinção: quando a outra parte tiver sua falência decretada ou esteja envolvida em um processo de recuperação judicial ou extrajudicial; a outra parte transferir a totalidade ou parte substancial de seu patrimônio ou bens ou pare de exercer atividade comercial; quando uma das partes violar dispositivo do termo de cooperação e deixar de retificar tal violação ou apresentar um plano acordado mutualmente no prazo de trinta dias depois de notificada pela outra parte não infratora; por motivo de força maior, conforme mencionado no Artigo 393 do Código Civil, entendido como todo e qualquer ato do qual resulte impossibilidade de cumprimento das disposições previstas no termo de cooperação, para o qual não tenha contribuído, voluntária ou involuntariamente, qualquer uma das partes do termo de cooperação; quando as penalidades aplicadas à executora atingirem o teto definido na cláusula 7.3 do termo de cooperação;

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: Os gastos incorridos nesse contrato possuem sua contrapartida registrada em contas de ativo referente ao respectivo projeto no montante de R\$1.299 na controladora e no consolidado em 30 de junho de 2015 (R\$868 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2014).

b) Transações entre a Companhia e suas controladas e entre suas controladas e seus controladores

**b.1. Contas a receber Taesa (UNISA) x ATE III - contrato de compra de ações da UNISA**

Objeto do contrato: contrato de compra de 50% das ações da UNISA.

Natureza e razão para a operação: créditos de direito da Taesa relativos a dividendos a pagar pelas controladas da UNISA (ATE II e ATE III) à Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., conforme contrato de compra de ações da UNISA (vide nota explicativa nº 1).

Data da transação: 30 de novembro de 2011.

Montante envolvido: R\$54.771.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$54.771.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014.

Resultado: R\$0 no consolidado e na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 e 2014, R\$0 no consolidado e na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 e 2014.

Taxa de juros cobrada: não houve.

Vigência/duração: não houve.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: com a aquisição de 50% da UNISA em 30 de novembro de 2011 e dos 50% remanescentes em 3 de julho de 2012, a Companhia passou a ter direito sobre 100% do saldo de dividendos a receber pela UNISA da ATE II e ATE III, no montante de R\$54.771, sendo R\$31.258 da ATE II, R\$22.832 da ATE III e R\$681 da UNISA. Em 15 de agosto de 2012, houve o pagamento de parte desse saldo no valor de R\$31.258. Por ocasião da incorporação da UNISA na Taesa em 31 de janeiro de 2013, R\$681 da UNISA foram eliminados e R\$22.832 passaram a ser devidos pela ATE III à Taesa. Em 11 de julho de 2014, a ATE III pagou R\$20.000 à Taesa. Em 18 de dezembro de 2014, a ATE III liquidou o saldo remanescente a pagar à Taesa.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)****b.2. Contas a receber Taesa x ATE III - reembolso de gastos entre empresas do Grupo Taesa**

Objeto do contrato: não há.

Natureza e razão para a operação: reembolso de gastos entre as empresas do Grupo Taesa. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e das despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

Data da transação: não aplicável.

Montante envolvido: não aplicável.

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$15 na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e R\$152 na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não há.

Vigência/duração: não houve.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: a expectativa da Companhia é de que este valor seja recebido em um prazo inferior a 12 meses.

**b.3. Contas a receber Taesa x ATE III - serviço de operação**

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços para operação das instalações de transmissão.

Natureza e razão para operação: prestação de serviços de operação das instalações de transmissão.

Data da transação: 1 de março de 2015.

Montante envolvido: R\$32 (valor mensal contratual).

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$32 na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e R\$488 na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: R\$0 no consolidado e R\$199 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014), R\$0 no consolidado e R\$96 na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014).

Taxa de juros cobrada: não aplicável.

Atualização monetária: atualização anual pelo IGPM.

Vigência/duração: quatro anos a partir da data de assinatura, retroagindo seus efeitos a data de 16 de setembro de 2013, sendo considerado automaticamente prorrogado por prazo indeterminado caso não haja manifestação contrária por qualquer das partes ou até a incorporação da contratante pela contratada.

Condições de rescisão ou extinção: o contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial e sem que assista a contratada direito a qualquer ressarcimento ou indenização, com antecedência mínima de trinta dias corridos, nos casos de inadimplemento comprovado de qualquer cláusula contratual pela contratada, especialmente a inobservância das especificações técnicas recomendadas e das normas e regulamentos sobre proteção individual, segurança e medicina do trabalho; recuperação extrajudicial, recuperação judicial, falência, liquidação judicial ou extrajudicial da contratada, requeridas ou decretadas; incapacidade técnica ou financeira da contratada, desde que devidamente comprovada; cessão ou transferência, total ou parcial, do contrato ou dos créditos dele decorrentes, ou subcontratação dos serviços, sem prévia autorização ou

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

concordância por escrito da contratante; suspensão da execução dos serviços, por determinação de autoridade competente; não atendimento as exigências e recomendações da fiscalização no prazo máximo de 15 dias corridos, salvo se a contratante optar pela aplicação da multa contratual prevista; não pagamento pela contratada, no prazo legal, da remuneração de seus empregados ou contratados ou de quantias devidas a subcontratadas ou fornecedores, bem como não recolhimento de quaisquer tributos relacionados com os serviços; atraso na execução dos serviços, por culpa da contratada sem justificativa aceita pela contratante; negligência, imprudência, imperícia ou má-fé da contratada, desde que devidamente comprovadas. O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação de rescisão à contratante, após transcorridos noventa dias de qualquer inadimplemento da contratante que não tenha sido sanado, sem que assista a contratante o direito a qualquer ressarcimento ou indenização, nos casos de falência, liquidação judicial ou extrajudicial ou concordata da contratante, requerida ou decretada; ocorrência de caso fortuito ou força maior que impeça a contratante de cumprir suas obrigações, se o impedimento perdurar por mais de um mês; suspensão do cumprimento de suas obrigações previstas no contrato, por determinação de autoridade governamental; atraso nos pagamentos devidos a contratada por período superior a quarenta e cinco dias consecutivos ou cinquenta dias alternados no período de um ano.

Garantias e seguros relacionados: a contratada se obriga a providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por lei, com vigência durante toda a execução do contrato.

Outras informações relevantes: a TAESA passou a operar e manter os ativos da Companhia em 16 de setembro de 2013, ocasião em que terminou o contrato com a Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão.

**b.4. Contas a receber Taesa x ATE III - contrato de serviços de "back-office"**

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de "back-office" para atividades administrativas.

Natureza e razão para a operação: prestação de serviços administrativos.

Data da transação: 5 de maio de 2014.

Montante envolvido: R\$19 (valor mensal contratual - sem atualização).

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$94 na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e R\$20 na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: R\$0 no consolidado e R\$122 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014), R\$0 no consolidado e R\$61 na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IPC-A.

Vigência/duração: quatro anos a partir da data de assinatura (5 de maio de 2014).

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: Os efeitos do contrato retroagem a 31 de janeiro de 2013, data da incorporação da empresa União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S/A-Unisa. As operações de back-office são operações rotineiras realizadas entre as empresas do Grupo Taesa.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)****b.5. Contas a receber Taesa x SGT - reembolso de gastos entre empresas do Grupo Taesa**

Objeto do contrato: não há.

Natureza e razão para a operação: reembolso de gastos entre as empresas do Grupo Taesa. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e das despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa.

Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

Data da transação: não aplicável.

Montante envolvido: não aplicável.

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$4 na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não há.

Vigência/duração: não houve.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: a expectativa da Companhia é de que esse valor seja recebido em uma prazo inferior a 12 meses.

**b.6. Cemig GT x SGT - contrato de prestação de serviços de engenharia do proprietário**

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de engenharia do proprietário para implantação da SE São Gotardo.

Natureza e razão para a operação: prestação de serviços de engenharia do proprietário.

Data da transação: 9 de janeiro de 2013.

Montante envolvido: R\$320 (valor total a ser pago em dez parcelas).

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: R\$0 no consolidado e na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$170 no consolidado e R\$0 na controladora no mesmo período em 2014), R\$0 no consolidado e na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: 26 meses a partir da emissão da ordem de serviço (janeiro de 2013) para a prestação do serviço contratado.

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido por descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato; atraso injustificado no pagamento de qualquer parcela, por prazo superior a 90 dias; falência, recuperação judicial e extrajudicial, insolvência civil, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes, declarada ou homologada; cessão ou transferência total ou parcial do objeto do presente instrumento, ou a subcontratação sem prévia autorização por escrito da contratante; inexecução total ou parcial das obrigações da contratada, nos termos e nas condições previstos no contrato; e ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, que se prolonguem por período superior a 15 dias consecutivos e que comprometam efetivamente o cumprimento dos prazos contratuais ajustados.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não houve.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)****b.7. SGT x Cemig GT - contrato de CCI**

Objeto do contrato: compartilhamento de instalações e estabelecimento de procedimentos técnico-operacionais.

Natureza e razão para operação: implementação da linha de transmissão.

Data da transação: 17 de fevereiro de 2014.

Montante envolvido: R\$3 (taxa de conservação - valor mensal).

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$3 no consolidado e R\$0 na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: R\$15 no consolidado e R\$0 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$205 no consolidado e R\$0 na controladora no mesmo período em 2014), R\$6 no consolidado e R\$0 na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$205 no consolidado e R\$0 na controladora no mesmo período em 2014).

Taxa de juros cobrada: juros efetivos de mora de 1% ao mês, calculados "pro rata die"; e multa de 2%.

Atualização monetária: atualização anual pelo IPCA.

Vigência/duração: entra em vigor a partir da data de sua assinatura, assim permanecendo até a extinção da concessão de uma das partes.

Condições de rescisão ou extinção: somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: em 23 de junho de 2014, a Companhia pagou a importância de R\$198 referentes ao ressarcimento dos custos incorridos na fase de implantação, previstos na cláusula 20ª do contrato, acrescidos de atualização monetária.

**b.8. SGT x Cemig D - Contrato de conexão ao sistema de transmissão - CCT**

Objeto do contrato: disponibilidade do ponto de conexão.

Natureza e razão para operação: conexão ao sistema de transmissão.

Data da transação: 18 de março de 2014.

Montante envolvido: R\$689 (valor anual ser pago em 12 parcelas).

Saldo existente: R\$63 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$63 no consolidado e R\$0 na controladora em 31 de dezembro de 2014), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Clientes".

Resultado: R\$381 no consolidado e R\$0 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$179 no consolidado e R\$0 na controladora no mesmo período em 2014), R\$190 no consolidado e R\$0 na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$179 no consolidado e R\$0 na controladora no mesmo período em 2014).

Taxa de juros cobrada: juros efetivos de mora de 1% ao mês, calculados "pro rata die", e multa de 2%.

Atualização monetária: atualização anual pelo IPCA.

Vigência/duração: entra em vigor a partir da data de sua assinatura, assim permanecendo até a extinção da concessão de uma das partes ou enquanto a acessante estiver conectada ao SIN.

Condições de rescisão ou extinção: por qualquer das partes: por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.

Garantias e seguros relacionados: contrato de constituição de garantia em fase de assinatura.

Outras informações relevantes: Em 1º de setembro de 2014 a CEMIG D ressarciu à SGT o valor de R\$45, correspondente à implantação do Sistema de Medição para Faturamento - SMF e Teleproteção da LD São Gotardo 2/São Gotardo 1, 138 kV, conforme Resolução Normativa nº 67/2004.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)****b.9. Transações entre a SGT e a Cemig GT - contrato de O&M**

Objeto do contrato: operação e manutenção.

Natureza e razão para operação: prestação de serviços de operação e manutenção.

Data da transação: 10 de julho de 2014.

Montante envolvido: R\$432 (serviços de operação e manutenção - valor anual).

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$12 no consolidado e R\$0 na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: R\$194 no consolidado e R\$0 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014), R\$120 no consolidado e R\$0 na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014).

Taxa de juros cobrada: juros efetivos de mora de 1% ao mês, calculados "pro rata die", e multa de 2%.

Atualização monetária: atualização anual pelo IPCA.

Vigência/duração: entra em vigor a partir da data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos à data de operação comercial, e assim permanecerá por quatro anos, podendo ser prorrogado sucessivamente por novos períodos de quatro anos.

Condições de rescisão ou extinção: a contratante poderá rescindir antecipadamente e unilateralmente o CPSOM, a seu exclusivo critério, por inadimplemento ou incapacidade financeira da contratada; por indisponibilidade das instalações transmissora por culpa ou dolo da contratada; o CPSOM poderá ser rescindido antecipadamente, sem responsabilidade alguma de qualquer parte por mútuo acordo entre as partes, pela impossibilidade de manter a eficácia do CPSOM em virtude de determinação legal inclusive em liquidação judicial ou extrajudicial, falência de qualquer parte homologada, declarada ou decretada; pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição do CPSOM por um prazo acertado entre as partes, cassação da concessão referente às instalações da transmissão; e por decisão da contratante após transcorridos 18 meses da celebração do CPSOM.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: esse contrato foi assinado em 10 de julho de 2014, mas retroage seus efeitos à data da operação comercial.

**b.10. Contas a receber Taesa x SGT - contrato de serviços de "back-office"**

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de "back-office" para atividades administrativas.

Natureza e razão para operação: prestação de serviços administrativos.

Data da transação: 8 de setembro de 2014.

Montante envolvido: R\$19 (valor mensal contratual - não corrigido).

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$19 na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e R\$19 na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: R\$0 no consolidado e R\$116 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014), R\$0 no consolidado e R\$58 na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IPCA.

Vigência/duração: quatro anos a partir da data de assinatura.

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Outras informações relevantes: As operações de "back-office" são operações rotineiras realizadas entre as empresas do Grupo Taesa.

**b.11. Contas a receber Taesa x Mariana - contrato de serviços de "back-office"**

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de "back-office" para atividades administrativas.

Natureza e razão para operação: prestação de serviços administrativos.

Data da transação: 17 de novembro de 2014. O contrato foi anuído pela ANEEL, através do Despacho nº 4.846 de 17 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial em 18 de dezembro de 2014.

Montante envolvido: R\$19 (valor mensal contratual - não corrigido).

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$19 na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e R\$9 na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: R\$0 no consolidado e R\$116 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014), R\$0 no consolidado e R\$59 na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IPCA.

Vigência/duração: quatro anos a partir da data de assinatura.

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: As operações de "back-office" são operações rotineiras realizadas entre as empresas do Grupo Taesa.

**c) Transações entre a Companhia e suas controladas em conjunto****c.1. Taesa x ETAU - contrato de serviços de "back-office"**

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de "back-office" para atividades administrativas.

Natureza e razão para a operação: prestação de serviços administrativos.

Data da transação: 23 de janeiro de 2013 (data da última renovação).

Montante envolvido: R\$49 (valor mensal contratual).

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$49 (valor mensal contratual).

Saldo existente: R\$59 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$56 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: R\$349 no consolidado e na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$329 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014), R\$178 no consolidado e na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$171 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: quatro anos a partir da data de assinatura (até 23 de janeiro de 2017).

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: as partes pretendem manter esse contrato em vigor durante toda a vigência da concessão. A ANEEL autorizou a respectiva renovação por meio do Despacho nº 181, de 24 de janeiro de 2013. As operações de "back-office" são operações rotineiras realizadas entre as empresas do Grupo Taesa.

**c.2. Contas a receber Taesa x ETAU - reembolso de despesas**

Objeto do contrato: não aplicável.

Natureza e razão para operação: reembolso de gastos entre empresas do Grupo. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo.

Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

Data da transação: não aplicável.

Montante envolvido: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$8 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não aplicável.

Atualização monetária: não aplicável.

Vigência/duração: não aplicável.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: a expectativa da Companhia é de que esse valor seja recebido em uma prazo inferior a 12 meses.

**c.3. Contas a receber Taesa x Brasnorte - contrato de serviços de "back-office"**

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de "back-office" para atividades administrativas.

Natureza e razão para a operação: prestação de serviços administrativos.

Data da transação: 14 de abril de 2013 (data da última renovação).

Montante envolvido: R\$22 (valor mensal contratual).

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$22 (valor mensal contratual).

Saldo existente: R\$24 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$24 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: R\$146 no consolidado e na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$139 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014), R\$73 no consolidado e na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$70 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IPCA.

Vigência/duração: quatro anos a partir da data de assinatura (14 de abril de 2013).

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 90 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: as partes pretendem manter esse contrato em vigor durante toda a vigência da concessão. A ANEEL autorizou o referido contrato por meio do Despacho nº 195, de 25 de janeiro de 2013. As operações de "back-office" são operações rotineiras realizadas entre as empresas do Grupo Taesa.

**c.4. Contas a Receber - Taesa x Brasnorte - reembolso de despesas**

Objeto do contrato: não aplicável.

Natureza e razão para operação: reembolso de gastos entre empresas do Grupo. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

Data da transação: não aplicável.

Montante envolvido: não aplicável.

Saldo existente: R\$1 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$32 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014).

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não aplicável.

Atualização monetária: não aplicável.

Vigência/duração: não aplicável.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: o valor será pago até 31 de dezembro de 2015.

**c.5. Brasnorte x Taesa (TSN) - contrato de comodato de imóvel**

Objeto do contrato: contrato de comodato de parte de um imóvel entre a Brasnorte (comodatária) e a Taesa - TSN (comodante).

Natureza e razão para a operação: a ANEEL aprovou o contrato de comodato por meio do Despacho nº 1.636, de 25 de abril de 2008.

Data da transação: 25 de abril de 2008.

Montante envolvido: não aplicável (o contrato não possui valor).

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: não aplicável.

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não aplicável.

Vigência/duração: tempo indeterminado.

Condições de rescisão ou extinção: não aplicável.

Garantias e seguros relacionados: não aplicável.

Outras informações relevantes: não houve.

**c.6. ETAU x Taesa (Taesa Serviços) - contrato de "prestação de serviço de engenharia"**

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de engenharia e de gerenciamento de obras do reforço da SE lagoa vermelha II.

Natureza e razão para operação: prestação de serviços de engenharia.

Data da transação: 1º de junho de 2015.

Montante envolvido: R\$1.199 (faturado em 18 parcelas iguais).

Saldo existente: R\$0 em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Resultado: R\$0 no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$0 no mesmo período em 2014) e R\$0 no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$0 no mesmo período em 2014).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IPCA.

Vigência/duração: Encerra-se após o cumprimento, por ambas as partes, de todas as obrigações assumidas. O objeto contratual deverá ser integralmente executado até 24 de dezembro de 2016.

Condições de rescisão ou extinção: descumprimento de cláusula; atraso injustificado no pagamento; falência, concordata, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes, declarada ou homologada; A inexecução total ou parcial das obrigações da contratada; e por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, que se prolonguem por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos e que comprometam efetivamente o cumprimento dos prazos contratuais ajustados.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não houve.

d) Transações entre o Fundo Pampulha e seus controladores e empresas ligadas

Objeto dos contratos: a Companhia é cotista do Fundo Pampulha, que se constitui em um fundo exclusivo entre os Grupos Taesa e CEMIG. O Grupo, por meio do Fundo, realiza algumas aplicações em títulos emitidos por empresas pertencentes aos Grupos Taesa e CEMIG conforme detalhado a seguir. Maiores informações sobre o Fundo Pampulha, vide nota explicativa nº 2.1.

Natureza e razão para as operações: aplicação de caixa do Grupo em fundo de investimento - Fundo Pampulha.

d.1. Fundo Pampulha x Cemig GT (debêntures)

Data da transação: 30 de janeiro de 2014.

Montante envolvido: R\$50.000.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$15.744.

Saldo existente: R\$19.396 no consolidado e R\$16.666 na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$2.745 no consolidado e R\$1.518 na controladora em 31 de dezembro de 2014), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$1.073 no consolidado e R\$922 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$416 no consolidado e R\$379 na controladora no mesmo período em 2014), R\$523 no consolidado e R\$443 na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$257 no consolidado e R\$234 na controladora no mesmo período em 2014).

Taxa de juros cobrada: 0,9% ao ano mais variação do CDI.

Vigência/duração: 23 de dezembro de 2016.

d.2. Fundo Pampulha x Guanhões (Debêntures)

Data da transação: 19 de abril de 2013.

Montante envolvido: R\$67.295.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$21.621.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$0 na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro 2014), registrado no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$0 no consolidado e na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$1.490 no consolidado e R\$1.357 na controladora no mesmo período em 2014), R\$0 no consolidado e na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$362 no consolidado e R\$329 na controladora no mesmo período em 2014).

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Taxa de juros cobrada: 0,6% ao ano mais variação do CDI.  
Vigência/duração: 22 de abril de 2014.  
Outras informações relevantes: vencida a vigência, não houve novas aplicações.

**d.3. Fundo Pampulha x Guanhães (NP)**

Data da transação: 18 de outubro de 2013.  
Montante envolvido: R\$51.000.  
Montante correspondente à participação da Companhia: R\$16.386.  
Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$0 na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro 2014, registrado no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".  
Resultado: R\$0 no consolidado e na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015, R\$0 no consolidado e na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$389 no consolidado e R\$354 na controladora no período de 14 de abril a 30 de junho de 2014).  
Taxa de juros cobrada: 0,8% ao ano mais variação do CDI.  
Vigência/duração: 16 de abril de 2014.  
Outras informações relevantes: vencida a vigência, não houve novas aplicações.

**d.4. Fundo Pampulha x Axxiom (debêntures)**

Data da transação: 19 de abril de 2013.  
Montante envolvido: R\$10.000.  
Montante correspondente à participação da Companhia: R\$3.148  
Saldo existente: R\$3.863 no consolidado e R\$3.319 na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$608 no consolidado e R\$336 na controladora em 31 de dezembro de 2014), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".  
Resultado: R\$199 no consolidado e R\$172 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$85 no consolidado e R\$78 na controladora no mesmo período em 2014), R\$123 no consolidado e R\$106 na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$52 no consolidado e R\$47 na controladora no mesmo período em 2014).  
Taxa de juros cobrada: 0,9% ao ano mais variação do CDI.  
Vigência/duração: 29 de janeiro de 2016.

**d.5. Fundo Pampulha x Cemig GT (debêntures)**

Data da transação: 15 de fevereiro de 2013.  
Montante envolvido: R\$9.670.  
Montante correspondente à participação da Companhia: R\$3.045  
Saldo existente: R\$3.684 no consolidado e R\$3.165 na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$585 no consolidado e R\$323 na controladora em 31 de dezembro de 2014), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".  
Resultado: R\$69 no consolidado e R\$59 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$40 no consolidado e R\$36 na controladora no mesmo período em 2014), R\$24 no consolidado e R\$20 na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$28 no consolidado e R\$26 na controladora no mesmo período em 2014).  
Taxa de juros cobrada: 0,9% ao ano mais variação do CDI.  
Vigência/duração: 15 de fevereiro de 2017.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)****d.6. Fundo Pampulha x CEMIG GT (NP)**

Data da transação: 27 de junho de 2014.

Montante envolvido: R\$20.000.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$6.363.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$3.741 no consolidado e R\$3.741 na controladora em 31 de dezembro de 2014), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$672 no consolidado e R\$585 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015, R\$0 no consolidado e na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$2 no consolidado e na controladora no período de 27 de junho a 30 de junho de 2014. ).

Taxa de juros cobrada: 0,8% ao ano mais variação do CDI.

Vigência/duração: 22 de junho de 2015.

**d.7. Fundo Pampulha x ETAU (debêntures)**

Data da transação: 10 de dezembro de 2014.

Montante envolvido: R\$10.000.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$3.148

Saldo existente: R\$3.706 no consolidado e R\$3.184 na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$553 no consolidado e R\$306 na controladora em 31 de dezembro de 2014), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$271 no consolidado e R\$234 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014), R\$121 no consolidado e R\$104 na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014).

Taxa de juros cobrada: 108% do CDI.

Vigência/duração: 1º de dezembro de 2019.

Outras informações relevantes: vencida a vigência, não houve novas aplicações.

**d.8. Fundo Pampulha x CEMIGTEL (NP)**

Data da transação: 19 de dezembro de 2014.

Montante envolvido: R\$5.000.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$1.574.

Saldo existente: R\$1.959 no consolidado e R\$1.683 na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$275 no consolidado e R\$152 na controladora em 31 de dezembro de 2014), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$127 no consolidado e R\$ 109 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e R\$0 na controladora no mesmo período em 2014), R\$64 no consolidado e R\$55 na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e R\$0 na controladora no mesmo período em 2014).

Taxa de juros cobrada: 110,4% do CDI.

Vigência/duração: 14 de dezembro de 2015.

Outras informações relevantes: vencida a vigência, não houve novas aplicações.

**d.9. Fundo Pampulha x ATIVAS (debêntures)**

Data da transação: 02 de janeiro de 2015.

Montante envolvido: R\$21.963.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$6.915.

Saldo existente: R\$8.397 no consolidado e R\$7.215 na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e R\$0 na controladora em 31 de dezembro de 2014), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Resultado: R\$348 no consolidado e R\$299 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014), R\$314 no consolidado e R\$269 na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014).

Taxa de juros cobrada: 3,5%aa mais variação do CDI.

Vigência/duração: 01 de julho de 2017.

Outras informações relevantes: vencida a vigência, não houve novas aplicações.

**d.10. Fundo Pampulha x ATIVAS (debêntures)**

Data da transação: 02 de janeiro de 2015.

Montante envolvido: R\$27.470.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$8.650.

Saldo existente: R\$10.496 no consolidado e R\$9.019 na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$429 no consolidado e R\$369 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014), R\$392 no consolidado e R\$338 na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014).

Taxa de juros cobrada: 3,5%aa mais variação do CDI.

Vigência/duração: 01 de julho de 2017.

Outras informações relevantes: vencida a vigência, não houve novas aplicações.

**d.11. Fundo Pampulha x BRASNORTE (debêntures)**

Data da transação: 09 de janeiro de 2015.

Montante envolvido: R\$8.548.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$2.691.

Saldo existente: R\$2.083 no consolidado e R\$1.790 na controladora em 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2014), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$187 no consolidado e R\$161 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014), R\$102 no consolidado e R\$87 na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2014).

Taxa de juros cobrada: 108% do CDI.

Vigência/duração: 22 de junho de 2016.

Outras informações relevantes: vencida a vigência, não houve novas aplicações.

**II - Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal**

a) Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 30 de junho de 2015:

- Conselho de Administração: remuneração fixa de 100%.
- Comitês: os membros dos Comitês da Companhia não receberam remuneração pelo desempenho dessa função, mas tão somente o salário fixo relativo às respectivas remunerações na condição de membros do Conselho de Administração.
- Diretoria: remuneração fixa de 62,93% e remuneração variável de 37,07%.
- Conselho Fiscal: remuneração fixa de 100%.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- b) Valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, à Diretoria e ao Conselho Fiscal no período findo de janeiro a junho de 2015 e de 2014:

Período de janeiro a junho de:	Conselho de Administração		Diretoria		Conselho Fiscal		Total	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
<b>Número de membros</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>35</b>	<b>35</b>
<b>Remuneração fixa</b>	<b>1.024</b>	<b>956</b>	<b>1.897</b>	<b>1.763</b>	<b>188</b>	<b>167</b>	<b>3.109</b>	<b>2.886</b>
Salário ou pró-labore	1.024	956	1.698	1.580	188	167	2.910	2.703
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	199	183	n/a	n/a	199	183
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Remuneração variável</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>926</b>	<b>985</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>926</b>	<b>985</b>
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	926	985	n/a	n/a	926	985
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Valor total da remuneração</b>	<b>1.024</b>	<b>956</b>	<b>2.823</b>	<b>2.748</b>	<b>188</b>	<b>167</b>	<b>4.035</b>	<b>3.871</b>

n/a = não aplicável

- c) Média dos valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, à Diretoria Estatutária e ao Conselho Fiscal no período findo em junho de 2015 e de 2014:

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Número de membros efetivos	11	11	3	3	5	5
Número de membros suplentes	11	11	-	-	5 (*)	5 (*)
Maior remuneração individual no exercício (mensal)	12	11	181	183	6	6
Menor remuneração individual no exercício (mensal)	3	5	141	134	6	6
Remuneração individual média no exercício (mensal)	8	8	157	153	6	6

(\*) Os membros suplentes recebem remuneração apenas quando substituem os membros efetivos.

Em 30 de junho de 2015 e 2014, os órgãos de governança corporativa e os demais funcionários da Companhia não possuem remuneração baseada em ações.

## 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiadores	Concessão	Captação					Encargos financeiros anuais
		Data de assinatura/emissão	Tipo	Valor contratado	Valor liberado acumulado	Vencimento final	
<b>Moeda nacional - R\$</b>							
BNDES FINAME	Taesa-TSN	05/12/2012	CCB - subcrédito A	23.504	20.250	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-NVT	28/10/2011	CCB - subcrédito A	587	587	12/08/2021	Taxa fixa de 8,7% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-NVT	28/10/2011	CCB - subcrédito B	168	168	12/08/2021	TJLP -TJ462 + 4,2% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-TSN	20/06/2012	CCB - subcrédito A	727	727	15/07/2022	Taxa fixa de 5,5% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-TSN	13/06/2013	CCB - subcrédito A	30.458	30.458	15/06/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-Patesa	14/10/2014	CCB - subcrédito A	430	430	15/08/2024	Taxa fixa de 6% a.a.
BNDES FINAME	SGT	04/12/2012	CCB -subcrédito A	19.571	19.571	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
<b>Moeda estrangeira - US\$</b>							
Citibank	TAESA	10/04/2014	Loan 4.131 - A	100.000	100.000	10/04/2015	LIBOR + 0,62% a.a.
Citibank	TAESA	10/04/2014	Loan 4.131 - B	350.000	350.000	11/04/2016	LIBOR + 0,891% a.a.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos								
Financiadores	Concessão	Saldo em 31/12/2014	Captação/custo	Juros, variação monetária e cambial incorridos/custo	Ajuste ao valor justo	Juros pagos	Amortização de principal	Saldo em 30/06/2015
<b>Empréstimos e financiamentos mensurados ao custo amortizado - moeda nacional - R\$</b>								
BNDES-FINAME	Taesa-NVT	493	-	19	-	(20)	(37)	455
BNDES-FINAME	Taesa-NVT	140	-	6	-	(6)	(10)	130
BNDES-FINAME	Taesa-TSN	14.829	5.437	240	-	(235)	(1.213)	19.058
BNDES-FINAME	Taesa-TSN	690	-	18	-	(18)	(45)	645
BNDES-FINAME	Taesa-TSN	30.498	-	454	-	(457)	-	30.495
BNDES-FINAME	Taesa-Patesa	433	-	12	-	(12)	-	433
<b>Empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo - moeda estrangeira com "swap" - US\$</b>								
Citibank Contr. A	Taesa	118.026	-	17.791	692	(652)	(135.857)	-
Citibank Contr. B	Taesa	410.427	-	78.606	(790)	(2.990)	-	485.253
<b>Controladora</b>		<b>575.536</b>	<b>5.437</b>	<b>97.146</b>	<b>(98)</b>	<b>(4.390)</b>	<b>(137.162)</b>	<b>536.469</b>
<b>Circulante</b>		<b>117.889</b>						<b>491.848</b>
<b>Não circulante</b>		<b>457.647</b>						<b>44.621</b>
<b>Empréstimos e financiamentos mensurados ao custo amortizado - moeda nacional - R\$</b>								
BNDES-FINAME	SGT	19.715	-	236	-	(361)	(1.222)	18.368
<b>Consolidado</b>		<b>595.251</b>	<b>5.437</b>	<b>97.382</b>	<b>(98)</b>	<b>(4.751)</b>	<b>(138.384)</b>	<b>554.837</b>
<b>Circulante</b>		<b>120.479</b>						<b>494.314</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>474.772</b>						<b>60.523</b>
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>								
Instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo								
Citibank ("swap") Contr. A	Taesa	(15.488)	-	(14.583)	(755)	(5.031)	35.857	-
Citibank ("swap") Contr. B	Taesa	(49.855)	-	(57.480)	240	(17.197)	-	(124.292)
<b>"Swap" líquido</b>		<b>(65.343)</b>	<b>-</b>	<b>(72.063)</b>	<b>(515)</b>	<b>(22.228)</b>	<b>35.857</b>	<b>(124.292)</b>
<b>Empréstimos e financiamentos líquidos do "swap"</b>		<b>529.908</b>	<b>5.437</b>	<b>25.319</b>	<b>(613)</b>	<b>(26.979)</b>	<b>(102.527)</b>	<b>430.545</b>

### Captação e liquidação de empréstimos com o Citibank

A captação de empréstimos ocorreu em 7 de abril de 2014, quando a Companhia assinou dois contratos de empréstimos em dólares norte-americanos indexados à Libor, com o Citibank NY, nos montantes de US\$44.593 e US\$156.076, equivalentes a R\$100.000 e R\$350.000, respectivamente, conforme taxa de câmbio na data de assinatura dos contratos, realizando ao mesmo tempo um "swap" dessas dívidas para CDI, com o Citibank Brasil. Os recursos provenientes dos empréstimos contraídos foram recebidos em 10 de abril de 2014. Essa operação é amparada pela Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e foi aprovada na RCA de 25 de fevereiro de 2014.

Esses empréstimos tiveram como objetivo a liquidação antecipada da 6ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia, em 17 de abril de 2014, no valor de R\$435.828.

Conforme previsto no contrato de financiamento, em 10 de abril de 2015 a Taesa liquidou o Contrato A da dívida com o Citibank, no montante de R\$136.199 (US\$44.705), com base na taxa de câmbio do dia 09 de abril de 2015. Em contrapartida, a Taesa anulou a perda da variação cambial do contrato original da dívida, obtendo assim, um ganho bruto por meio do contrato de Swap no montante de R\$33.308. O "swap" refere-se a taxa de juros Libor e a variação cambial atreladas a esse contrato, de acordo com a taxa de câmbio na data da liquidação.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Liquidação de empréstimo com o BID na ATE III- a Assembleia Geral Extraordinária da ATE III, de 5 de maio de 2014, aprovou o pagamento antecipado da dívida com o BID e a celebração de contrato de "hedge" na modalidade "Non - Deliverable Forward - NDF". A Reunião do Conselho de Administração da Taesa de 8 de maio de 2014 aprovou o aporte de capital pela Companhia na sua controlada integral ATE III, a fim de lhe conferir os recursos necessários à liquidação antecipada da dívida com o BID. Em 15 de maio de 2014, ocorreu a liquidação da dívida com o BID e da NDF contratada para fixar o câmbio de liquidação da dívida, nos montantes de R\$329.245 (US\$148.973) e R\$2.899, respectivamente, conforme taxa de câmbio na data da liquidação.

A ATE III também desembolsou um montante de R\$13.134 (US\$5.943) para desfazer o contrato de "swap" de taxa de juros Libor atrelado a esse contrato, conforme taxa de câmbio na data da liquidação.

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2016	2017	Após 2017	Não circulante	Total
TJLP	21	11	21	77	109	130
Taxa fixa	9.040	4.496	9.010	46.908	60.414	69.454
Libor +US\$ (Swap CDI)	485.253	-	-	-	-	485.253
	<b>494.314</b>	<b>4.507</b>	<b>9.031</b>	<b>46.985</b>	<b>60.523</b>	<b>554.837</b>

Cláusulas restritivas - contratos vigentes	Taesa/SGT	Taesa
	BNDES (Santander FINAME)	Citibank
Não ceder ou transferir os direitos e as obrigações decorrentes da cédula de crédito bancário, tampouco vender ou de nenhuma forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa do BNDES/FINAME, sob pena de rescisão de pleno direito da cédula, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações por ela assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, inclusive quanto às parcelas vincendas que serão consideradas antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.	X	
Não vender, transferir, alugar, transmitir ou alienar (em uma transação ou em uma série de transações) o todo ou parte substancial de suas propriedades ou ativos pertencentes agora ou futuramente adquiridos, que possam causar efeito material adverso		X
Não realizar operações de cisão, fusão ou incorporação, que resultem ou tenham expectativa de implicar um efeito material adverso.		X
Não fazer ou permitir qualquer alteração no método de cálculo financeiro, exceto no caso em que for requerida pelas leis brasileiras.		X

Em 30 de junho de 2015, as cláusulas restritivas ("covenants") mencionadas foram cumpridas.

Não existem garantias para os contratos de empréstimos e financiamentos vigentes descritos anteriormente.

## 15. DEBÊNTURES

Financiadores	Movimentação de debêntures				
	31/12/2014	Juros e variação monetária incorridos/custos (*)	Juros pagos	Amortização de principal	30/06/2015
Sindicato de bancos (1ª emissão)	235.998	19.786	-	-	255.784
Itaú BBA (2ª emissão)	604.751	40.663	(39.834)	-	605.580
Itaú BBA (3ª emissão)	2.409.394	193.061	-	-	2.602.455
	<b>3.250.143</b>	<b>253.510</b>	<b>(39.834)</b>	<b>-</b>	<b>3.463.819</b>
<b>Circulante</b>	<b>485.327</b>				<b>593.513</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.764.816</b>				<b>2.870.306</b>

(\*) No período findo em 30 de junho 2015, a amortização dos custos de debêntures foi de R\$496 (R\$726 em 30 de junho de 2014).

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2016	2017	2018	Após 2018	Não circulante	Total
CDI	405.334	195.000	860.000	-	-	1.055.000	1.460.334
IPCA	188.771	-	-	321.331	1.496.033	1.817.364	2.006.135
(-) Custos a amortizar	(592)	(270)	(361)	(211)	(1.216)	(2.058)	(2.650)
	<b>593.513</b>	<b>194.730</b>	<b>859.639</b>	<b>321.120</b>	<b>1.494.817</b>	<b>2.870.306</b>	<b>3.463.819</b>

### Liquidação da 1ª Emissão de Debêntures

No dia 15 de julho de 2015 a Taesa efetuou o pagamento da 1ª emissão de debêntures no valor de R\$257.533 referente aos Ativos TAES11 e TAES21 (vide nota explicativa nº 28).

Características	Sindicato de bancos (1ª emissão)	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
Data da emissão	15 de julho de 2010.	15 de dezembro de 2010.	15 de outubro de 2012.
Emissão/preço	Foram emitidas 60.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10, sendo 34.500 da 1ª série e 25.500 da 2ª série, perfazendo um valor total de R\$600.000.	Foram emitidas 8.150 debêntures com valor nominal unitário de R\$100, sendo 4.250 da 1ª série, 2.450 da 2ª série e 1.450 da 4ª série, perfazendo um valor total de R\$815.000.	Foram emitidas 2.160.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1, sendo 665.000 da 1ª série, 793.000 da 2ª série e 702.000 da 3ª série, perfazendo um valor total de R\$2.160.
Conversibilidade	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
Espécie	Quirografária.	Quirografária.	Quirografária.
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
Garantias	Não há garantias.	Não há garantias.	Não há garantias.
Repactuação	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação.
Prazo e data de vencimento	1ª e 2ª séries: cinco anos (15 de julho de 2015).	1ª série: cinco anos (15 de dezembro de 2015). 2ª e 4ª séries: sete anos (15 de dezembro de 2017).	1ª série: cinco anos (15 de outubro de 2017). 2ª série: oito anos (15 de outubro de 2020). 3ª série: 12 anos (15 de outubro de 2024).
Códigos dos Ativos	TAES11 / TAES21	TAES12 / TAES22 / TAES42	TAE13 / TAE23 / TAE33
Atualização monetária	1ª série: não será atualizada.  2ª série: atualizada pelo IPCA.	1ª, 2ª e 4ª séries: não serão atualizadas.	1ª série: não será atualizada.  2ª e 3ª séries: atualizada pelo IPCA.
Remuneração	1ª série: CDI + 1,30%. 2ª série: IPCA + 7,91%.	1ª série: CDI + 1,40%. 2ª série: CDI + 1,60%. 4ª série: CDI + 1,60%.	1ª série: CDI + 0,78%. 2ª série: IPCA + 4,85%. 3ª série: IPCA + 5,10%.
Data de pagamento dos juros	1ª e 2ª séries: 15 de julho de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de julho de 2011.	1ª, 2ª e 4ª séries: semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de junho de 2011.	1ª, 2ª e 3ª séries: 15 de outubro de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de outubro de 2013.
Prazo de amortização	1ª e 2ª séries: três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013.	1ª série: duas parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2014. 2ª e 4ª séries: duas parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2016.	1ª série: parcela única na data de vencimento dessa série.  2ª série: três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2018.  3ª série: quatro parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2021.
Data de aprovação em AGE	1º de junho de 2010.	30 de novembro de 2010.	17 de setembro de 2012.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Características	Sindicato de bancos (1ª emissão)	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
Outras informações	Os recursos provenientes da 1ª emissão de debêntures da Taesa foram transferidos para a Companhia nos dias 2 e 3 de agosto de 2010, totalizando R\$602.850 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$3.282, representando 0,55% dos recursos captados. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das debêntures foram utilizados para o pagamento integral de 550 notas promissórias comerciais da 3ª emissão da Companhia. As notas promissórias foram emitidas em 27 de outubro de 2009, no valor total de R\$550.000, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 113% do CDI, com vencimento em 22 de outubro de 2010. O resgate antecipado das respectivas notas promissórias foi efetuado em 3 de agosto de 2010 no valor total de R\$592.605, além dos custos decorrentes da presente emissão.	Os recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 17 de dezembro de 2010, totalizando R\$815.750 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$4.470, representando 0,05% dos recursos captados. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das debêntures foram utilizados para o pagamento antecipado de dívidas contraídas pelo Grupo (Novatrans e TSN) com o BNDES, efetuado no dia 20 de dezembro de 2010, totalizando um montante pago de R\$372.275 na Novatrans e R\$435.410 na TSN.	Os recursos provenientes da 3ª emissão de debêntures da Taesa foram transferidos para a Companhia nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2012, totalizando R\$2.174.389 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$2.537, representando 0,05% dos recursos captados. Os recursos líquidos obtidos pela emissora por meio da integralização das debêntures, e complementado por recursos próprios, foram utilizados para o pagamento integral das notas promissórias de 4ª e 5ª emissões, no valor de R\$1.277.600 e R\$939.782, respectivamente. Não houve nenhum prêmio pelo pagamento antecipado das notas.

Cláusulas restritivas	Taesa		
	Sindicato de bancos (1ª emissão)	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
O índice obtido da divisão da dívida líquida pelo EBITDA consolidado, conforme os termos de cálculo definidos no contrato, não deverá ser superior a 3,5. Esse índice será verificado trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas da emissora, com base nas práticas contábeis utilizadas nas demonstrações financeiras/informações trimestrais da Companhia correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.		X	
Não realizar reorganizações societárias que impliquem redução do capital social, exceto por determinação legal.	X	X	X
Cumprir as obrigações assumidas com outros credores a fim de evitar a decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$50.000 ou seu equivalente em outra moeda.	X	X	X
Não ser inadimplente em nenhuma dívida financeira ou obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.	X	X	X
Não possuir protesto de títulos cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000 ou seu equivalente em outras moedas.	X	X	X
Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades e manter os ativos essenciais a suas atividades devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.	X	X	
Enquanto o saldo devedor das debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa causar um impacto adverso relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional, exceto se essa alteração resultar da ocorrência de qualquer evento de reorganização.	X	X	
Não realizar o pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer natureza a seus acionistas, ressalvados pagamentos feitos conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações: (a) caso a emissora esteja em mora em relação ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas em virtude das debêntures e essa mora não tiver acarretado o vencimento antecipado das debêntures, cessando essa proibição tão logo seja purgada a mora; ou (b) caso seja declarado o vencimento antecipado das debêntures, cessando essa proibição tão logo o pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos e não pagos aos debenturistas tenha sido efetuado, inclusive encargos, se devidos.	X	X	

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Cláusulas restritivas	Taesa		
	Sindicato de bancos (1ª emissão)	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
Não realizar alteração no controle acionário direto ou indireto da emissora que resulte em diminuição do "rating" da emissão para um nível equivalente ou inferior a "Aa3" pela Moody's ou nota equivalente conforme avaliação de classificação de risco emitida pelas agências Fitch Ratings ou Standard & Poor's.		X	
Ocorrência de término antecipado de quaisquer das concessões ou intervenção pelo Poder Concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte da emissora ou de suas sociedades controladas, que represente, separadamente ou em conjunto, valor igual ou superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da emissora constante de demonstrações financeiras consolidadas imediatamente anteriores à ocorrência do respectivo evento.	X	X	X
Ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da emissora pela Cemig GT, exceto no caso em que a gestão operacional da emissora seja transferida para a CEMIG ou outra sociedade que seja controlada ou coligada, direta ou indiretamente, pela CEMIG.	X	X	X
Não transferir ou, por qualquer outra forma, ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e as obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos debenturistas.			X

Em 30 de junho de 2015, as cláusulas restritivas ("covenants") foram cumpridas.

## 16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais, aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme os saldos apresentados a seguir:

	30/06/2015	31/12/2014
<u>Controladora e Consolidado</u>		
Trabalhistas	320	320
Fiscais	777	777
Cíveis	26	26
	<b>1.123</b>	<b>1.123</b>

Os valores apresentados anteriormente estão classificados no passivo não circulante e não possuem depósito judicial contabilizado do ativo. As demandas administrativas e judiciais referem-se basicamente às ações cíveis, fiscais e trabalhistas envolvendo discussão de reclamação de horas extras, valores a pagar referentes à faixa de servidão e indenização de seguro, bem como processos administrativos envolvendo, principalmente, manifestações de inconformidade referentes a compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela Receita Federal do Brasil.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Passivos contingentes

	30/06/2015				31/12/2014			
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Taesa	1.816	163.876	9.158	174.850	729	169.221	17.592	187.542
ATE III	-	6.300	-	6.300	-	16.685	-	16.685
	<b>1.816</b>	<b>170.176</b>	<b>9.158</b>	<b>181.150</b>	<b>729</b>	<b>185.906</b>	<b>17.592</b>	<b>204.227</b>

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível para o Grupo Taesa estão relacionadas a riscos fiscais como segue:

Taesa - TSN - referem-se basicamente aos processos administrativos fiscais e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil relativos a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS IRPJ e CSLL, no montante de R\$19.180.

Taesa - Novatrans - referem-se aos processos administrativos tributários decorrentes de auto de infração sofrido no ano-calendário 2008 e manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$2.341.

Taesa - ETEO - processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil, relativos a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$108.678. O principal processo administrativo fiscal é relativo ao auto de infração lavrado em 2012, referente à dedutibilidade, no ano-calendário 2008, da despesa com amortização do ágio pago pela Lovina Participações S.A. ("Lovina") em decorrência da aquisição da ETEO, no valor aproximado de R\$39.403. Em 22 de outubro de 2012, a Receita Federal do Brasil julgou improcedente a impugnação ao auto de infração. Em 21 de novembro de 2012 foi protocolado Recurso Voluntário, que atualmente pende de julgamento. Esse novo fato não alterou a expectativa de perda da causa em questão. Em fevereiro de 2014, a Receita Federal do Brasil lavrou nova autuação em face da Companhia, no valor aproximado de R\$68.737, cujo objeto é semelhante ao da autuação anteriormente mencionada, referindo-se, por sua vez, aos anos-calendários 2009 e 2010.

Em 19 de março de 2014, a Taesa apresentou a impugnação e, em maio, os autos foram encaminhados para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto. Em 10 de junho de 2014, autos encaminhados para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo. Não houve nenhuma alteração relevante no andamento desse processo até a data deste relatório.

Taesa - NTE - processos administrativos fiscais, manifestações de inconformidade e execuções fiscais relativas às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$7.588, sendo o valor de R\$ 5.458 relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. conforme contrato de garantia assinado entre as partes.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Taesa - ATE - manifestações de inconformidade relativas a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$3.856, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. conforme contrato de garantia assinado entre as partes.

Taesa - STE - processos administrativos fiscais, manifestações de inconformidade e execuções fiscais referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$ 11.598, sendo o valor de R\$ 10.026 relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. conforme contrato de garantia assinado entre as partes.

Taesa - ATE II - processos administrativos fiscais e manifestações de inconformidade relativos a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$7.681, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., conforme contrato de garantia assinado entre as partes.

ATE III - processos administrativos fiscais originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa e execuções fiscais para exigência de ICMS, totalizando o valor de R\$5.183. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. conforme contrato de garantia assinado entre as partes. Além disso, a ATE III figura no polo passivo de processo administrativo fiscal que objetiva a glosa de despesas, com a consequente redução da base do prejuízo fiscal e negativa de CSLL para cálculo do imposto diferido ativo no valor de R\$ 3.286, impactando em R\$ 1.117 o passivo contingente da companhia.

Outros assuntos relevantes

ICMS sobre prestação de serviços - a Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao Estado de origem e a outra relativa ao Estado de destino. A Administração entende que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica refere-se não ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim. O volume de energia transmitido é determinado pelo ONS e varia em relação ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. Por essa razão, a Administração, amparada em pareceres obtidos de seus assessores jurídicos externos, entende que o risco de eventual cobrança de tal imposto é remota, e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada. Adicionalmente, a Administração entende que, em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária pela ANEEL.

**17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	Consolidado			
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2015 a 30/06/2015	01/01/2014 a 30/06/2014
IRPJ e CSLL correntes	(42.693)	(37.346)	(13.664)	(74.322)
IRPJ e CSLL diferidos	(2.768)	5.206	(49.287)	18.586
	<b>(45.461)</b>	<b>(32.140)</b>	<b>(62.951)</b>	<b>(55.736)</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	Controladora			
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2015 a 30/06/2015	01/01/2014 a 30/06/2014
IRPJ e CSLL correntes	(41.437)	(36.379)	(11.073)	(72.455)
IRPJ e CSLL diferidos	4.356	1.962	(35.409)	19.680
	<b>(37.081)</b>	<b>(34.417)</b>	<b>(46.482)</b>	<b>(52.775)</b>

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando o prazo de prescrição, em cada caso.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e debitada ao resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado			
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2015 a 30/06/2015	01/01/2014 a 30/06/2014
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	285.982	112.221	505.405	247.323
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(97.233)	(38.155)	(171.838)	(84.090)
Equivalência patrimonial	20.215	7.589	40.205	16.412
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	28.206	5.250	65.812	10.317
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	775	397	923	520
Outros	2.576	(7.221)	1.947	1.105
<b>Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado</b>	<b>(45.461)</b>	<b>(32.140)</b>	<b>(62.951)</b>	<b>(55.736)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>16%</b>	<b>29%</b>	<b>12%</b>	<b>23%</b>

	Controladora			
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2015 a 30/06/2015	01/01/2014 a 30/06/2014
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	277.602	114.498	488.936	244.362
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(94.385)	(38.929)	(166.238)	(83.083)
Equivalência patrimonial	28.117	9.469	56.199	23.782
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	25.536	3.077	60.098	6.048
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	775	397	923	520
Outros	2.876	(8.431)	2.536	(42)
<b>Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado</b>	<b>(37.081)</b>	<b>(34.417)</b>	<b>(46.482)</b>	<b>(52.775)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>13%</b>	<b>30%</b>	<b>10%</b>	<b>22%</b>

#### Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE

A Companhia e suas controladas indicadas na tabela a seguir possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão nos Estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, da Bahia, do Maranhão, do Tocantins, de Goiás e do Pará e no Distrito Federal. Tais benefícios encerram-se nas datas indicadas na tabela a seguir e possuem algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

Concessão	Agência	Laudo constitutivo	Localidade	Prazo
<b>Taesa</b>				
TSN (*)	SUDENE	139/2014	BA e GO	31/12/2023
Novatrans (*)	SUDAM	207/2014	TO, MA e DF	31/12/2023
Gtesa (*)	SUDENE	143/2014	PB e PE	31/12/2023
Munirah (*)	SUDENE	138/2014	BA	31/12/2023
ATE II	SUDENE e SUDAM	165/07 e 38/07	TO, PI, MA e BA	31/12/2016
<b>Controladas</b>				
ATE III	SUDAM	60/09	PA e TO	31/12/2018

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(\*) Em 27 de março de 2015, a Companhia obteve homologação pela Receita Federal dos Laudos Constitutivos emitidos durante o quarto trimestre de 2014, referentes as renovações dos benefícios fiscais das concessões TSN, Munirah, Novatrans e Gtesa, que venceram em 31 de dezembro de 2013, com direito de reconhecimento dos efeitos fiscais retroativos. A Companhia apurou os valores para o ano de 2014 e reconheceu no resultado do 1º trimestre de 2015.

Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 30 de junho de 2015 é de aproximadamente 56,92% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas (56,92% em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia e suas controladas não incorreram em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções mencionadas anteriormente.

Benefício fiscal - NTE - em 23 de dezembro de 2004, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 323/04, que outorga à concessionária um benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido. Tal benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada no Estado de Pernambuco.

Em 28 de dezembro de 2004, a NTE protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a Receita Federal do Brasil, com fundamento no Laudo Constitutivo nº 323/04, expedido pela SUDENE, o qual outorgou à concessionária o benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ pelo período de 2005 a 2013.

Nos termos da legislação vigente, em razão do decurso do prazo de 120 dias contados da apresentação do requerimento, previsto no § 1º do artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267/02, sem que a Receita Federal do Brasil tenha se manifestado acerca do pleito efetuado, a NTE obteve o reconhecimento tácito do direito à redução do IRPJ, passando a usufruir, legitimamente, do benefício fiscal a partir do ano-calendário 2005.

Os incentivos tiveram validade até o ano 2013 e impuseram algumas obrigações e restrições (para outras informações, vide nota explicativa nº 18). A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções.

Em 9 de julho de 2012, a NTE foi cientificada, pela Receita Federal do Brasil, conforme Despacho Decisório nº 237/12, o qual declarou não ter formulado o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ protocolado pela NTE, entendendo que a apresentação da via original do Laudo Constitutivo seria condição imprescindível à análise da demanda, deliberando pela inépcia do pedido em face do não atendimento a essa exigência.

Em vista do mencionado Despacho Decisório, foi apresentado, no dia 18 de julho de 2012, Recurso Hierárquico cujos argumentos, em síntese, vão ao encontro da própria redação do artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, a qual não menciona a necessidade de o pedido ser instruído com a via original do Laudo e que a cópia autenticada se reveste de requisitos legais a conferir fidedignidade/valor ao documento.

Em que pesem os argumentos alegados no recurso, a NTE anexou, ainda, Ofício nº 1.044, emitido em 18 de julho de 2012 pela SUDENE, o qual ratifica a veracidade do Laudo Constitutivo nº 323/04.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em 27 de dezembro de 2012, a NTE foi cientificada da decisão que julgou favorável em parte o Recurso Hierárquico interposto por ela para: (a) declarar procedente o pedido de reconsideração que considerou corrigida a falha de instrução do processo; e (b) no mérito, considerar indeferido o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ. Contra essa decisão é cabível manifestação de inconformidade, a qual foi protocolada em 25 de janeiro de 2013, inclusive. No mérito, a DRJ reconheceu que a regularidade fiscal deve ser comprovada no momento do pedido, mas, por considerar inalterável esse ponto do despacho decisório proferido pela DRF/RJO-I, negou provimento à manifestação de inconformidade.

Em razão disso, foi apresentado Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF em 14 de junho de 2013. Não houve nenhuma alteração relevante no andamento desse processo até a data deste relatório.

Com base nos argumentos e nas provas apresentados, a Administração, através de seus assessores jurídicos externos, considera que o montante do benefício fiscal apurado até 30 de setembro de 2012, no valor de R\$64.988, foi adequadamente reconhecido, sendo remota a probabilidade de perda nas esferas administrativa e judicial.

No que tange aos benefícios apurados a partir da data da ciência do referido Despacho (9 de julho de 2012) até 31 de dezembro de 2013 (prazo de vigência deste benefício), a Companhia somente usufruirá de tal redução após o desfecho do processo.

## **18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) Capital social – Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.067.536, sendo representado por 640.714.069 ações ordinárias e 392.782.652 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Do valor do capital social, foi deduzido contabilmente, nos termos da Deliberação CVM nº 649/10, o montante de R\$25.501, líquido dos impostos e das contribuições, relativo a custos com emissão de ações, resultando, portanto, em um capital social líquido no montante de R\$3.042.035.

Conforme o seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000, com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, observando-se os termos previstos em lei ou as disposições do estatuto social da Companhia.

### Possível alteração no bloco de controle da Companhia

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. recebeu, em 17 de abril de 2015, correspondência do FIP Coliseu, fundo que integra o bloco de controle da Companhia, informando que chegou a um acordo preliminar com Empresas Públicas de Medellín acerca das condições para alienar 35,71% das ações ordinárias, representativas de 22,14% do total de ações, de emissão da TAESA. Conforme correspondência do FIP Coliseu, em 03 de julho de 2015, considerando que certas condições precedentes para a assinatura do Contrato de Compra e Venda não ocorreram, foram encerradas as negociações entre o FIP Coliseu e a Empresas Públicas de Medellín (vide nota explicativa nº 28).

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Mudança da composição acionária da Companhia ocorrida em 30 de outubro de 2014:

- Os cotistas do Fundo de Investimento em Participações Coliseu ("FIP Coliseu"), Fundo de Investimento em Participações que integra o bloco de controle da Companhia, aprovaram na 19ª Assembleia Geral de Cotistas realizada em 21 de outubro de 2014 a prorrogação do prazo de duração do FIP Coliseu, que deveria encerrar-se no dia 26 de outubro de 2014, por até 720 dias contados de 21 de outubro de 2014;
- A Cláusula 16.1.1 do Primeiro Aditivo ao Acordo de Acionistas da Taesa ("Acordo de Acionistas") estabelece que o Santander Participações S.A. ("Santander"), cotista do FIP Coliseu e, portanto, acionista indireto da Taesa, deixará de ser parte do Acordo de Acionistas em 30 de outubro de 2014. Para tornar efetiva tal desvinculação do Acordo de Acionistas e, ainda, por força da prorrogação do prazo de duração do FIP Coliseu mencionada acima, foi realizada a 20ª Assembleia Geral de Cotistas do FIP Coliseu, ocasião em que foi aprovada a cisão parcial do FIP Coliseu, com a versão das ações ordinárias da Taesa de titularidade indireta do Santander, então detidas pelo FIP Coliseu, para o Fundo de Investimento em Participações Resling (cujo único cotista é o próprio Santander, doravante "FIP Resling"). Dessa forma, o FIP Resling tornou-se detentor de 76.258.597 ações ordinárias da Taesa.
- Por solicitação do Santander, o Conselho de Administração da Taesa homologou, no dia 30 de outubro de 2014, a conversão de 50.839.064 ações ordinárias detidas pelo FIP Resling em ações preferenciais.
- O Conselho da Companhia, na sequência, também por solicitação do Santander, homologou a emissão de 25.419.532 Units da Taesa em favor do FIP Resling, mediante o grupamento das 50.839.064 ações preferenciais convertidas às 25.419.532 ações ordinárias detidas FIP Resling em 30 de outubro de 2014.
- As demais cláusulas do Acordo de Acionistas da Companhia permanecem válidas até o fim das concessões, sendo, portanto, mantida a gestão compartilhada da Companhia entre a CEMIG e o FIP Coliseu ou seus sucessores.
- Em 19 de dezembro de 2014, foi aprovada a liquidação e encerramento do FIP Resling, conforme consta na ata da Assembleia Geral de Cotistas do fundo em questão. Em virtude da liquidação e encerramento do fundo, as units detidas pelo FIP Resling foram transferidas para o Santander Participações S.A. ("Santander"), único cotista do FIP Resling.
- A obtenção de participação direta pelo Santander é resultante da liquidação e encerramento do FIP Resling, de modo que o Santander não tem qualquer interesse em alterar a composição do controle ou estrutura administrativa da Companhia. Nesse sentido, a Companhia foi informada pelo Santander que: (i) o Santander não detém bônus de subscrição, direitos de subscrição de ações, opções de compra de ações e debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia; e (ii) o Santander não firmou acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Composição acionária em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014:

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Controladores	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
FIP Coliseu	228.775.790	35,7%	-	-	228.775.790	22,1%	228.775.790	22,1%
CEMIG	293.072.229	45,7%	155.050.644	39,5%	448.122.873	43,4%	448.122.873	43,4%
Free Float	118.866.050	18,6%	237.732.008	60,5%	356.598.058	34,5%	-	-
	<b>640.714.069</b>	<b>100%</b>	<b>392.782.652</b>	<b>100%</b>	<b>1.033.496.721</b>	<b>100%</b>	<b>676.898.663</b>	<b>65,5%</b>

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou do estatuto social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia; e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

b) Reserva legal - constituída com base em 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, definida pelo Conselho de Administração e limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivo fiscal - a Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, da Bahia, do Maranhão, do Tocantins, de Goiás e no Distrito Federal. Esses incentivos, no montante de R\$ 60.098 em 30 de junho de 2015 e R\$7.846 em 31 de dezembro de 2014, foram concedidos pela SUDAM e SUDENE e consistem na redução de imposto de renda, conforme detalhado na nota explicativa nº 17. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação.

c) Reserva especial de ágio - com base no disposto na Instrução CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, artigo 6º, em dezembro de 2009 foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A., totalizando R\$594.507. O benefício fiscal apurado pela Companhia no período de 1º de janeiro de 2010 a 30 de junho de 2015, no valor de R\$137.014, será oportunamente capitalizado.

d) Remuneração aos acionistas - o estatuto social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito à participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada, ainda, aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas ações nos mesmos termos e nas condições asseguradas ao acionista controlador alienante ("tag-along" com 100% do preço).

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A proposta da Administração para distribuição do lucro do exercício de 2014 que foi ratificada pela AGO realizada em 22 de abril de 2015, é como segue:

<b>Proposta de destinação do lucro do exercício</b>	<b>31/12/2014</b>
Lucro do exercício	<b>904.845</b>
Reserva legal (5%)	(45.242)
Reserva de incentivo fiscal	(7.846)
Lucro do exercício ajustado	851.757
Dividendos mínimos obrigatórios - 50% (R\$0,41208 por ação ordinária e preferencial)	425.879
Dividendos intercalares pagos (R\$0,38703 por ação ordinária e preferencial em 2014)	(400.000)
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,1906 por ação ordinária e preferencial em 2014)	(197.000)
IRRF efetivo sobre juros sobre o capital próprio	19.877
Dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio pagos atribuído aos dividendos mínimos obrigatórios	(577.123)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,24650 por ação ordinária e preferencial em 2014)	(254.757)
Resumo das destinações:	
Reservas	(53.088)
Dividendos (R\$0,82415 por ação ordinária e preferencial em 2014)	(851.757)
	<b>(904.845)</b>

Juros sobre capital próprio - em 4 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de R\$197.000 (R\$0,19062 por ação ON e PN) a título de juros sobre capital próprio. O pagamento ocorreu no dia 17 de dezembro de 2014.

Dividendos intercalares- em 26 de setembro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de R\$400.000 (R\$0,38703 por ação ON e PN) a título de dividendos intercalares, com base nos resultados apurados em 31 de julho de 2014. O pagamento ocorreu no dia 6 de outubro de 2014.

Os dividendos intercalares e os juros sobre capital próprio foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, distribuição esta ratificada pela Assembleia Geral Ordinária ocorrida no dia 22 de abril de 2015.

## 19. DIVIDENDOS A RECEBER E A PAGAR

	<b>31/12/2014</b>	<b>Dividendos propostos ou aprovados</b>	<b>Dividendos recebidos/pagos</b>	<b>30/06/2015</b>
<b>DIVIDENDOS A RECEBER</b>				
<i>Controladas em conjunto e coligadas</i>				
ETAU	74	7.708	-	7.782
BRASNORTE	3.164	-	-	3.164
EATE	-	48.177	(48.177)	-
EBTE	2.315	46	(2.315)	46
ECTE	7.738	2.325	(10.063)	
ENTE	-	14.910	(14.910)	-
ERTE	-	1.469	(1.469)	-
ETEP	-	4.936	(4.936)	-
<b>Consolidado</b>	<b>13.291</b>	<b>79.571</b>	<b>(81.870)</b>	<b>10.992</b>
<i>Controladas</i>				
ATE III	7.858	46.453	-	54.311
MARIANA	208	-	-	208
<b>Controladora</b>	<b>21.357</b>	<b>126.024</b>	<b>(81.870)</b>	<b>65.511</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	31/12/2014	Dividendos propostos ou aprovados	Dividendos recebidos/pagos	30/06/2015
<b>DIVIDENDOS A PAGAR</b>				
<b>Consolidado e Controladora</b>				
Dividendos a pagar aos acionistas da Taesa (*)	<b>3</b>	<b>254.757</b>	<b>(254.757)</b>	<b>3</b>

(\*) Dividendos a pagar a acionistas não controladores referentes a exercícios anteriores, no montante de R\$3, ainda não pagos pela inexistência de dados desses acionistas na corretora.

Outros detalhes sobre os dividendos propostos e aprovados estão detalhados na nota explicativa nº 11.

Pagamento de dividendos – em 30 de abril de 2015, a Companhia pagou dividendos adicionais, referentes ao exercício de 2014, o montante de R\$254.757 (R\$0,24650 por ação ON e PN).

Pagamento de dividendos - em 28 de maio de 2014, a Companhia pagou dividendos obrigatórios e adicionais, referentes ao exercício de 2013, no total de R\$413.666 (R\$0,40026 por ação ON e PN).

## 20. COBERTURA DE SEGUROS

A Taesa, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As concessões da Taesa, suas controladas e controladas em conjunto possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia também possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

Em 30 de junho de 2015, as apólices de seguros vigentes da Taesa e de suas controladas e controladas em conjunto eram como segue:

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	LMI (a)	DM - Valor em risco(b)	Indenização integral	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral – RCG	FAIRFAX Seguros do Brasil	19/09/14 a 19/09/15	10.000	-	-	144
Risco Operacional - RO	FAIRFAX Seguros do Brasil	19/10/14 a 19/10/15	-	1.148.378	-	1.947
Seguro Veículos - Frota	ITAÚ Seguros	19/09/14 a 19/09/15	-	-	105% Tabela FIPE	214
D&O	AIG Seguros Brasil	17/09/14 a 17/09/15	15.000	-	-	33
Riscos Diversos – RD	Tokio Marine	17/10/14 a 17/10/15	398	-	-	6,4

(a) LMI - Limite Máximo de Indenização.

(b) DM - Danos materiais a terceiros - R\$600; danos corporais a terceiros - R\$600; acidentes pessoais - R\$5; e danos morais - R\$60.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS****21.1 Estrutura de gerenciamento de riscos**

O gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez.

A Companhia e suas controladas objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, por meio do gerenciamento de suas atividades. O cumprimento das políticas e dos limites de exposição é revisado pela Administração em base contínua. A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

**21.2 Gestão do risco de capital**

A Companhia e suas controladas administram seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos e debêntures detalhados nas notas explicativas nº 14 e nº 15, respectivamente, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários nas notas explicativas nº 4 e nº 5, respectivamente) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 18).

**21.3 Categorias de instrumentos financeiros relevantes**

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Mensurados a valor justo por meio do resultado</b>				
- Caixa e equivalentes de caixa	18.645	101.853	15.851	64.190
- Títulos e valores mobiliários	600.497	83.429	516.435	83.429
- Instrumentos financeiros derivativos	124.292	65.343	124.292	65.343
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
- Clientes	203.220	217.533	189.909	203.479
- Ativo financeiro	6.204.531	6.235.113	5.542.668	5.592.246
<b>Mantidos até o vencimento</b>				
- Títulos e valores mobiliários	12.484	5.932	10.727	5.932
	<b>7.163.669</b>	<b>6.709.203</b>	<b>6.399.882</b>	<b>6.014.619</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Mensurados a valor justo por meio do resultado</b>				
- Empréstimos e financiamentos	485.253	528.453	485.253	528.453
<b>Outros passivos financeiros</b>				
- Fornecedores	23.939	37.133	23.207	33.182
- Empréstimos e financiamentos	69.584	66.798	51.216	47.083
- Debêntures	3.463.819	3.250.143	3.463.819	3.250.143
	<b>4.042.595</b>	<b>3.882.527</b>	<b>4.023.495</b>	<b>3.858.861</b>

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

#### **21.4 Risco de mercado**

Por meio de suas atividades, a Companhia e suas controladas ficam expostas principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros (vide nota explicativa nº 21.6). A Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos para algumas transações com o objetivo de administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio (vide nota explicativa nº 21.5).

A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações dos índices de inflação.

A Companhia e suas controladas poderão enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. Para minimizar esse risco, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa.

Não houve mudança relevante na exposição da Companhia e suas controladas quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual elas administram e mensuram esses riscos.

#### **21.5 Gestão do risco de taxa de câmbio**

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos ativos e empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

Em 30 de junho de 2015, a Companhia possuía 12,46% (R\$485.253) de sua dívida total (empréstimos e financiamentos e debêntures) atrelada à taxa de câmbio (empréstimos com o Citibank conforme nota explicativa nº 14). Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros (Libor) conforme detalhado na nota explicativa nº 21.7. A Companhia pretende efetuar as liquidações de ambos os instrumentos nas mesmas datas.

#### **21.6 Gestão do risco de taxa de juros**

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas.

A exposição da Companhia e suas controladas as taxas de juros pós-fixadas de ativos e passivos financeiros está detalhada no item "Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos" desta nota explicativa.

#### **21.7 Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia e suas controladas contratam em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio ("swap" cambial sem caixa - US\$ versus CDI) e taxa de juros ("swap" de taxa de juros Libor). A Companhia e suas controladas não possuem opções "swaptions", "swaps" com opção de

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

Todas as operações vigentes de instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são resumidos a seguir:

	"Swap" cambial Citibank - Contrato A	"Swap" cambial Citibank - Contrato B	"Swap" de taxa de juros BID	NDF (cambial)
Valor de referência (nocial) em 30/06/2015	-	US\$ 156.076	-	-
Valor de referência (nocial) em 31/12/2014	US\$ 44.593	US\$ 156.076	-	-
Direito de a empresa receber (ponta ativa)	(Libor 3 meses + "Spread": 0,62%) (1) 1,17647 <sup>1</sup>	(Libor 3 meses + Spread: 0,89%) (1) 1,17647 <sup>1</sup>	US\$+ Libor	USD 116.420 * PTAX
Obrigação de a empresa pagar (ponta passiva)	102,00% CDI	103,50% CDI	US\$ + Libor limitado a 7% a.a.	USD 116.420 * 2,2350
Vencimento em	10/04/2015	11/04/2016	15/05/2020	14/05/2014
Ponta ativa	-	485.253	-	-
Ponta passiva	-	(360.961)	-	-
"Swap" ativo (passivo) em 30/06/2015	-	124.292	-	-
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2014	15.488	49.855	-	-
Valor a receber (a pagar) em 30/06/2015 (2)	-	124.292	-	-
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2014	15.488	49.855	-	-
Valor justo em 2015	-	124.292	-	-
Valor justo em 2014	15.488	49.855	-	-
Ganhos (perdas) em 01/04/2015 a 30/06/2015	(7.200)	(19.809)	-	-
Ganhos (perdas) em 01/04/2014 a 30/06/2014	(3.459)	(12.751)	(376)	(2.899)
Ganhos (perdas) em 01/01/2015 a 30/06/2015	15.338	57.240	-	-
Ganhos (perdas) em 01/01/2014 a 30/06/2014	(3.459)	(12.751)	(390)	(2.899)

(1) O fator 1,17647 representa o "grossup" do imposto de renda devido nos pagamentos de amortização e juros.

(2) Ganho não realizado, registrados no balanço patrimonial da controladora, e no consolidado, decorrente dos instrumentos financeiros derivativos vigentes.

Conforme detalhado na nota explicativa nº 14, em 14 de maio de 2014, a ATE III realizou a liquidação antecipada de seu contrato de financiamento com o BID e do respectivo "swap" de taxa de juros anteriormente descrito. Para desfazer esse "swap" de taxa de juros com o BID, a ATE III incorreu em um custo adicional de R\$13.135.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**21.8 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos**

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis e a Instrução CVM nº 475/08.

As análises de sensibilidade apresentadas a seguir foram elaboradas com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Taxa anual acumulada até 30/06/2015	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
CDI (i)	12,08%	14,25%	17,81%	21,38%
IPCA (i)	12,72%	9,12%	11,40%	13,68%
Libor (ii)	0,2836%	0,2936%	0,3670%	0,4404%
PTAX - Dólar (i)	3,1026	3,3000	4,1250	4,9500

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 24 de julho de 2015.

(ii) Conforme taxas divulgadas no "site" da Bloomberg em 24 de julho de 2015.

As análises de sensibilidade efetuadas em 30 de junho de 2015 estão apresentadas a seguir:

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos Risco: alta da taxa	Saldo em 30/06/2015	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido-janeiro a junho de 2015 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
<b>Consolidado</b>				
<b>Ativos financeiros</b>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	631.131	<b>6.429</b>	<b>16.866</b>	<b>27.146</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	1.460.334	(14.876)	(39.025)	(62.812)
- IPCA	2.006.135	34.311	12.530	(9.028)
<i>Empréstimos e financiamentos com "swap", incluindo o "swap" cambial</i>				
- CDI	360.961	(3.677)	(9.646)	(15.526)
		<b>15.758</b>	<b>(36.141)</b>	<b>(87.366)</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos Risco: alta da taxa	Saldo em 30/06/2015	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido – janeiro a junho de 2015 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Provável
<b>Controladora</b>				
<b>Ativos financeiros</b>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	542.552	<b>5.527</b>	<b>14.499</b>	<b>23.336</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	1.460.334	(14.876)	(39.025)	(62.812)
- IPCA	2.006.135	34.311	12.530	(9.028)
<i>Empréstimos e financiamentos com "swap", incluindo o "swap" cambial</i>				
- CDI	360.961	(3.677)	(9.646)	(15.526)
		<b>15.758</b>	<b>(36.141)</b>	<b>(87.366)</b>

Exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos	Saldo em 30/06/2015	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido – janeiro a junho de 2015 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Provável
<b>Consolidado e Controladora</b>				
<b>"Swap" cambial</b>				
- Ponta ativa (risco de alta do dólar norte-americano e Libor)	485.253	24.937	152.829	280.721
- Ponta passiva (risco de alta do CDI)	(360.961)	(3.677)	(9.646)	(15.526)
<b>"Swap" cambial líquido</b>	124.292	21.260	143.183	265.195
<b>Dívida protegida</b>				
- Moeda estrangeira (risco de alta do dólar norte-americano e Libor)	(485.253)	(24.937)	(152.829)	(280.721)
<b>Efeito líquido</b>	(360.961)	<b>(3.677)</b>	<b>(9.646)</b>	<b>(15.526)</b>

### 21.9 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras de primeira linha, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia e suas controladas, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

### 21.10 Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos bancários e debêntures que contêm cláusulas restritivas ("covenants"). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de pagamentos, detalhada nas notas explicativas nº 14 e nº 15.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

<b>Empréstimos e financiamentos e debêntures</b>	<b>Até 1 mês</b>	<b>De 1 a 3 meses</b>	<b>De 3 meses a 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
<b>Consolidado</b>						
Pós-fixada	256.972	5	468.050	2.779.750	1.063.538	4.568.315
Prefixada	904	1.818	8.079	48.106	18.173	77.080
	<b>257.876</b>	<b>1.823</b>	<b>476.129</b>	<b>2.827.856</b>	<b>1.081.711</b>	<b>4.645.395</b>
<b>Controladora</b>						
Pós-fixada	256.972	5	468.050	2.779.750	1.063.538	4.568.315
Prefixada	663	1.333	5.925	35.271	13.793	56.985
	<b>257.635</b>	<b>1.338</b>	<b>473.975</b>	<b>2.815.021</b>	<b>1.077.331</b>	<b>4.625.300</b>

### 21.11 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Os principais riscos operacionais que a Companhia e suas controladas estão expostas são:

Riscos regulatórios - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Risco de seguros - contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - em caso de interrupção do serviço, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia e de suas controladas dependerem de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - a infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia e suas controladas, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

Risco de contencioso - a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final. A Companhia e suas controladas apresentam em suas informações financeiras intermediárias o valor total considerado adequado para suprir tais contingências.

O objetivo da Companhia e de suas controladas é o de administrar os riscos operacionais mencionados anteriormente para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração em cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e de suas controladas para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- ✓ Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações.
- ✓ Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações.
- ✓ Cumprimento com exigências regulatórias e legais.
- ✓ Documentação de controles e procedimentos.
- ✓ Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados.
- ✓ Exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas.
- ✓ Desenvolvimento de planos de contingência.
- ✓ Treinamento e desenvolvimento profissional.
- ✓ Padrões éticos e comerciais.
- ✓ Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

**21.12 Valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos**

	Nota	30/06/2015		31/12/2014	
		Valor	Valor	Valor	Valor
		contábil	Justo	contábil	justo
<b>Consolidado</b>					
<i>Ativos financeiros</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.645	18.645	101.853	101.853
Títulos e valores mobiliários	5	612.981	612.981	89.361	89.361
Clientes	6	203.220	203.220	217.533	217.533
Ativo financeiro	6	6.204.531	6.148.939	6.235.113	6.608.966
Instrumentos financeiros derivativos	21	124.292	124.292	65.343	65.343
		<b>7.163.669</b>	<b>7.108.077</b>	<b>6.709.203</b>	<b>7.083.056</b>
<i>Passivos financeiros</i>					
Fornecedores		23.939	23.939	37.133	37.133
Empréstimos e financiamentos	14	554.837	554.837	595.251	595.251
Debêntures	15	3.463.819	3.250.353	3.250.143	3.041.127
		<b>4.042.595</b>	<b>3.829.129</b>	<b>3.882.527</b>	<b>3.673.511</b>

	Nota	30/06/2015		31/12/2014	
		Valor	Valor	Valor	Valor
		contábil	Justo	contábil	justo
<b>Controladora</b>					
<i>Ativos financeiros</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.851	15.851	64.190	64.190
Títulos e valores mobiliários	5	527.162	527.162	89.361	89.361
Clientes	6	189.909	189.909	203.479	203.479
Ativo financeiro	6	5.542.668	5.551.422	5.592.246	5.976.455
Instrumentos financeiros derivativos	21	124.292	124.292	65.343	65.343
		<b>6.399.882</b>	<b>6.408.636</b>	<b>6.014.619</b>	<b>6.398.828</b>
<i>Passivos financeiros</i>					
Fornecedores		23.207	23.207	33.182	33.182
Empréstimos e financiamentos	14	536.469	536.469	575.536	575.536
Debêntures	15	3.463.819	3.250.353	3.250.143	3.041.127
		<b>4.023.495</b>	<b>3.810.029</b>	<b>3.858.861</b>	<b>3.649.845</b>

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

#### **Hierarquia do valor justo**

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pelo Grupo a valor justo por meio de resultado foram classificados no Nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

#### **Técnica(s) de avaliação e informações usadas**

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e os valores justos, foi considerado o que segue:

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das informações financeiras intermediárias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das informações financeiras intermediárias.

Clientes: a Administração considera que os saldos contábeis de clientes, classificados como "empréstimos e recebíveis" e mensurados pelo custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, principalmente por terem prazo de recebimento médio de 45 dias, prazo previsto pelo ONS.

Ativo financeiro: o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa de remuneração. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada.

A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido estes atualizados com base nas informações disponíveis em 30 de junho de 2015.

Instrumentos financeiros derivativos: os "swaps" de taxas de juros e cambial são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados nas curvas de rendimento aplicáveis, considerando a cotação das taxas de juros. Os valores justos desses derivativos são obtidos com as instituições financeiras em que esses instrumentos foram contratados.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Empréstimos e financiamentos: a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos com o BNDES (Santander - FINAME) e BID são iguais aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os valores justos dos empréstimos em moeda estrangeira com o Citibank são mensurados com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados nas curvas de juros aplicáveis, considerando a cotação das taxas de juros, e foram obtidos com a instituição financeira em que esses instrumentos foram contratados.

Debêntures: a Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros" e mensurados pelo custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário divulgado no "site" [www.debentures.com.br](http://www.debentures.com.br) próximo ao período de relatório. Com exceção da 1ª série da 1ª Emissão e da 4ª série da 2ª emissão das debêntures emitidas pela Companhia, as demais séries apresentaram negociações no mercado secundário.

## 22. RESULTADO POR AÇÃO

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e a quantidade de ações utilizadas no cálculo do lucro básico e diluído por ação.

Resultado por ação	Controladora			
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014 (**)	01/01/2015 a 30/06/2015	01/01/2014 a 30/06/2014 (**)
Resultado do exercício	240.521	80.081	442.454	191.587
Resultado do exercício proporcional às ações ordinárias (1)	149.110	49.646	274.298	118.774
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (em milhares) (2)	640.714	640.714	640.714	640.714
Resultado do exercício proporcional às ações preferenciais (3)	91.411	30.435	168.156	72.813
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (em milhares) (4)	392.783	392.783	392.783	392.783
Resultado por ação ordinária - básico = (1) e (2)	0,23273	0,07749	0,42811	0,18538
Resultado por ação preferencial - básico = (3) e (4)	0,23273	0,07749	0,42811	0,18538
Resultado por ação ordinária - diluído (*)	0,23273	0,07749	0,42811	0,18538
Resultado por ação preferencial - diluído (*)	0,23273	0,07749	0,42811	0,18538

(\*) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

(\*\*) Conforme previsto pelo parágrafo 64 do "CPC 41 - Resultado por ação", o grupamento de ações descrito na nota explicativa 18.a, foi refletido como um ajuste retrospectivo ao denominador no cálculo do lucro por ação referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Todavia, como a quantidade total de ações permaneceu inalterada, o lucro por ação permanece o mesmo.

## 23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

### Receita de disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica

Refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela disponibilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. Essa receita de disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica é contabilizada nos livros societários do Grupo de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) (equivalente ao IFRIC 12), conforme detalhado na nota explicativa nº 6. Os valores a serem recebidos estão registrados no ativo, nas rubricas "Clientes" e "Ativo financeiro".

Composição da receita operacional líquida	Consolidado			
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2015 a 30/06/2015	01/01/2014 a 30/06/2014
Remuneração do ativo financeiro	312.214	167.419	576.284	338.226
Construção e indenização	7.391	9.745	11.835	28.701
Operação e manutenção	118.868	109.560	237.689	218.545

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Composição da receita operacional líquida	Consolidado			
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2015 a 30/06/2015	01/01/2014 a 30/06/2014
Parcela variável e outras receitas (a)	(6.513)	(724)	(13.768)	(5.759)
Receita operacional bruta	431.960	286.000	812.040	579.713
PIS e COFINS	(23.655)	(13.101)	(45.242)	(26.772)
ISS	(26)	(12)	(82)	(23)
Encargos setoriais (b)	(16.087)	(13.162)	(31.998)	(25.656)
Deduções da receita	(39.768)	(26.275)	(77.322)	(52.451)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>392.192</b>	<b>259.725</b>	<b>734.718</b>	<b>527.262</b>

Composição da receita operacional líquida	Controladora			
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2015 a 30/06/2015	01/01/2014 a 30/06/2014
Remuneração do ativo financeiro	285.211	156.923	521.004	317.217
Construção e indenização	4.652	8.679	11.226	17.424
Operação e manutenção	110.078	101.292	220.110	202.257
Parcela variável e outras receitas (a)	(5.377)	(478)	(12.770)	(4.899)
Receita operacional bruta	394.564	266.416	739.570	531.999
PIS e COFINS	(20.028)	(11.569)	(38.081)	(23.338)
ISS	(26)	(12)	(82)	(23)
Encargos setoriais (b)	(15.146)	(12.343)	(30.116)	(24.030)
Deduções da receita	(35.200)	(23.924)	(68.279)	(47.391)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>359.364</b>	<b>242.492</b>	<b>671.291</b>	<b>484.608</b>

- (a) Parcela Variável - PV: é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em *Não programada*, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em *Programada* quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. Para registro contábil de provisão de indisponibilidades, é lançada a provisão a débito da conta de receita dedução "Parcela Variável - Provisão" e a crédito da conta mercado interno - "Cliente ONS". Quando há o efetivo desconto da indisponibilidade ocorrida, é contemplada uma linha no AVC referente ao valor a ser descontado. Esse valor é revertido na contabilização feita anteriormente e contabilizada a débito na(s) conta(s) como sendo PV *programada* e/ou *não programada* e a crédito da conta de receita por disponibilidade da rede elétrica.
- (b) Trata-se de encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis	Consolidado			
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2015 a 30/06/2015	01/01/2014 a 30/06/2014
Receita operacional bruta	431.960	286.000	812.040	579.713
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(73.893)	108.029	(188.460)	202.050
<b>Receita operacional bruta tributável</b>	<b>358.067</b>	<b>394.029</b>	<b>623.580</b>	<b>781.763</b>

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis	Controladora			
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2015 a 30/06/2015	01/01/2014 a 30/06/2014
Receita operacional bruta	394.564	266.416	739.570	531.999
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(99.474)	102.334	(129.468)	200.364
<b>Receita operacional bruta tributável</b>	<b>295.090</b>	<b>368.750</b>	<b>610.102</b>	<b>732.363</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS**

	Consolidado			
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2015 a 30/06/2015	01/01/2014 a 30/06/2014
Rendimentos de aplicação financeira	15.815	18.198	26.028	32.418
Variações cambiais líquidas - depósitos vinculados	-	(2.002)	-	(4.953)
<b>Receitas financeiras</b>	<b>15.815</b>	<b>16.196</b>	<b>26.028</b>	<b>27.465</b>
Juros, variações monetárias e cambiais líquidas e ajuste a valor justo:				
Empréstimos e financiamentos	15.499	7.329	(97.284)	5.137
Debêntures	(119.760)	(109.704)	(253.510)	(221.272)
Ganho (perda) nos instrumentos financeiros derivativos	(27.009)	(32.244)	72.578	(32.244)
	(131.270)	(134.619)	(278.216)	(248.379)
Outras despesas financeiras - líquidas de receitas	(92)	(1.273)	(750)	(1.044)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(131.362)</b>	<b>(135.892)</b>	<b>(278.966)</b>	<b>(249.423)</b>
	<b>(115.547)</b>	<b>(119.696)</b>	<b>(252.938)</b>	<b>(221.958)</b>

	Controladora			
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2015 a 30/06/2015	01/01/2014 a 30/06/2014
Rendimentos de aplicação financeira	13.487	16.895	22.280	29.911
<b>Receitas financeiras</b>	<b>13.487</b>	<b>16.895</b>	<b>22.280</b>	<b>29.911</b>
Juros, variações monetárias e cambiais líquidas e ajuste a valor justo:				
Empréstimos e financiamentos	15.616	1.019	(97.048)	(9.734)
Debêntures	(119.760)	(109.704)	(253.510)	(221.272)
Ganho (perda) nos instrumentos financeiros derivativos (*)	(27.009)	(16.210)	72.578	(16.210)
	(131.153)	(124.895)	(277.980)	(247.216)
Outras despesas financeiras - líquidas de receitas	143	(411)	(615)	(74)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(131.010)</b>	<b>(125.306)</b>	<b>(278.595)</b>	<b>(247.290)</b>
	<b>(117.523)</b>	<b>(108.411)</b>	<b>(256.315)</b>	<b>(217.379)</b>

(\*) O valor inclui o custo para desfazer o contrato de "swap" de taxa de juros referente ao empréstimo com o BID da ATE III, bem como a liquidação da NDF contratada para fixar o câmbio de liquidação dessa dívida, nos montantes de R\$13.134 e R\$2.899 (vide nota explicativa nº 14).

**25. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA**

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de janeiro de 2012, foi aprovada a implantação de um Plano de Previdência Privada para os empregados da Companhia e de suas controladas a partir de abril de 2012. O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. O plano é extensivo a todos os empregados da Companhia e de suas controladas, representando um importante alinhamento às melhores práticas de remuneração do mercado como instrumento de atração, manutenção e retenção de talentos. Em abril de 2012, foi iniciada a campanha interna do plano de previdência privada. Em 30 de junho de 2015, a adesão era de 84,7% do quadro efetivo de empregados que participava do Plano Taesaprev.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

As contribuições da Companhia são especificadas de acordo com as regras do plano, sendo essas obrigações liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia. A única obrigação da Companhia com respeito ao plano de previdência privada é fazer as devidas contribuições.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano.

A seguir, a despesa total incorrida pela Companhia de acordo com as regras do plano:

	<b>Consolidado e Controladora</b>			
	<b>01/04/2015 a 30/06/2015</b>	<b>01/04/2014 a 30/06/2014</b>	<b>01/01/2015 a 30/06/2015</b>	<b>01/01/2014 a 30/06/2014</b>
Custos com previdência privada	89	146	171	296
Despesas com previdência privada	387	250	725	462
	<b>476</b>	<b>396</b>	<b>896</b>	<b>758</b>

**26. COMPROMISSOS ASSUMIDOS**Operação e manutenção das linhas de transmissão e subestações

<b>Operação e manutenção</b>	<b>Concessões</b>
Realizada com recursos próprios	Taesa (TSN, Munirah, GTESA, Patesa, Novatrans, ETEO, STE, ATE, ATE II, NTE), ATE III, ETEP (somente a manutenção da linha de transmissão), ECTE, ERTE (manutenção da SE de Castanhal e operação de toda a concessão), STC, Lumitrans, EBTE, EATE e ENTE (manutenção da SE de Açailândia) e ETSE.
Realizada pela Eletronorte	Brasnorte, EATE, ENTE, ETEP (manutenção das subestações de Tucuruí e Vila do Conde e operação de toda a concessão) e ERTE (manutenção de Vila do Conde e Santa Maria).
Realizada pela CEEE-GT e Eletrosul	ETAU
Realizada pela Cemig GT	ESDE e SGT

Aspectos ambientais - a Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Todas as concessionárias do Grupo Taesa, em consonância com as determinações legais vigentes, buscam o atendimento na íntegra de todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais relevantes para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção de linhas de transmissão e subestações.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam práticas modernas de gestão empresarial nos moldes das maiores companhias internacionais. O conceito de sustentabilidade empresarial, com base na gestão dos aspectos econômico, social e ambiental, vem sendo adotado e, por consequência, ensejou o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental - SGA.

O SGA foi construído com base em uma política ambiental única para todas as concessões do Grupo Taesa, sendo calcado nas normas ABNT - ISO 14001:2004 e ABNT - ISO 14031:2004. O SGA é um processo ininterrupto, participativo e transversal, que atinge diversas áreas da

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Companhia. A Política Ambiental do Grupo Taesa, documento central do SGA, representa os compromissos socioambientais adotados. Entre eles destacam-se: (a) o cumprimento de requisitos legais; (b) a minimização dos riscos ambientais; (c) a prevenção da poluição; (d) a preservação dos recursos naturais; (e) o desenvolvimento sustentável; (f) o atendimento às necessidades e expectativas de suas partes interessadas; e (g) a transmissão desses mesmos valores aos seus parceiros e fornecedores.

Além da Política Ambiental, são partes integrantes do SGA o Manual de Gestão e o Manual de Programas Ambientais e Sociais. Nesses documentos estão descritos os objetivos e as metas a serem cumpridos, os planos de ação, os critérios, os indicadores de desempenho, os processos de gestão, a avaliação, o monitoramento e a revisão.

A seguir, quadro detalhado das licenças ambientais das empresas em que o Grupo possui participação, quando requerido pelos órgãos ambientais:

Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Renovação
Taesa (Novatrans)	Samambaia/DF - Serra da Mesa/GO	320/03 (incorporada pela Licença de Operação nº 384/2004)	23/05/2003	06/09/2021	Licença renovada até 06/09/2021
	Serra da Mesa/GO - Miracema/TO	359/2003 (incorporada pela Licença de Operação nº 384/2004)	17/11/2003	06/09/2021	
	Miracema/TO - Imperatriz/MA	384/2004	15/04/2004	06/09/2021	
Taesa (TSN)	Serra da Mesa/GO - Sapeaçu/BA	287/2002	30/10/2008	30/10/2014	Licença renovada até 30/10/2014. Renovação solicitada tempestivamente em junho de 2014. De acordo com o Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia, o Decreto nº 11.235/08 isenta, em especial, linhas de transmissão ou distribuição do procedimento de renovação da Licença de Operação. Renovação solicitada ao IBAMA. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97) Licença renovada até 07/03/2016
	Camaçari II - Sapeaçu (Concessão Munirah)	2005-002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010	
	Goianinha - Mussurú (Concessão GTESA)	339/2003	21/08/2003	21/08/2007	
	Paraíso - Açú (Concessão Patesa)	2013-006944/TEC-RLO 1927	07/03/2014	07/03/2016	
Taesa (ETEO)	Taquaraçu - Sumaré	00089/2001	18/10/2001	13/06/2014	Licença renovada sob o nº 00026 (Processo nº 13.569/99), válida até 13/06/2014. Renovação solicitada tempestivamente em janeiro de 2014.
Taesa (NTE)	Angelim - Campina Grande	349/2003	30/09/2003	30/09/2007	Renovação solicitada ao IBAMA em 14/05/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
	Xingó - Angelim	350/2003	30/09/2003	30/09/2007	
Taesa (ATE)	Londrina - Araraquara	492/2005	29/02/2012	29/02/2022	Licença renovada até 29/02/2022
Taesa (STE)	Uruguaiana - Santa Rosa	4365/2008-DL	26/09/2012	26/09/2016	Licença renovada até 26/09/2016.
Taesa (ATE II)	Colinas - Sobradinho	579/2006	30/11/2006	30/11/2010	Solicitada ao IBAMA renovação em 02/08/2010. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
ATE III	Itacaiunas - Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	Renovação solicitada ao IBAMA em 30/03/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
	Marabá - Carajás	5123/2010	26/10/2010	25/10/2014	
ETAU	Campos Novos - Santa Marta	452/2005	05/10/2007	02/12/2021	Renovação solicitada tempestivamente em maio de 2014. Licença renovada até 02/12/2021.
Brasnorte	Juba - Jauru	298161/2009	17/09/2009	16/09/2012	Renovação solicitada tempestivamente ao IBAMA através da carta Brasnorte (Ofício 093/Filial/12), de 11/05/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
	Brasnorte - Nova Mutum	298160/2009	17/09/2009	16/09/2012	

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Renovação
					(Ofício 093/Filial/12), de 11/05/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
EATE	Tucuruí - Presidente Dutra	288/2002	16/07/2009	16/07/2015	Renovação solicitada a SEMA-MA. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)
ENTE	Tucuruí - Açailândia	426/2005	29/08/2012	28/08/2018	Licença renovada até 28/08/2018
Lumitrans	Machadinho - Campos Novos	657/2007	27/02/2015	26/02/2021	Licença renovada até 26/02/2021.
	Juína - Brasnorte	302381/2011	10/06/2011	09/06/2014	Renovação solicitada à SEMA-MT. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)
EBTE	Juba - Brasnorte	307698/2014	01/10/2013	30/09/2016	Licença renovada até 30/09/2016
	Parecis - Brasnorte	307467/2013	03/09/2013	02/09/2016	02/09/2016
	N. Mutum - Sorriso - Sinop	308393/2014	10/01/2014	09/01/2017	09/01/2017
	LT Barra Grande - Lages - Rio do Sul	171/2009	09/09/2009	09/09/2013	Renovação solicitada à FATMA-SC. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)
STC	SE - Lages	7247/2012	09/08/2012	09/08/2016	Licença renovada até 09/08/2016. Renovação solicitada à FATMA-SC.
	SE - Rio do Sul	065/2010	07/05/2010	07/05/2014	Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)
ERTE	Vila do Conde - Castanhal- Santa Maria	6904/2012	02/07/2012	01/07/2016	Licença renovada até 01/07/2016.
ECTE	Campos Novos - Blumenau	7649/2011	07/11/2011	07/11/2015	Licença renovada até 07/11/2015.
ETEP	Vila do Conde - Tucuruí - Barcarena	5084/2010	10/11/2010	09/11/2014	Renovação solicitada a SEMA-PA. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)
ESDE	SE Santos Dumont	0657/2012	27/08/2012	27/08/2016	Licença renovada até 27/08/2016.
Transleste	SE - Montes Claros - SE - Irapé	177/2009	17/12/2009	17/12/2015	Licença renovada até 17/12/2015
Transudeste	SE - Itutinga	571/2011	25/07/2011	25/07/2019	Licença renovada até 25/07/2019
Transirapé	SE - Juiz de Fora				
	SE - Irapé	077/2011	15/06/2011	30/03/2017	Licença renovada até 30/03/2017
	SE - Araçuaí 2				
ETSE	LTs 525 KV SE - Abdon Batista	8174/2014	12/11/2014	11/11/2018	Licença renovada até 11/11/2018
	LT Barra Grande - Lages - Rio do Sul	8166/2014	12/11/2014	11/11/2018	Licença renovada até 11/11/2018
	SE - Gaspar	8016/2014	07/11/2014	06/11/2018	Licença renovada até 06/11/2018
	LT Blumenau- Biguaçu	8179/2014	12/11/2014	11/11/2018	Licença renovada até 11/11/2018

**Compensação ambiental** - os contratos de execução de projetos de compensação ambiental, de acordo com a determinação e aprovação do órgão ambiental, estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável.

As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar". Vide nota explicativa nº 12.b.

Na controlada em conjunto Brasnorte, existe uma obrigação em relação a FUNAI de realizar projetos de compensação ambiental, cujo valor está sendo negociado com o órgão. A estimativa de investimento é de R\$700, sendo R\$500 em 2015 e R\$200 em 2016.

Na controlada em conjunto ETAU, existem as compensações ambientais descritas a seguir:

**FUNAI** - em 19 de abril de 2012, foi celebrado o Termo de Compensação Ambiental nº 001/2012 entre a ETAU e a FUNAI, em atendimento da Licença de Operação nº 452/2005.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Nesse termo, intitulado Termo de Compromisso, cujo valor de aplicação é de R\$790, foram estabelecidas as medidas compensatórias, destinadas à Terra Indígena Carreteiro, comunidade Kaingang. Em 31 de dezembro de 2013, foram encerradas todas as atividades estipuladas no referido Termo. Estima-se que o Termo de Quitação total seja emitido no ano de 2015.

Reposição Florestal da ETAU com a Secretaria do Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul - SEMA/RS- foi acordada entre as partes a aquisição de terreno para consequente doação ao Estado do Rio Grande do Sul, como forma alternativa de atendimento ao compromisso de Reposição Florestal imputado à ETAU à época da construção do empreendimento. Assim, em 25 de julho de 2012, foi aprovada pelo Conselho de Administração a respectiva aquisição. A ETAU já possui a especificação do terreno com sua exata localização e está concluindo as negociações com o proprietário. Estima-se que a aquisição do terreno e sua consequente doação sejam concluídas no ano de 2015. Em 30 de junho de 2015, o saldo provisionado na ETAU para essa compensação ambiental era R\$1.480 (R\$1.480 em 31 de dezembro de 2014).

#### Implantação das instalações de transmissão de energia elétrica - SGT

Em 5 de julho de 2012, a SGT celebrou o contrato com a Toshiba Infraestrutura América do Sul Ltda. ("Toshiba"), no valor de R\$27.763, com o objeto de fornecer, na modalidade "turnkey", equipamentos elétricos do pátio da SE, peças sobressalentes, projeto civil, elétrico, eletromecânica, materiais de montagem, montagem eletromecânica, obras civis e supervisão de montagem, na SE São Gotardo II. Os custos desse contrato são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos, mensurados com base no estágio de construção da SE. O contrato foi realizado atendendo ao estabelecido na política de compras da Companhia, sendo contratada a empresa que atinge os níveis técnicos e de qualidade esperados e com o menor custo.

A Toshiba ofereceu garantia técnica contra qualquer defeito de fabricação, oculto dos equipamentos ora fornecidos e das instalações abrangidas pelo fornecimento de bens e serviços, objeto do contrato assinado em 5 de julho de 2012, pelo prazo de 24 meses a partir da data de entrada em operação comercial dos equipamentos. Em 22 de março de 2013, foi assinado o primeiro e único termo aditivo para o referido contrato estabelecendo novas cláusulas de garantia. A construção da SE São Gotardo foi concluída em 19 de março de 2014.

Em 12 de maio de 2014, a Companhia encaminhou uma correspondência para a Toshiba referente à emissão do Certificado de Aprovação Provisória ("CAP"), e posteriormente, em setembro de 2014, foram realizadas intervenções em campo pela Toshiba para conclusão das pendências técnicas. O CAP será emitido pela Taesa ao término do período de 24 meses após o início da operação, referente ao período de garantia técnica.

Em 24 de fevereiro de 2015 a SGT assinou um termo de quitação e encerramento referente ao contrato SG 386-01 e aditivos celebrado com a Toshiba. Diante de tal instrumento obteve-se o aceite da Toshiba em relação a aplicação da penalidade prevista no próprio contrato, sendo esta referente ao atraso na conclusão do objeto contratual que acabou por impedir a energização e entrada em operação da SGT na data acordada com a ANEEL em seu contrato de concessão. A penalidade foi aplicada em forma de retenção do pagamento a Toshiba no montante de R\$2.047.

A Administração da São Gotardo reconheceu tal valor como redutor do seu ativo financeiro decorrente do menor custo incorrido para a construção da Linha de Transmissão SE São Gotardo II – MG na data de recebimento do referido instrumento de quitação e encerramento. O registro no ativo financeiro, em essência, visa refletir os custos incorridos durante o período de construção da Linha de Transmissão. A contra partida desse registro foi a compensado com o valor que se encontrava em aberto na rubrica de fornecedores em 31 de dezembro de 2014.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

#### Arrendamento operacional

A Companhia incorreu em gastos com aluguel do seu escritório corporativo no período findo em 30 de junho de 2015 no montante de R\$1.733 e R\$827 do período de 1º de abril a 30 de junho de 2015 (R\$1.653 em 30 de junho de 2014 e R\$827 do período de 1º de abril a 30 de junho de 2014). Os contratos de aluguel são pagos em reais, reajustados anualmente com base no IGP-M e possuem prazos de 60 meses. A Companhia não tem a opção de adquirir o imóvel arrendado depois de expirado o prazo de duração do arrendamento.

Em 30 de junho de 2015, com base nas condições vigentes do contrato descrito anteriormente, quando o vencimento ocorrerá em 1º de novembro de 2017, os seguintes pagamentos de aluguel são estimados: 2015 - R\$3.726, 2016 - R\$3.940 e 2017- R\$3.791.

Em caso de rescisão contratual por parte da Companhia, esta terá de comunicar à Locadora com prazo mínimo de seis meses de antecedência e pagará o valor equivalente a quatro aluguéis vigentes à época, proporcional ao tempo restante da locação, a título de multa por rescisão antecipada. Na falta da formalização da comunicação de intenção da rescisão de contrato antecipada, a Companhia pagará o valor equivalente aos aluguéis e encargos da locação do período não cumprido de aviso prévio, a título de perdas e danos prefixados, além da multa no valor equivalente a quatro aluguéis vigentes à época.

Caso a Companhia venha a rescindir antecipadamente a locação, na data de pagamento da multa por rescisão antecipada, devolverá à Locadora, proporcional ao tempo restante da locação, em uma parcela, todos os valores referentes aos aluguéis que, durante a vigência da locação, forem isentos ou sofrerem qualquer tipo de carência no pagamento ou desconto temporário, valores estes reajustados até a data da devolução efetiva do imóvel, nas mesmas condições do aluguel mensal.

## **27. OUTRAS INFORMAÇÕES**

Venda de imóvel - em 27 de fevereiro de 2014, a Companhia assinou um contrato de promessa de compra e venda dos imóveis de que é proprietária, localizados no Edifício da Bolsa do Rio, na Praça XV de Novembro, 20, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$13.000. Como confirmação e garantia do início da execução do contrato de compra e venda celebrado, das obrigações contratuais e da impossibilidade de arrependimento entre as partes, os promitentes compradores realizaram um pagamento de sinal à Companhia nessa mesma data no montante de R\$1.000.

Em 25 de abril de 2014, houve a assinatura de um termo aditivo ao contrato de promessa de compra e venda firmado entre as partes estabelecendo novas condições ao contrato firmado e o pagamento de parte do preço de venda dos imóveis no montante de R\$8.000, realizado nessa data. Em 18 de julho de 2014, ocorreram as assinaturas das escrituras definitivas de compra e venda, quando houve o pagamento do saldo remanescente no valor de R\$4.000 e a transferência de posse dos imóveis. O saldo residual dos imóveis vendidos na data de assinatura das escrituras (18 de julho de 2014) era de R\$4.593. O ganho na venda do imóvel foi de R\$8.407, o qual foi registrado na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Entrada em operação da São Gotardo - De acordo com o Contrato de Concessão nº 024/2012, assinado entre a SGT e a ANEEL, a data prevista para a energização do empreendimento era 28 de fevereiro de 2014; porém, a conclusão das obras e início das operações foi em 19 de março de 2014. A ANEEL foi devidamente informada sobre a postergação da data de entrada em operação do empreendimento. Em 31 de dezembro de 2013, a SGT registrou uma provisão no montante de R\$370 referentes às sanções previstas nos instrumentos que regulam a disponibilização de ativos ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 31 de julho de 2014 a Administração da SGT decidiu reverter tal provisão, pois houve cobrança de parcela variável, pelo ONS no valor de R\$171, descontados diretamente do Aviso de Crédito - AVC da Companhia.

Queda das torres da Brasnorte por Caso Fortuito ou de Força Maior - Em 15 de outubro de 2014 houve queda de 03 (três) torres da Brasnorte por condições climáticas adversas na região, ocasionando o desligamento da linha de transmissão. A Companhia contou com os serviços prestados por uma de suas acionistas (Eletronorte) para a realização do reparo e reintegração do sistema de transmissão que voltou a funcionar em 9 (nove) dias. De acordo com a carta CTA ONS - 0004/410/2015, o Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS isentou a Companhia da cobrança de Parcela Variável por Indisponibilidade-PVI, por se tratar de Caso Fortuito ou de Força maior no qual o período de indisponibilidade foi menor que o prazo de isenção de PVI.

Conselho de Administração - O conselheiro Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Neto renunciou ao cargo de conselheiro suplente do Conselho de Administração no dia 30 de junho de 2015. Oportunamente será convocada uma Assembleia para eleição de um novo conselheiro para preenchimento deste cargo vago.

**28. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Possível alteração no bloco de controle da Companhia - Em 03 de julho de 2015 a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. recebeu correspondência do FIP Coliseu, fundo que integra o bloco de controle da Companhia, informando que considerando que certas condições precedentes para a assinatura do Contrato de Compra e Venda não ocorreram, foram encerradas as negociações entre o FIP Coliseu e a Empresas Públicas de Medellín acerca da alienação de 35,71% das ações ordinárias, representativas de 22,14% do total de ações, de emissão da TAESA

Liquidação da 1ª Emissão de Debêntures - Conforme previsto no Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, em 15 de julho de 2015 a Taesa efetuou o pagamento da 1ª emissão de debentures no valor de R\$257.533 referentes aos Ativos TAES11 (R\$130.398) e TAES21 (R\$127.135).

\* \* \* \*

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>DIRETORIA</b>	
<b>DIRETORES</b>	<b>CARGOS</b>
José Aloise Ragone Filho	Diretor Superintendente Geral
Cristiano Corrêa de Barros	Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores
Marco Antonio Resende Faria	Diretor Superintendente Técnico

<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Allan Kardec de Melo Ferreira	Maria de Fátima Chagas Dias Coelho
Eduardo Lucas Silva Serrano	João Paulo Dionisio Campos
Oscar Santos de Faria	Roberto Schafer de Castro
Paulo de Moura Ramos	Luiz Antonio Vicentini Jorente
Luiz Fernando Rolla	Flávio de Almeida Araújo
Ricardo Faria Paes	Cargo vago
Carlos Roberto Cafareli	Antônio Pedro da Silva Machado
Marco Adiles Moreira Garcia	Ponciano Padilha
Jose Roque Fagundes	Jorge Kalache Filho
Jorge Raimundo Nahas (Independente)	Stênio Petrovich Pereira (Independente)
Carlos Augusto Derraik (Independente)	Antonio Affonso Mac Dowell Leite de Castro (Independente)

<b>CONSELHO FISCAL</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Mário Vinícius Claussen Spinelli (Indicado pela CEMIG)	Aluísio Eustáquio de Freitas Marques (Indicado pela CEMIG)
Antônio de Pádua Ferreira Passos (Indicado pelo FIP Coliseu)	Rodrigo de Oliveira Perpétuo (Indicado pelo FIP Coliseu)
Clayton Ferraz de Paiva (Indicado pelo FIP Coliseu)	Rafael Carneiro Neiva de Sousa (Indicado pelo FIP Coliseu)
Maria Luiza Garcia Pereira (Indicado pela CEMIG)	Luiz Alberto Soares Perdomo (Indicado pela CEMIG)
Alexandre Pedercini Issa (Indicado pelos acionistas Minoritários)	Ronald Gastão Andrade Reis (Indicado pelos acionistas Minoritários)

**Wagner Rocha Dias  
Contador CRC RJ-112158/O-3  
CPF nº 778.993.777-49**

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA

Rio de Janeiro - RJ

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Marcelo Salvador

Contador

CRC 1MG 089.422/O-0

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Os membros do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, na Praça XV de Novembro, 20, salas 601 e 602, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, examinaram o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa que o acompanham, as notas explicativas e o Relatório da Administração, o qual inclui uma Demonstração do Valor Adicionado, referentes ao 2º trimestre de 2015, findo em 30 de junho de 2015. Após verificarem os documentos acima mencionados, e, considerando, também, o disposto no relatório de revisão das informações trimestrais dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes), bem como os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e pelos seus auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que referidos documentos refletem a situação econômico-financeira da Empresa, em todos os seus aspectos relevantes, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 2015

Mário Vinícius Claussen Spinelli

Clayton Ferraz De Paiva

Maria Luiza Garcia Pereira

Alexandre Pedercini Issa

Antônio de Pádua Ferreira Passos

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referentes ao 2º trimestre de 2015, findo em 30 de junho de 2015, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2015.

José Aloise Ragone Filho

Diretor Superintendente Geral

Cristiano Correa de Barros

Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antonio Resende Faria

Diretor Superintendente Técnico

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das informações trimestrais referentes ao 2º trimestre de 2015, findo em 30 de junho de 2015, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2015.

José Aloise Ragone Filho

Diretor Superintendente Geral

Cristiano Correa de Barros

Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antonio Resende Faria

Diretor Superintendente Técnico

**Motivos de Reapresentação**

<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>
2	Nota 7 - Impostos e Contribuições Sociais - Linha "PIS e COFINS a recolher" coluna "consolidado 31/12/2014": de 4.s`p843 corrigido para 4.843.
2	Nota 9 - Tributos diferidos - Alteração no cabeçalho da tabela: de 31/06/2015 corrigido para 30/06/2015.
2	Nota 11 - Investimento em controladas, controladas em conjunto e coligadas - Texto "Aumento de capital social de coligada indireta (ESDE)": de 4.154 corrigido para R\$4.154.
2	Nota 13 - Partes relacionadas - Cabeçalho da tabela de valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, à Diretoria e ao Conselho: de "Período de janeiro a março de" corrigido para "Período de janeiro a junho de".